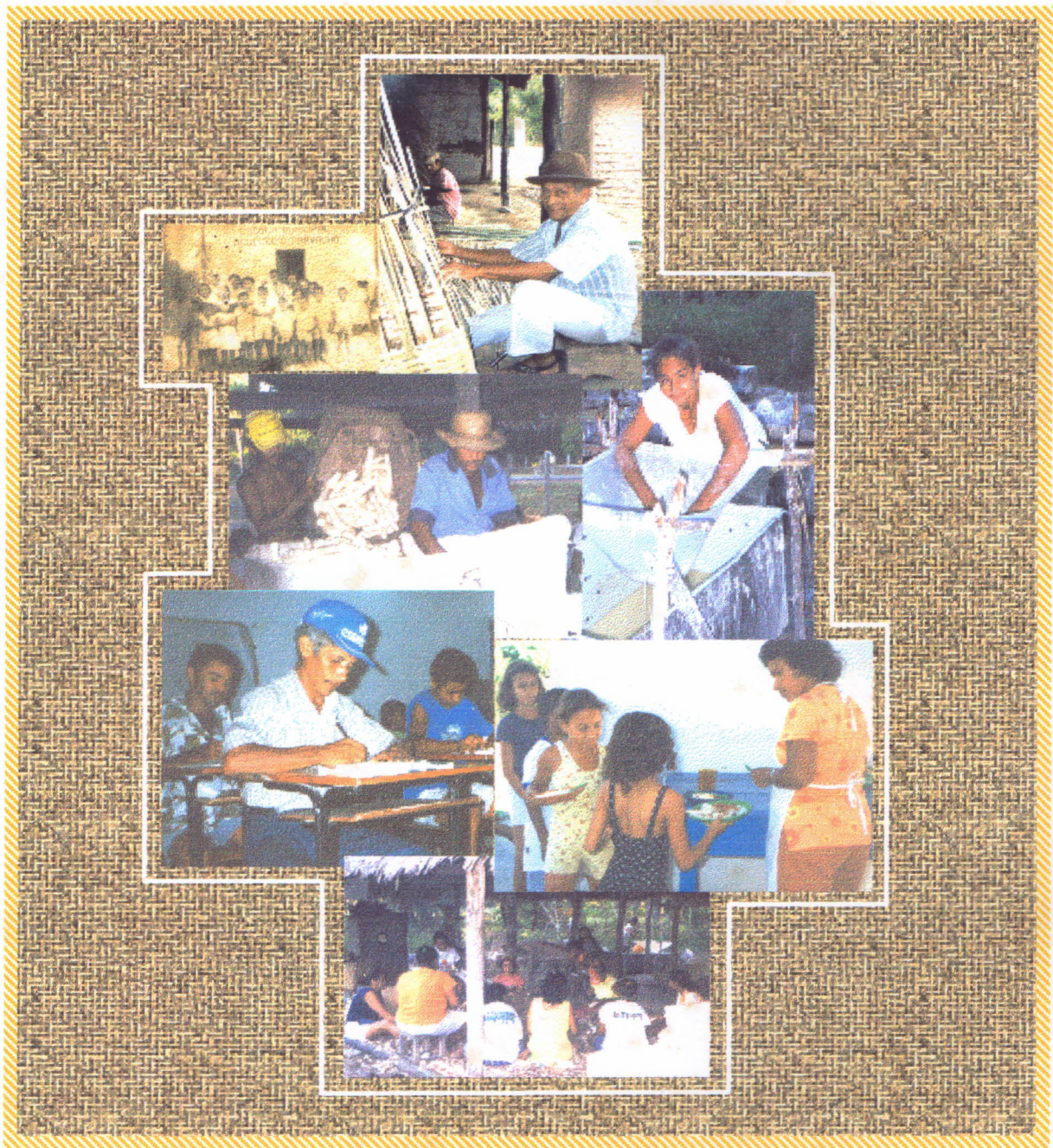


BH/UFC

A ESCOLA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

significados e expectativas da população camponesa



Daniel de Oliveira Franco

AUTOR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

BH/UFC

**A ESCOLA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
significados e expectativas da população camponesa**

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno-Dr.^a

FORTALEZA

2000

BH/UFC

DANIEL DE OLIVEIRA FRANCO

**A ESCOLA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
significados e expectativas da população camponesa**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (Mestrado) da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial exigido para a obtenção do título de Mestre.

Fortaleza

2000

BH/UFC

EXAMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2000

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr.^a Maria Nobre Damasceno
Orientadora

Prof^ª. Dr.^a Ângela T. de S. Therrien

Prof^ª. Dr.^a Teresinha de Jesus M. Queiroz

BH/UFC

À memória do meu pai, Francisco de Oliveira Franco, pelo exemplo de simplicidade e dignidade; pelo esforço para garantir a seus filhos o mínimo de escolarização necessária.

À minha mãe, Genoveva M. C. Franco, pelo exemplo de coragem, luta e persistência para a garantia de seus direitos, contra qualquer tipo de injustiça e opressão, sem que jamais tenha freqüentado uma escola.

À memória da minha irmã Maria Rosa.

Aos demais irmãos: Antônio, Raimunda, Messias, Nasaré, Jesus e Ismael, que tiveram limitado acesso e curta permanência na escola.

Às Professoras Mundiquinha e Anita, que me fizeram conhecer as primeiras letras.

À Escola e à Comunidade do Coroatá.

A todas as pessoas que são parte do meu ser.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Maria Nobre Damasceno, pela competência, clareza e crítica necessária à orientação.

À Prof^a. Ângela, pela amizade e incentivo.

Ao Prof. Jacques Therrien, pela valiosíssima contribuição.

À Prof^a. Teresinha de Jesus M. Queiroz, por participar da banca examinadora.

À Prof^a. Marlene, pelas observações e sugestões.

A todos os colegas do Mestrado, especialmente ao Dorivaldo, Eugênio, Josania, Bárbara, Vilmar, Maria, Shara, Ari, Raquel, Magna, Betânia, Joana e Babi.

Aos pais, mães, responsáveis, alunos e ex-alunas, professoras e ex-professora, lideranças comunitárias, da comunidade e escola pesquisadas, pela acolhida e inestimável contribuição para a realização da pesquisa.

Ao DEFE, ao CCE, à UFPI e à CAPES, pela liberação, apoio institucional e financeiro.

À UFC e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, bem como aos professores, pela acolhida e ensinamentos.

Aos meus inesquecíveis professores da Graduação do curso de Pedagogia da UFPI, pela base necessária para ir além.

A todos os professores do DEFE e do DMTE, que fizeram parte dessa minha importante caminhada.

Aos meus alunos e ex-alunos do Curso de Pedagogia da UFPI, que tanto me ensinaram e me fizeram crescer.

A todos aqueles que não foram citados, mas que são parte importante deste trabalho e da minha vida.

BH/UFC

É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento.

Karl Marx.

A nosso ver, o problema da discriminação a nível local, reflete o problema mais amplo das desigualdades e do conflito proveniente do fato de que vivemos numa sociedade classista. Julgamos extremamente grave a prática educativa ser realizada não no sentido de ajudar o camponês a enfrentar essa realidade conflituosa, mas sim, mascarar a mesma.

Maria Nobre Damasceno.

(...) o vento, o só, a lua, a chuva e a terra também, tudo é coisa minha e sua, seu dotô conhece bem. Pra se sabê disso tudo ninguém precisa de istudo; eu sem escrevê nem lê, conheço desta verdade.

Não invejo o seu tesouro. O que quero desta vida é terra pra trabaiá.

Iscute o que tô dizendo, seu dotô, seu coroné: de fome tão padecendo meus fio e minha muié. Sem briga, questão nem guerra, meça desta grande terra umas tarefa pra eu! Não me deixe deserddado daquilo que Deus me deu.

Patativa do Assaré.

RESUMO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa que buscou, a partir de leituras e, especialmente, junto à população camponesa do Município de Teresina-PI, estudar a construção da cidadania. Analisa as expectativas e significados expressos pelos camponeses sobre a escola. Foram utilizadas como elemento de análise algumas categorias teóricas, e outras temáticas, que permitiram a composição teórico-metodológica do estudo. Uma comunidade rural e sua escola compõem o contexto de realização da pesquisa, que analisa o desempenho dessa instituição na relação e tensão rurais/urbanas, para a concretização desse processo. Constatou-se a inexistência de uma adequação da escola às especificidades da comunidade, bem como a inexistência de um projeto coletivo e alternativo de educação da própria comunidade, voltado para as suas próprias necessidades. Há uma aceitação da proposta de educação formal, que se caracteriza como de cultura urbana e totalmente determinada pelo sistema municipal de educação. A escola, no desempenho da ação educativa, desconhece o seu contexto social; também não se faz uma análise crítica desse mesmo modelo de escola para, dessa forma, procurar adequá-la à sua situação e projeto de vida. No limite, procurou-se apontar algumas sugestões, para a escola e a comunidade, que possam contemplar positivamente a construção da “cidadania camponesa”, vindo, assim, a concretizar-se de direito e de fato naquela realidade.

ABSTRACT

This essay is a result of a research that sought to study the building of citizenship, based on readings, with regard specially the rural population of Teresina, in Piauí State. It analyses the expectations and meanings expressed by country people about school. Some theoretical categories, as well as other subjects, were used as analysis elements, so that they guaranteed the theoretical-methodological composition in of the study. A rural community and its school make up the achievement context of the research, which analyses the performance of that institution in the rural and urban relation and tension as well, to make that process real. There is not an adaptation of the school to the community's peculiarities, as well as there is not an own community's educacional colletive and alternative project, which could be directed to its own needs. There is na acceptance of the formal educational proposal which is characterized as an urban culture and totally determined by the municipal educational system. In its fulfilmet of educational acting, the school doesn't know its social context, and it also doesn't care about a critical analysis of this very school patern, so that it could adapt itself, situation and project of life. At the end, some suggestions were pointed out, for the school and the community, that will help them build positively, as a matter of fact and by rights, the "country citizenship" in that reality.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - ESCOLA, COMUNIDADE E CIDADANIA NO CAMPO	11
1 Introdução	11
2 Elementos teóricos e delimitação da pesquisa	16
3 Categorias de estudo	23
3.1 Cidadania	27
3.2 Participação	30
3.3 O camponês	32
3.4 O rural e o urbano	34
3.5 Organização e liderança comunitária	35
4 Caracterização da comunidade pesquisada	38
CAPÍTULO II - OS CAMINHOS DA PESQUISA	41
1 Coleta de dados	43
2 Análise dos dados	45
3 Procedimentos operacionais	46
3.1 O concreto para a realização da pesquisa	46
3.2 Solicitação e recebimento de documentos	47
3.3 Abordagem dos sujeitos, entidades e instâncias	47
3.4 Visita	48
3.5 Apresentação do projeto	49
3.6 Entrevista	49
3.7 Observação	50
3.8 Observação participada	50
3.9 Conversa informativa	51
CAPÍTULO III - REVELANDO A ESCOLA QUE TEMOS	52
1 A educação rural brasileira na década de 1950	52
1.1 A formação do professor da escola rural	56
2 Breve histórico da escola municipal deoclécio carvalho	57
2.1 A primeira professora e as condições da escola	58
2.2 Os primeiros passos de uma escola	58
2.3 Conteúdos, avaliação e coerção	60
CAPÍTULO IV - UM RETRATO ATUAL DA ESCOLA	62
1 Propostas, plano e planejamento	62
2 Estrutura e funcionamento da escola	64
2.1 O processo escolar: da teoria ao chão da escola	65
2.1.1 <i>Um dia de aula</i>	66
2.1.2 <i>Metodologia e a dinâmica de sala de aula</i>	70
2.1.3 <i>Conteúdo e material didático utilizado</i>	71
2.1.4 <i>Processo de avaliação: promoção e retenção</i>	75
2.1.4.1 <i>Dificuldades dos alunos</i>	78

3 Relações intra e extra-escolares	79
3.1 Relações, espaços e funções sociais dos sujeitos.....	84
3.2 Relação escola e comunidade.....	84
CAPÍTULO V - A IMPORTÂNCIA E O SIGNIFICADO DA ESCOLA	86
1 A escola significa a possibilidade de mudança	86
2 Os sonhos, as expectativas e o que deve mudar	88
3 Conhecimento sistematizado x saber de casa	92
4 Dificuldades enfrentadas	96
4.1 Na comunidade.....	96
4.1.1 <i>Ausência das professoras nos eventos comunitários</i>	101
4.2 No âmbito da escola.....	104
5 Carência e limites para viver a cidadania	106
5.1 A soberania do espaço privado.....	118
5.2 Consciência, ambiente e preservação da natureza.....	110
5.3 O nível de escolarização dos sujeitos.....	113
6 Escola e mudança social	113
7 Entre a “ordem e o progresso”: o velho e o novo	120
7.1 As mulheres vão à luta e os homens acomodados.....	123
8 O que pensa o camponês sobre o estado	124
8.1 Política orçamentária e legitimação popular.....	125
9 A participação comunitária na escola	127
CAPÍTULO VI - ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	129
1 A cidadania do camponês	129
2 A realidade de uma cidadania (in)existente	131
3 Escola e trabalho camponês: sujeitos sem cidadania	143
CAPÍTULO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
ANEXOS	171

CAPÍTULO I

ESCOLA, COMUNIDADE E CIDADANIA NO CAMPO

1 Introdução

O presente trabalho discute a construção da cidadania, considerando o significado e as expectativas da população camponesa sobre a escola. Busca constatar qual o papel social da instituição escolar nesse processo e tem como suporte para a discussão, além da literatura pertinente, as falas e as ações dos sujeitos da comunidade e da escola, valendo-se de observações e entrevistas feitas no contexto de realização da pesquisa, seja nas casas das famílias, na escola local e nos eventos diversos, envolvendo as diferentes categorias de sujeitos que compõem o universo pesquisado e aqui analisado.

Considerando a estrutura e organização, este estudo contém sete capítulos.

O Capítulo I constitui-se de uma introdução, contemplando a exposição do problema e objeto da pesquisa, bem como dos elementos teóricos e categorias do estudo.

O Capítulo II trata da metodologia do trabalho.

O Capítulo III faz uma breve exposição do contexto histórico da educação rural brasileira na década de 50 e da criação da escola onde foi realizada a pesquisada.

O Capítulo IV traz uma breve apresentação dos planos e propostas para a educação municipal de Teresina e retrata a escola pesquisada no contexto atual.

O Capítulo V apresenta os dados da pesquisa e os analisa, buscando enfatizar a importância e o significado da escola para o camponês da comunidade local.

O Capítulo VI discute os dados coletados na pesquisa, aprofundando sua análise no sentido de contribuir com uma leitura mais elaborada sobre as questões levantadas, para desvelar a contribuição da escola no processo de construção da cidadania.

O Capítulo VII relaciona os elementos que marcaram a pesquisa na perspectiva de aproximação de uma conclusão, sugerindo algumas mudanças para melhor contribuição da escola na construção da cidadania.

A dissertação compõe-se, ainda, de referências bibliográficas e de anexos, além de outras partes que garantem os aspectos formais do trabalho como um todo.

A comunidade escolhida é camponesa e situada na zona rural do Município de Teresina, Piauí. Entretanto, caracteriza-se como uma realidade com elementos bastante

peculiares, tanto de zona tipicamente rural, bem como evidenciam-se outros elementos próprios de áreas periféricas de cidades em expansão e, mais propriamente, em consequência da comunidade se localizar bastante próximo da zona urbana dessa capital.

A escolha se deu tendo como um dos fundamentos o conhecimento pessoal do pesquisador sobre aquela realidade, mas especialmente em razão de essa comunidade possuir uma escola de maneira permanente a um período bastante representativo, desde abril de 1955, o que permite uma análise significativa, partindo de um olhar também histórico para se entender o processo atual de construção da cidadania naquele contexto camponês.

Neste sentido, é pertinente ressaltar que a referida comunidade viveu este período histórico, da década de 1950 até os dias atuais, que engloba vários e significativos momentos determinantes da vida do povo brasileiro. Desde então, os brasileiros foram marcados por projetos políticos bastante diferenciados, orientados por grupos e linhas políticas que não só construíram visões de educação bastantes diferenciadas, mas também impuseram limites e se institucionaliza a supressão de direitos já consolidados aos cidadãos, como ocorreu durante o regime ditatorial militar, adotado a partir de 1964, em que se utilizou de meios dos mais violentos e abomináveis para impor o seu projeto político, como o exílio, prisões e mesmo a morte de muitas lideranças políticas tidas como perigosas. Ou, ainda, em momentos considerados democráticos, quando a participação do cidadão parecia e, no presente, parece se objetivar com bastante peso nas decisões e destino político do País, evidenciado em alguns episódios, como a cassação do exercício de mandato eletivo de vários políticos, no período democrático, a exemplo do *impeachment* de um Presidente.¹

Essa última metade do século pode ser apreendida como um período em que a cidadania do povo brasileiro esteve em constante oscilação entre ter uma significação muito grande, e outros em que a cidadania era praticamente suprimida.

Esse período começa com a chamada redemocratização, após a queda, em 1945, do Estado Novo, e com a escolha direta do Presidente da República. Ocorre também um fenômeno marcante e contraditório em que o povo elegeu exatamente o líder do movimento que havia estabelecido a ditadura do Estado Novo. Com a redemocratização, naquele momento, outros elementos se somaram, principalmente no campo da educação popular, onde houve um grande movimento, como será tratado no terceiro capítulo, com o

¹ Envolvido em um esquema de corrupção, o Presidente Fernando Collor de Melo teve o seu mandato cassado e os seus direitos políticos suspensos em outubro de 1992.

desenvolvimento de programas voltados para o atendimento às populações que ainda não tinham sido alfabetizadas, especialmente as do campo.

Passado pouco mais de uma década, em 1964, esse período democrático foi interrompido, pois as conquistas, aos olhos das classes dirigentes e atrasadas do Brasil, representavam um perigo. Portanto, aos capitalistas, a participação popular de forma direta e qualificada não era vista de forma positiva ao desenvolvimento dos seus interesses aqui por essas terras,² que financiou o golpe militar. Com o golpe, vem um momento em que se fecha tudo novamente e a cidadania passa a ser controlada, suprimida mesmo, e só depois de 20 anos é que há uma abertura à participação política dos diferentes segmentos da população.

A dinâmica vivida pela sociedade brasileira durante esses 50 anos é de uma significação ímpar. Muitas transformações ocorreram, tanto no campo quanto nas cidades. Essas mudanças vão desde os aspectos políticos, como foi rapidamente mostrado, às transformações sociais.

Essas mudanças podem ser exemplificadas com aquelas que dizem respeito ao caráter rural que predominou na sociedade brasileira, aproximadamente até o início da década de 50, momento que é situado como marco significativo para o recorte, por questões de caráter metodológico, deste trabalho. A partir daí acelera-se a transformação de uma sociedade tipicamente rural para uma sociedade em que o índice da taxa de urbanização da população, nesse final de século, já é bastante elevado. Essas mudanças estão diretamente relacionadas ao tipo de desenvolvimento empreendido, no caso, a industrialização, dependente do capital externo.

Considerando tanto as conquistas, os avanços sociais e políticos, quanto os recuos nestes mesmos campos, as exigências por escolarização têm sido uma constante, tanto do ponto de vista quantitativo quanto sob o prisma qualitativo. Assim, mesmo havendo uma redução no percentual da população camponesa, muitas pessoas no campo ainda vivem ali e grande parte delas ainda vive em estado de precariedade social e a educação, via escola, que é um dos elementos de conquista ainda muito tímido, considerando ser um fator indispensável para a construção da cidadania.

² Trata-se do pico da guerra fria entre EUA e URSS, e a questão era posto no sentido da possibilidade de implantação aqui no Brasil, do regime socialista, daí o investimento para a mudança da política interna, que culminou com o golpe militar de 1964, o que representou grandes perdas sociais e políticas para o povo brasileiro.

Neste complexo contexto político, social, econômico e educacional, pode-se afirmar que as necessidades, os interesses e as exigências também foram e continuam a ser divergentes, contraditórios até, a considerar as diferentes classes sociais. Desta forma, marcando e determinando todos esses momentos históricos aqui apontados, especialmente tendo como ponto referencial para o trabalho aquele de criação da Escola³. Assim, a década de 50, tem significado especial para a população da comunidade local, considerando as evidências constadas na pesquisa.⁴

A população camponesa do Brasil vive uma dinâmica singular na atualidade e muito especialmente em regiões periféricas, próximas às grandes cidades.

O entendimento presente neste trabalho, busca um certo grau de aprofundamento, é o de que a realidade social e educacional está diretamente vinculada à cidadania, pois uma, a primeira, possui e evidencia, expõe mesmo o tipo de cidadão formado pela outra, num determinado contexto social. Neste sentido, a categoria cidadania tem um papel preponderante para a abordagem aqui desenvolvida.

Desta forma, o objeto de estudo tem como base concreta de sua existência uma realidade na qual os sujeitos estão submetidos a uma situação de carência social e econômica muito grande e os serviços básicos de atendimento à comunidade são caracterizados pela precariedade, insuficiência ou de acesso difícil a eles. Tudo isso são evidências e ao mesmo tempo o resultado das condições limitadoras vividas por esses sujeitos. Nesse contexto e na perspectiva deles, buscou-se conhecer e entender os significados atribuídos à escola, tentando-se descobrir qual a importância e o que significa a escola para suas vidas, bem como quais as expectativas expressas visando a constatar, o que esperam conquistar, a partir dos elementos assimilados na escola, bem como qual deve ser o alcance da escola local em termos de garantia de estudos, incluindo-se outros níveis de escolarização para aquela comunidade camponesa.

O camponês é afetado muito mais fortemente pelas condições sociais precárias a que está submetido, sendo vítima da estrutura social e econômica. Nesse sentido, o estudo contempla a discussão sobre as principais questões envolvendo as categorias básicas pertinentes, numa relação dinâmica que envolve tanto os elementos teóricos quanto os dados coletados junto aos sujeitos.

³ Escola Municipal Deoclécio Carvalho.

⁴ Como pode ser verificado nos capítulos III e IV desta dissertação.

Assim, a categoria cidadania é tratada aqui a partir de uma visão em que é definida como a condição social, civil e política do cidadão de um determinado país; cidadão este situado em um contexto determinado e específico, mas articulado com outras realidades externas. Essa situação é, concretamente, fruto das condições construídas numa dinâmica com embates entre as condições objetivas de sua existência, determinadas por sua atuação no meio físico e social, numa interação ativa de forma intencional, ou mesmo até menos qualificada, com os mecanismos políticos que controlam e que em certa medida determinam as relações de poder, do ponto de vista genérico mas, especialmente, mantidas naquela realidade.

Nesse entendimento está fortemente presente a idéia da participação social como categoria fundamental no estabelecimento das condições para a construção da cidadania.

A escolarização é um dos eixos centrais e determinante para a realização da pesquisa, pois trata-se de um dos elementos básicos desse estudo. Todas essas categorias estão entrelaçadas por outras, próprias da realidade que serviu como objeto de estudo e do momento que vivemos. Daí a necessidade de se pôr em evidência aquelas que mais fortemente dizem respeito ao tema.

Os pesquisadores educacionais que cuidam desse assunto são praticamente unânimes, quando relacionam as causas da situação difícil vivida pelos camponeses.

Um aspecto que foi considerado, para melhor compreensão da temática aqui tratada, diz respeito ao caráter histórico da construção do objeto estudado.

Neste sentido, o trabalho parte do entendimento de que a compreensão do período histórico escolhido é fundamental para a elaboração dessa produção no seu conjunto, pois foi selecionado objetivando a composição de uma contextualização da educação rural brasileira naquele momento histórico específico, considerando que se efetivava um importante processo de democratização do País, após o período da ditadura do chamado Estado Novo, como evidenciado há pouco.

Trata-se de um momento que marca também, no Brasil, a saída do homem do campo com maior intensidade rumo à cidade, ou seja, a urbanização passa a ter grande impulso.

Outro marco importante ocorrido na década de 50, é a expansão do capital internacional neste País e, para tanto, era também necessário o desenvolvimento das áreas rurais, objetivando a produção e abastecimento do mercado. Por isso caracteriza-se como um momento rico de discussões na esfera governamental sobre a educação do homem do campo, no sentido de sua inclusão no próprio mercado consumidor.

Assim, situado num contexto específico, o trabalho busca revelar no âmbito da discussão o papel social e político desempenhado pela escola para a construção da cidadania daqueles cidadãos – os camponeses - e, especialmente, a partir das falas e das leituras feitas, tanto da realidade empírica quanto dos fundamentos teóricos, apropriar-se e analisar as principais categorias que permeiam esse contexto. Com efeito, o entendimento é de que as categorias já elaboradas e tidas como clássicas nesse campo de estudo, como cidadania, camponês, participação, a relação rural/urbano, educação e escolarização rural, são básicas para esta elaboração.

Para a análise, considerou-se a relação rural/urbano, quando há referência à assimilação dos elementos urbanos pelos sujeitos camponeses, na medida em que esses têm contato e se deslocam para a cidade à procura de melhores condições de vida; também se tem em conta a situação em que os elementos urbanos são direcionados à realidade rural, planejados e elaborados em outra realidade como a urbana e levados à comunidade camponesa pelos agentes escolares, a exemplo dos valores e conhecimentos repassados pela escola e outros que se identificam muito mais com a cidade, mas que são veiculados no contexto rural e assimilados pelos camponeses. O ponto seguinte trata dos aspectos teóricos que deram suporte a este trabalho.

2 Elementos teóricos e delimitação da pesquisa

Na perspectiva de garantir ao trabalho uma consistência teórico-metodológica satisfatória, algumas obras foram consultadas, buscando-se desta maneira chegar a um entendimento fundamentado em elaborações já consagradas pela crítica e, desse modo, articular as categorias retiradas do contexto e das falas dos sujeitos com as categorias já formuladas e consolidadas pelos teóricos, bem como com outras áreas do conhecimento que se vinculam e se articulam internamente no próprio campo de conhecimento a que pertence o objeto ora analisado e com áreas afins.

É significativo observar que são inúmeros os conceitos utilizados na educação e neste sentido, para efeito do trabalho ora desenvolvido, considerou-se o conceito de educação estabelecido pela LDB, em vigor no Brasil, que, em seu Artigo 16, assim define:

A educação abrange os processos formativos que desenvolvam na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Assim, fica evidenciado o caráter amplo que tem a educação, ultrapassando praticamente todas as situações das experiências humanas, mas o enfoque trabalhado aqui tem como foco central a educação escolar sob a óptica daquelas pessoas estabelecidas primordialmente no contexto rural.⁵

Essa importante instituição, responsável pela educação formal numa realidade bastante peculiar, que é a zona agrícola, a escola rural merece, desta forma, um tratamento teórico ainda que bastante rápido, objetivando uma compreensão melhor do que tratará e como abordará especificamente o objeto do estudo.

Fica evidenciado, desta maneira que a intenção do pesquisador é fazer uma análise da escola e da escolarização a partir de um olhar, prioritariamente, de fora da instituição escolar, diferente de como têm sido feitos com maior frequência os estudos nesta área, que têm, geralmente, contemplado mais os espaços e os sujeitos do próprio ambiente escolar. Muito embora esteja presente e se reconheça a valiosíssima contribuição dada pelos sujeitos responsáveis pelo processo pedagógico da escolarização.

O presente ensaio é fruto de uma pesquisa que pautou como fundamental buscar entender as características dos sujeitos e do contexto social que constitui a realidade pesquisada. Assim, o conhecimento e a leitura de alguns autores foi de fundamental importância para a definição conceptual das categorias básicas aqui presentes, bem como para clarear as principais questões que se põem em discussão.

Na perspectiva de melhor apreensão da realidade e, assim, de entender com maior propriedade as implicações das categorias centrais desse trabalho - como camponês, cidadania, espaço rural e urbano - foram analisadas algumas obras.⁶ É importante ressaltar uma constatação feita nessa literatura, qual seja, praticamente todos os autores deixam de tratar da construção das categorias que são objeto de suas preocupações, exceção feita a

⁵ O trabalho privilegiou as famílias da comunidade, embora tenham sido considerados outros sujeitos diretamente vinculados à instituição escolar, a exemplo das professoras e da diretora.

⁶ Essas obras estão citadas no corpo do texto e referenciadas na Bibliografia.

Damasceno (1998).⁷ Desta forma, utilizam-se de concepções conceituais já elaboradas e de domínio geral.

O presente trabalho busca responder fundamentalmente à seguinte indagação: revelar quais são os significados e as expectativas que as famílias, alunos, professores, direção e as lideranças da comunidade rural manifestam sobre a escola, sobre a contribuição desta instituição na construção da cidadania, e como tem ela contribuído para manter os valores culturais, para a permanência ou tem contribuído para a mudança da própria vida do camponês. E, para atingir esse objetivo maior, partiu-se da necessidade de se elaborar um breve histórico contextualizado sobre a implantação da escola rural no Município, especialmente no povoado Coroatá, contemplando aí a importância dada à escola naquela realidade e contexto histórico;⁸ identificar e analisar os significados e as expectativas dos camponeses sobre a escola, considerando a sua realidade e o nível de escolarização de que dispõem; e, finalmente, analisar o contributo da escolarização da população camponesa no que se refere à formação de pessoas críticas e com elementos de identidade cultural, favorecendo a permanência ou não dos valores característicos daquela realidade, na construção da cidadania.

Neste contexto, procura-se analisar o papel desempenhado pelos agentes escolares na assimilação dos elementos urbanos pela população rural. Busca-se averiguar o que esperam os camponeses no contexto atual sobre a sua escolarização. Para responder satisfatoriamente a esta indagação, o estudo parte da necessidade de, além do contexto histórico em que foram criadas as escolas rurais no período estabelecido, constatar se existem políticas educacionais atualmente direcionadas à realidade rural e como são implementadas em escola pública da zona rural. Isto para melhor fundamentar o estudo e ser possível uma análise mais apropriada do objeto de pesquisa.

Para facilitar o encaminhamento da pesquisa, várias questões, de caráter mais específico, foram suscitadas para possibilitar a captação, de forma mais adequada, das informações também consideradas necessárias à análise proposta no presente trabalho. As questões que constam dos roteiros de entrevista⁹ e que foram adaptados e detalhados em forma de perguntas específicas, quando foram realizadas as entrevistas com os sujeitos que participaram da pesquisa.

⁷ Artigo publicado na Revista *Educação Pública*, Cuiabá, v. 7, n.º 11, jan./jun. 1998.

⁸ Não foi possível encontrar documentos específicos tratando da criação desta escola.

⁹ Esses roteiros encontram-se nos anexos.

A origem e o desenvolvimento das questões de pesquisa estão diretamente relacionados às leituras, discussões e reflexões sobre a escolarização da população rural, tendo como ponto de partida a experiência de vida do pesquisador, tentando entender como a escola rural é planejada e como desenvolve suas atividades, que conteúdos são veiculados, relacionando estes elementos com o cotidiano do camponês para a construção da sua cidadania, principalmente para, sob a sua óptica, analisar suas expectativas quanto à escolarização existente na comunidade pesquisada. Deve-se reafirmar que tais reflexões dizem respeito à experiência do pesquisador, e o estudo foi realizado em um contexto específico, mas considera-se ser bastante semelhante a tantos outros, especialmente do Nordeste e outros locais típicos da realidade rural brasileira, ainda que se reconheça as suas peculiaridades.

A pesquisa buscou contribuir para o entendimento das transformações que ali já ocorreram e que continuam acontecendo em ritmo bastante acelerado e revelar outras categorias capazes de explicar, de modo satisfatório, inclusive, outras realidades semelhantes, e, portanto, carentes de estudos desta natureza, para que se possam realizar ações com fundamento em conhecimentos elaborados e confiáveis, garantindo bons resultados para os sujeitos que vivem em tais contextos sociais.

O trabalho objetiva, também, dar uma contribuição no campo do conhecimento, no limite, respondendo às questões formuladas, levando em conta que a pesquisa foi feita em uma realidade com características muito peculiares, onde estão presentes elementos sociais próprios tanto de regiões tipicamente rurais quanto elementos típicos de áreas em vias de urbanização ou mesmo já urbanizadas, vinculados às ocupações e diversões.

Assim, para os pesquisadores e estudiosos das questões sociais e educacionais no campo, a exemplo de Damasceno (1984), o camponês tem uma característica bastante peculiar, que é o fato de reproduzir a sua força de trabalho, cultivando a terra diretamente, seja na qualidade de proprietário, posseiro ou parceiro, utilizando-se, para tanto do trabalho familiar.

Neste particular, autores bastante conhecidos, como Martins (1994) e Iani (1984), e outros pesquisadores com produções iniciadas mais recentemente, como Caldart (1997), Queiroz (1992) e Palmeira (1990), têm uma importante contribuição para o entendimento das questões mais gerais que envolvem os camponeses e especialmente no que toca à sua educação no contexto atual brasileiro para a cidadania.

Para compreender o saber da prática social dos sujeitos e, principalmente, do professor rural, é pertinente consultar as produções de Therrien (1996). Para os elementos históricos, Paiva (1987) e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* são fontes importantíssimas.

Buscando uma fundamentação mais geral, parte-se das concepções teóricas que entendem ser as realidades sociais, construídas historicamente de forma conflituosa, em que os interesses dos sujeitos e grupos de sujeitos se relacionam de formas contraditórias, ainda que haja troca entre eles.

A educação é entendida como importante elemento de mediação, seja para a manutenção da situação estabelecida, seja para a busca de superação dessas contradições, a partir do desenvolvimento das suas especificidades, como a da transmissão do conhecimento sistematizado, tendo como espaço de ação dos sujeitos responsáveis por esse processo, um *locus* privilegiado para o desenvolvimento das ações educativas: a escola.

A escola aqui referida, que se constituiu como parte e elemento fundamental deste trabalho, é aquela instituída e mantida pelo poder público numa realidade específica, - a rural.

Vale ressaltar aqui que essa mediação se fará com maior ou menor grau de elementos para a superação das desigualdades, tendo-se em consideração as relações estabelecidas no contexto social, dependendo do envolvimento dos sujeitos co-participantes dessa instituição, os responsáveis pelo processo educacional institucional e a participação da comunidade.

Com efeito, o compromisso e a formação dos sujeitos são imprescindíveis para determinar se haverá de fato o desencadear de um processo que permita a construção de uma educação voltada para os interesses da comunidade, contemplando de forma coletiva e não apenas um segmento componente da sociedade.

Assim, é possível se pensar um projeto mais amplo que contemple os diferentes segmentos sociais, onde o objetivo maior dessa educação seja a construção da cidadania com dignidade e ética para toda a sociedade.

Como instituição, a escola é reconhecida por significativa parcela de teóricos e educadores contemporâneos como um local, por excelência, privilegiado para a transmissão do saber historicamente sistematizado pela humanidade.

Para Kosik (1976), “o conhecimento representa um dos modos de apropriação do mundo pelo homem”. E Vásquez (1977), ao se referir à prática social humana, afirma que “hoje, mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social, e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história”.

Conforme entendem Damasceno e Therrien (1993), a educação rural que existe de forma efetiva é limitada e precária, mas tem um importante papel social; ela é responsável pela garantia ao alcance pela população camponesa do saber universal, em consequência desse fato, deve ser redefinida sua função sociopedagógica para assim atender aos interesses da população a ela destinada.

Para Gramsci, citado por Manacorda (1990), *o ensino é uma luta contra o folclore, (...) enquanto que se unem dois elementos: a concepção de lei natural e a da participação ativa do homem na vida da natureza, (...) que é a vida social dos homens.*

Assim, entenda-se que a finalidade da educação, do ensino pois, é de responsabilidade da escola, além de ensinar ao homem a transmissão do conhecimento, possibilita também a capacitação para a construção de espaços sociais, permitindo desta forma a superação de limites impostos por uma estrutura social extremamente desigual e excludente.

É pertinente observar e chamar a atenção para o fato de que o entendimento aqui presente é o de que a escola não é uma instituição homogênea na sua constituição e no desenvolvimento de sua ação, embora tenha historicamente expresso os interesses das elites que, ao longo da sua existência, esteve sempre no poder e domínio político da sociedade, poder este fortemente determinado pela posse dos bens materiais e econômicos.

Assim, mesmo apresentando muitas contradições, a escola tem respondido aos interesses e demandas dos grupos hegemônicos.

Especialmente no que se refere à educação formal e realidade do camponês, Damasceno (1993: 54) ensina que,

(...) quando se considera um fato social como a educação do campesinato (...), torna-se necessário captar sua realidade, aprender com elas como vivem, como pensam, como produzem suas concepções, desvelando assim sua mentalidade, suas novas direções e perspectivas.

Compartilhando com o pensamento dessa autora, o trabalho considerou em princípio e partiu do entendimento de que a realidade pesquisada, por ser marcada pela

dominação, subordinação e carência daquela população, bem como a escola a ela destinada não respondia como ainda não responde às suas necessidades, que a escola não tem contribuído significativamente e adequadamente para a formação de sujeitos capazes e suficientemente livres para buscar construir uma sociedade democrática de fato. Esta escola tem contribuído para a reprodução das relações de dominação naquele contexto. A educação escolar rural tem características marcadamente autoritárias, expressas na forma de interação de seus sujeitos, em decorrência do papel que tem desempenhado historicamente e contribuído para a reprodução da estrutura social predominante desigual e excludente.

Na perspectiva de fundamentação, estes e outros trabalhos já realizados enfocando a mesma temática, se constituíram em importante referencial para o desenvolvimento da pesquisa e elaboração dessa dissertação.

Mesmo estando a formação da nação brasileira fortemente vinculada às questões agrárias, como mostra a obra de Ianni (1984), a educação rural só começa a ser preocupação do Estado brasileiro no final do século passado, quando o ensino de caráter específico nas escolas de 1º e 2º graus foi instituído, com muita dificuldade, no Piauí.

No início do século XX, com a crescente migração das populações do campo para a cidade, a educação passa a ser objeto de preocupação, principalmente pelos “agraristas” e industriais que viam com preocupação este movimento das populações rurais, pois acabava por criar fundamentalmente dois problemas, que se constituíram básicos para o surgimento de muitos outros, ou seja: o esvaziamento populacional do campo, escasseando a mão-de-obra para as atividades agrícolas e o crescimento da população nas áreas urbanas, acarretando o surgimento e a exposição de inúmeros problemas sociais, que até então existiam mas não tinham visibilidade¹⁰.

Desta forma como entende Paiva (1987), buscou-se naquele momento trabalhar uma educação voltada para a fixação do homem do campo à própria terra.

No período do Estado Novo a preocupação era no sentido de possibilitar “a volta aos campos”. Para isto, desenvolveu-se a política de higienização das populações e definem-se que era necessária uma educação específica para o campo. Para tanto, foram desenvolvidas inúmeras ações, envolvendo instituições do governo e particulares, inclusive

¹⁰ Conseqüência da falta de uma política voltada para o atendimento das necessidades dos camponeses.

a realização de eventos regionais e nacionais como, o 1º Congresso Nacional de Ensino Regional, em 1935, quando foi sugerida a criação de escolas normais rurais.

Esta idéia é praticamente generalizada em todo o País e são criadas essas escolas em vários estados, inclusive chegam a ser instituídas escolas rurais ambulantes para atuar em regiões onde a população era menos densa.

É significativo notar que, segundo Paiva (1987:129), várias atividades e preocupações com a educação rural naquele momento são contempladas tais como: *a mobilização em favor das artes populares, o humanitarismo com a difusão cultural, o desejo de elevar a qualidade do ensino e adequar a escola ao meio rural*, dentre outras. Os elementos foram postos aqui para mostrar a intenção de políticos e educadores que, diante dos problemas, pensaram uma saída, sem atacar as bases da estrutura social, responsáveis pelo estabelecimento daquele contexto socioeconômico.

3 Categorias de estudo

Partindo dos pressupostos teóricos que fundamentam o objeto que este trabalho se propõe analisar, bem como os caminhos utilizados para a realização da pesquisa, é necessário apontar algumas categorias de estudo que se constituíram básicas e são até inerentes à temática, muito embora o entendimento presente e defendido ao longo do trabalho seja o de que deve ser considerado o caráter dinâmico do próprio conhecimento.

Cidadania, camponês, participação e organização comunitária, relação urbano e rural, são as principais categorias norteadoras deste trabalho, que tem como elementos de intermediação e articulação a escola e seus agentes, bem como a comunidade e seu contexto social, econômico e cultural.

Na perspectiva de atingir os objetivos da pesquisa, considerou-se significativa a importância das categorias temáticas. Como ensina Damasceno (1998), uma das tarefas do pesquisador é extrair categorias oriundas da vida cotidiana (categorias temáticas) capazes de ligar-se de forma coerente com as categorias de análise derivadas da teoria que embasa a busca. Assim, entende-se que esse processo é extremamente complexo, exigindo um esforço bastante grande daqueles que se aventuram no campo científico.

Considerando as muitas transformações sociais por que passa o campo e com grande intensidade no contexto onde se realizou o estudo de que resultou esta dissertação,

buscou-se nas diferentes fases da pesquisa extrair do cotidiano dos sujeitos pesquisados, especialmente considerando suas falas, as categorias que se apresentaram mais coerentes com aquelas mais tradicionais, trabalhadas pelos teóricos e pesquisadores do mundo camponês, coerentes com a proposta do trabalho, perseguindo assim uma análise que garantisse a articulação não apenas entre estas, mas também com outras situações que têm surgido em consequência das transformações já ocorridas, ou em função daquelas transformações que ainda estão em processo no próprio contexto, bem como em função das discussões que se dão atualmente sobre esta temática.

Assim, os sujeitos foram abordados e os materiais analisados, nos diferentes momentos do estudo, observando-se os vários segmentos de sujeitos e conteúdos, tendo sempre como alvo os objetivos geral e específicos da pesquisa, entendendo-se que, de fato, há um processo permanente de transformação da realidade.

Nesta perspectiva, decidiu-se fazer um levantamento dessas categorias e, conseqüentemente, de seus desdobramentos. As questões de pesquisa foram trabalhadas de forma a contemplar tais categorias de modo bastante amplo, com vistas à totalidade.

De maneira muito bem elaborada e com uma construção, organização e abordagem um pouco diferente, essas categorias já fazem parte do elenco de estudos realizados em contextos semelhantes, a exemplo do trabalho de Damasceno (1990) (*Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do camponês*), bem como dissertação de Queiroz (1992), tratando das relações sociais de produção do camponês a partir do cotidiano das práticas escolares; a dissertação de Miranda (1989), que trata da seletividade social e educacional na zona rural. O Relatório da Pesquisa, Educação e Hegemonia: o trabalho e as práticas sócio-educativas no campo, coordenada por Damasceno e Therrien (1992), dentre outros, como fruto de estudos realizados por um destacado grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, que pesquisaram e continuam a pesquisar sobre diferentes temas relacionados à educação e especialmente o saber do homem do campo, escola rural, e sobre questões de política educacional, todos no Estado do Ceará, constituem significativo acervo de informações e de trabalhos que têm sido publicados ali e que exploram esta importante área do conhecimento.

O entendimento aqui é de que, por se tratar de uma realidade que tem muita semelhança do ponto de vista sociocultural, tais categorias, resguardadas as devidas

especificidades e objetivos dos estudos apontados, deram significativa contribuição para com os elementos de análise da presente investigação.

Vinculado mais diretamente ao enfoque dado nesta dissertação, a Coleção Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, traz um número com o título: *Educação e a construção da cidadania do homem do campo*, tratando de política e ações governamentais voltadas para o homem do campo, onde apresenta muitos aspectos e dados envolvendo este setor da educação no Brasil. Os autores também levantam pontos que se referem à educação do homem do campo e que são necessários às transformações da sociedade para a garantia da construção da cidadania.

As categorias de estudo aqui consideradas estão vinculadas mais diretamente à comunidade ou à realidade escolar, na interação de uma com outra ou dos sujeitos com outras esferas institucionais, públicas ou privadas, em ações e situações que envolvam suas vidas.

Neste sentido, o trabalho teve como propósito privilegiar, sobretudo, o olhar das diversas categorias de sujeitos, sobre a escola no contexto em que vivem como membros da comunidade local, e, com este objetivo, analisar as práticas e o entendimento sobre a escolarização ali desenvolvida, pela instituição, considerando a ação dos sujeitos responsáveis por esse processo, como a orientação pedagógica, os administradores e, especialmente pela função que exercem, os professores na escola e na comunidade.

Assim, foi dada especial atenção para as categorias de estudo e os elementos que se caracterizam como tipificadores dos camponeses, a exemplo dos pequenos agricultores, que têm uma tradição naquele local, destacando-se aqueles elementos mais peculiares à sua relação com a escola, buscando com isto captar qual o significado, a importância da escola para eles, bem como as suas expectativas, ou seja, o que esperam da mesma para seus filhos e para a própria comunidade. Buscou-se ainda descobrir o papel desempenhado pela escola naquele contexto, como veículo de permanência dos valores morais e culturais ou se a escola se constitui num veículo de mudança capaz de possibilitar um projeto alternativo, utópico, mas possível de ser concretizado, que seria talvez a construção de fato da cidadania para os camponeses daquela comunidade.

É importante observar que se considerou as diferentes e variadas situações, ou seja, a dinâmica e as contradições em que vivem e se ocupam esses sujeitos no contexto em que se deu a realização da pesquisa.

Considerando esses aspectos, o entendimento é de que a categoria *camponês*, sem uma leitura atenta das condições concretas em que vive aquela comunidade, é muito ampla e que, de fato, já não responde plenamente, no sentido de dar conta das especificidades próprias daquela comunidade em que suas ocupações e situações de vida se apresentam bastante modificadas e com um grau de variedade muito grande.

Isto não significa dizer que a categoria *camponês* seja incompatível com a natureza do estudo feito, e sim aponta para a necessidade percebida de se atentar para outros elementos que os sujeitos têm quanto ao significado e às expectativas da escola para eles e para as suas famílias, bem como o papel que ela deverá ou deveria desempenhar na comunidade.

Mesmo se tratando do campo, as ocupações e funções dos sujeitos variam. Assim, existe o quitandeiro, que é o um pequeno comerciante; a “banqueira”, que é vendedora nas festas, a liderança comunitária, o fazedor de festas dançantes, o agente de saúde, o caseiro, dentre outros. Uma categoria bastante tradicional da região, e em processo de extinção, é o vaqueiro.

No caso do aluno, o professor, a diretora e a orientadora pedagógica são os sujeitos que se vinculam à escola de forma direta e darão conta dos elementos caracterizadores da escola vista por dentro. Já o pai e a mãe ou responsável de aluno, bem como as lideranças comunitárias, tiveram papel destacado nesta pesquisa, que tem como intenção privilegiar os diferentes olhares que a comunidade tem e faz da sua escola e da escolarização a ela destinada na construção da cidadania.

Esta busca ocorreu sempre tentando-se articular o lado empírico com os fundamentos teóricos e considerando-se também as questões políticas e institucionais que envolvem a temática aqui tratada.

Para uma análise mais de conjunto, considerando o caráter histórico presente no trabalho, é significativo ressaltar a importância que representaram outros sujeitos para este trabalho, como os alunos fundadores, a primeira professora da escola, a professora mais antiga do local e ainda atuando na Escola, bem como as pessoas que moravam naquele lugar, quando da sua criação que, a partir dos seus relatos informais, possibilitaram a reconstituição histórica, ainda que breve, daquela escola, bem como apontar o papel sócio-educacional desempenhado pela referida escola naquele local.

Como evidenciado, o presente estudo tem como foco central de análise a contribuição da escola para a construção da cidadania no campo e o significado dessa

instituição para a população camponesa, bem como conhecer quais as expectativas para a sua escolarização, e, com isso, identificar se essa população expressa um projeto de educação escolar alternativo ao que está posto.

Buscando uma articulação com os elementos teóricos já expressos, que fundamentam este trabalho, a metodologia mais adequada a esta investigação parte da compreensão de que a realidade social é complexa e contraditória e, para ser apreendida, carece de uma busca rigorosa e sistemática, utilizando-se, para tanto, de instrumentos capazes de captar informações e elementos necessários a uma análise consistente, possibilitado, assim, a apreensão da realidade de maneira o mais satisfatória possível.

Neste sentido, foi adotada uma visão de pesquisa, partindo-se do entendimento de que a compreensão do significado de um comportamento individual e coletivo, bem como dos eventos, só é possível a partir de uma percepção ampla e de modo aprofundado do conjunto das inter-relações que se constróem historicamente e se estabelecem em um dado contexto social. Daí a preocupação em se fazer uma leitura multifacetada e contextualizada.

Para buscar entender as transformações sociais e econômicas que vêm ocorrendo, afetando toda aquela realidade, foram analisados os aspectos pertinentes, observando-se quais os elementos mais tradicionais do contexto ainda presentes, bem como aqueles emergentes em função das mudanças que se processam, determinando as novas formas de sobrevivência da população que ali vive.

As categorias citadas são fundamentais e indispensáveis, constituem-se a base para uma apreensão e domínio das principais questões aqui colocadas. Entretanto, não dão conta de forma plena da totalidade da realidade investigada, sendo necessário não apenas uma definição destas, no contexto do trabalho, mas também o esforço para a elaboração de outras categorias, do ponto de vista teórico e metodológico, para tornar mais próximo possível a apreensão do objeto pesquisado.

3.1 Cidadania

Pelo caráter do trabalho e seus objetivos, cidadania constitui-se como aquela categoria que fundamenta a elaboração e sua realização, com suporte teórico básico em Marshal (1967). O trabalho teve como preocupação básica a explicitação da contribuição

da escola para a sua construção a partir do olhar dos sujeitos internos e externos a essa instituição dos direitos sociais, como instituição das mais significativas nesse processo, por ser responsável pela educação formal do cidadão.

A cidadania como categoria social e do ponto de vista histórico não surgiu pronta, como também para o cidadão ela jamais será dada, mas precisa ser construída cotidianamente. Portanto, a cidadania se constrói de forma constante.

A cidadania, entendida dessa forma, é o resultado parcial de um processo histórico em andamento. Para se ter uma compreensão mais próxima do real, a cidadania precisa ser analisada a partir dos diferentes elementos que a constituem ou que se vinculam a ela diretamente e se articulam para que a sua existência concreta seja possível. Assim, consideraram-se os aspectos históricos da elaboração do conceito e suas diferentes conotações.

Para entender a construção da cidadania, deve ser analisada a participação do sujeito, que é um dos componentes da cidadania, e assim pode ser mediante a qualidade da participação do cidadão. Nesse estágio, o cidadão possui um grau de consciência suficiente a possibilitar-lhe as necessárias condições para a busca de garantia, pelas instâncias e agentes competentes, do cumprimento dos seus direitos, como também o assumir o cumprimento dos seus compromissos de cidadão, seja na relação com o Estado seja na relação com a comunidade local.

Neste sentido, já se pode afirmar que se trata de uma concepção de cidadania diferente daquela que é veiculada mais vulgarmente, centrada em apenas um eixo da questão, ou seja, cidadania como condição do cidadão que goza de direitos ou que tem deveres a cumprir.

Na perspectiva aqui adotada, a cidadania pode ser considerada de forma bilateral, ou seja, uma via de mão dupla, onde por um lado circula e encontra-se o campo das responsabilidades do sujeito e por outro lado, mais imbricado ao primeiro, o campo dos seus direitos, havendo assim, uma dinâmica no seu processo de construir e consolidar a condição de cidadania.

Especificamente para esse trabalho, está sendo considerada, por um lado, a visão dos sujeitos da comunidade quanto à sua percepção e a vivência concreta da construção de sua cidadania, tendo como parâmetro de análise o conteúdo de suas falas e as ações que expressem tais elementos e, por outro, as determinações e ações escolares e pedagógicas em que tem como centro principal a Direção da escola e a coordenação e execução das

atividades pedagógicas, que tem como principais sujeitos as professoras e a pedagoga. É este o entendimento geral sobre cidadania presente nesse trabalho.

Para um estudo detalhado sobre a categoria cidadania, é necessário uma busca das origens, da sua construção histórica, bem como pontuar e analisar os diferentes momentos e estágios por que passou o conceito de cidadania, para, desta forma, se ter uma noção da sua evolução até o momento atual, considerando as suas implicações e, neste sentido, precisar ao máximo o tipo de cidadania que se coloca como idealizado e buscado pela comunidade estudada, ou seja, aquele que se aproxima do que seria o mais adequado às suas necessidades, tendo em vista o contexto local com todos os seus limites.

O presente estudo analisa o conceito a partir de visões diferentes, tendo como referencial estudos elaborados por autores que discutem esta temática, vinculando-a à educação camponesa, sem, no entanto, pretender esgotá-lo.

Estudar cidadania num contexto camponês pode parecer impossível se a análise considerar apenas uma abordagem reducionista do significado da palavra, relacionando-a ao elemento urbano, ao modo cultural e citadino de viver. O presente trabalho não tem o objetivo de contrapor os conceitos rural *versus* urbano e campo *versus* cidade. Muito mais do que isso, busca uma análise na perspectiva da construção histórica do conceito.

Para Saviani (1986:75), a origem da palavra *campo* vem de duas raízes: a latina (*rus*) de onde surge o rústico, o rude, o tosco, o grosseiro; e a grega (*agrós*), que deu origem a agressividade, áspero, etc.

Ao contrário desse conceito, temos a *cidade*, também de raiz latina (*civitas*), da qual vieram a civilização, civilizado, civil, cívico, civilidade; e de raiz grega (*polis*), da qual se originou político, polido, que tem o significado de aperfeiçoado, alisado e, dessa forma, contrapondo-se ao significado da raiz da palavra campo: áspero e agressivo.

Ao discutir a idéia de cidadania, Ferreira (1993) afirma que a dificuldade em se conceituar cidadania consiste no fato de não haver rigor quanto às representações que fazemos dela. Assim, o termo pode significar nacionalidade num determinado momento e em outro expressar juízo de valor, vinculando-a ao aspecto social da vida das pessoas no sentido moralista do bem, ou seja, que está em sintonia com as regras sociais estabelecidas pelos segmentos hegemônicos da sociedade.

Essa visão de cidadão é confirmada por um camponês, que, perguntado sobre o assunto, respondeu: *o cidadão é aquele homem responsável, que cumpre os seus deveres.*¹¹

¹¹ Camponês, em conversa informal com o pesquisador.

O conceito expresso pelo camponês limita-se à postura do cidadão na sua relação com o outro, seja o seu semelhante, como indivíduo, seja o grupo a quem pertence ou ainda à sociedade mais ampla, incluindo o próprio Estado.

Assim entendida, a cidadania seria uma condição moral do indivíduo que impõe a ele o cumprimento das suas obrigações, só que esta situação ocorre via “mão única”, onde uma parte cumpre os deveres e não há a contrapartida pelo outro na relação, entendendo-se o outro como sendo as instituições governamentais ou particulares, responsáveis pela administração e a garantia de serviços, bens ou direitos públicos ou privados, aos cidadãos.

No presente trabalho, a abordagem da cidadania parte do entendimento de que, considerando-se a evolução histórica, trata-se de uma categoria que na atualidade tem sentidos múltiplos, dando margem para diferentes entendimentos, sendo necessário a opção pelo pesquisador por uma linha teórica norteadora para a análise. Assim, busca contemplar a construção da cidadania a partir do conceito de Marshall, considerando o contexto camponês e tendo como elemento-base a escola rural e a comunidade camponesa.

3.2 Participação

Na perspectiva aqui adotada, falar em cidadania implica, necessária e obrigatoriamente, considerar uma outra categoria que nos dias atuais a ela se vincula de forma intrínseca e que efetivamente determina o tipo de cidadania que se tem. Só no desvelamento dessa relação entre o grau de participação na vida da comunidade, incluindo a escola e outras instituições, ocupação dos espaços sociais, seja ele público ou privado, a intervenção no processo de construção desses espaços, de forma individual ou organizada coletivamente, apreendendo dessa forma o seu poder de interferência nas decisões que dizem respeito à vida pessoal e da comunidade.

A partir da percepção e do nível de envolvimento dos habitantes daquela comunidade com essas questões, foi possível de fato constatar o tipo de cidadania que se tem, bem como a possibilidade de mudança, que é necessária, mas não é muito bem explicitada, nem sempre buscada.

Participação é um termo que traz consigo grande quantidade de significados, portanto, quando não é explicado devidamente, torna-se muito vago e presta-se muito mais a confusões de entendimento do que para esclarecer.

Nesse sentido, é pertinente fazer algumas considerações sobre qual o tipo de participação que está sendo enfocada, o grau de participação, os mecanismos e as formas de participação, quem participa, objetivando assim qualificá-la e minimizar as possíveis contradições, garantindo melhor entendimento do que o trabalho pretende.

O presente tópico traz a justificativa de como a categoria participação se constituiu como central para este trabalho, traz um pouco sobre os aspectos teóricos, a descrição sobre como essa categoria se evidencia em alguns aspectos do cotidiano da comunidade pesquisada e também contém breve análise dessa participação.

A categoria tornou-se importante para o trabalho à medida que a pesquisa se desenvolvia, principalmente, através das observações, conversas e entrevistas em que estava bastante evidente a cobrança ou a constatação dos diferentes sujeitos no que se refere à participação, seja do ponto de vista ativo ou do ângulo passividade, da não-participação, quando praticamente todos ressaltavam a importância da participação ativa.

Do ponto de vista da comunidade, não há uma consciência necessária para que se perceba a importância da sua participação na vida da escola. Evidencia-se a falta de clareza e de conhecimento, quanto ao que deve ser planejado e executado pela escola na perspectiva da melhoria de vida e até mesmo para promover uma mudança mais geral, atingindo os grandes problemas enfrentados pelos camponeses, de carência e de subordinação àqueles que possuem e, em certa medida, mantêm esse estado de coisas.

Não há dúvida, nas áreas rurais como a que foi estudada e aqui retratada, a educação escolar atinge somente os trabalhadores sem terra e pequenos proprietários que não dispõem de condições para dar uma educação escolar urbana aos seus filhos, pois os que podem desde muito cedo colocam os filhos para estudar em escolas particulares.

Os mecanismos e o tipo de participação dos sujeitos da comunidade na escola, ou dos sujeitos responsáveis pela escolarização, podem ser considerados formais, a exemplo dos alunos regularmente matriculados, do Conselho Escolar e informais, através de conversas mantidas entre os professores, a orientadora pedagógica e diretora com os responsáveis e pais de alunos, ou ainda através da participação desses em atividades promovidas pela comunidade, considerando os diferentes aspectos e caráter das atividades, seja cultural, de esporte e lazer, religiosa, associativa local, partidária ou sindical, o que de fato só acontece muito raramente.

Neste ponto, ficou bastante evidente a desarticulação entre escola com a comunidade e desta para com a escola. Há um envolvimento mínimo, insignificante

mesmo, dos pais e responsáveis por aluno nas decisões da escola, e ainda da ausência destes das atividades promovidas pela escola ou pela Secretaria Municipal da Educação.

A contrapartida também é verdadeira, pois a ausência dos professores nas atividades realizadas pela comunidade é uma constante, ou melhor, praticamente inexistente. O argumento usado pelos professores para a sua ausência é o de que não moram no local e isso dificulta a sua participação nessas atividades, embora reconheçam a importância das suas presenças nesses eventos.

Outro nível de participação levantado pelo pesquisador foi a participação política, como em associações de moradores e sindicato rural. E, nesse sentido, é significativo destacar a atuação de algumas das lideranças comunitárias locais especialmente no que se refere à busca pela organização dos comunitários, na coordenação de reuniões, fazer-se presente e discutir os problemas da comunidade em eventos com esse caráter. A atuação sindical tem pouco destaque, limitando-se aos processos de aposentadorias dos trabalhadores rurais locais.

3.3 O camponês

O presente trabalho, pelo seu caráter e considerando o contexto social e econômico específico da comunidade pesquisada, bem como o momento atual, pautou-se no entendimento de que é possível distinguir basicamente três classes sociais. Essas classes são identificadas pelas suas especificidades no que se refere às relações sociais de produção mantidas entre si e, também, são marcadas ainda pelo espaço que ocupam e a forma como desempenham suas atividades, aqui representado pelo espaço rural. São elas: a camponesa; a operária, que se concentra basicamente na zona urbana; e a classe burguesa, que é histórica e tipicamente urbana e possuidora dos meios de produção.

Para Martins (1986), os termos campesinato e camponês são recentes no Brasil e passam a ser utilizados pelas esquerdas a partir da década de 50. Antes, havia outros termos para designar o homem simples habitante do campo, que variava conforme a região.

Assim, os camponeses eram chamados de “caipiras” em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná; de “caiçara”, no litoral paulista; de “tabaréu”, em partes do Nordeste.

O “caboclo” é outra denominação mais genericamente usada, entretanto, designa categorias diversas conforme a região, ou mesmo dependendo da classe social que utiliza o termo. Desta forma, pode significar o índio, o trabalhador do campo, o pagão, o mestiço. Todas essas denominações se vinculam à figura do “caboclo”.

Euclides da Cunha (1997), após tentar mostrar, de forma preconceituosa, a construção da sociedade e do povo brasileiro nos seus diferentes aspectos, acaba por concluir que o sertanejo, como expressão singular desse processo, “é, antes de tudo, um forte”. Considerando que Cunha estava tratando do sertanejo nordestino, mais especificamente daqueles que fizeram o movimento de Canudos,¹² pode-se fazer uma relação entre os conceitos acima apresentados com o conteúdo desse extenso e exaustivo trabalho de Cunha.

Nesse sentido, o entendimento aqui é de que de fato há semelhança entre o tipo descrito acima e o conceito atual de camponês, com um elemento a mais, ou seja, em Canudos não só havia uma produção familiar, mas era coletivizada, assim como a propriedade também era de domínio comum. E essa semelhança é real, embora o autor de *Os Sertões* não tenha tido a intenção de fazer esta relação.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que o autor acabou por exaltar o tipo sertanejo, ainda que não tenha sido esse o seu objetivo; pelo contrário, ele tentou mostrar uma classe constituída por vários elementos étnicos e culturais, entretanto inferiores à raça que ele entendia ser superior às demais. Mas, se analisado atentamente o texto de Cunha, pode-se chegar a várias conclusões, dentre elas a de que esse tipo de entendimento preconceituoso sobre determinados segmentos sociais que constituem a população brasileira não se sustenta, pois, como pode ser facilmente constatado, o próprio autor é contraditório em seu discurso.

Do ponto de vista genérico, o termo refere-se àqueles que vivem lá longe, no campo, fora das cidades etc. No entanto, todas essas denominações apontadas configuram conceitos de teor pejorativo ou com duplo significado, a exemplo de rústico, atrasado, ingênuo, tolo, tonto, preguiçoso.

Como o termo camponês passou a ser utilizado no Brasil, especialmente pelas esquerdas, traz consigo um significado político muito forte, pois ocorre num momento de

¹² A Comunidade de Canudos teve uma existência um tanto breve, foi fundada em 1893, ao norte do Estado da Bahia, às margens do rio Vasa Barris e foi totalmente destruída em 1897, pelo exército republicano, como relata Cunha em *Os Sertões*, 1997.



BH/UFG

R 1420909



grandes movimentações no campo em torno da questão agrária, envolvendo organizações como as Ligas Camponesas, que tiveram atuação destacada no campo.¹³

3.4 O rural e o urbano

A relação rural e urbano se constitui em uma das categorias presente no contexto desse trabalho. Em primeiro lugar, pela vinculação da realidade pesquisada, que é rural e próxima à periferia de uma capital, que mantém intercâmbio diário com a realidade urbana e, desta forma, as pessoas do local recebem uma influência muito grande da cidade e, portanto, do comportamento das pessoas que possuem um estilo de vida citadino; segundo, o modelo educacional destinado àquela população se configura tendo como base os planos e planejamentos feitos por técnicos e professores com uma visão voltada muito mais para a realidade urbana¹⁴, ficando em segundo plano a especificidade do campo. Quando existe alguma preocupação para com tais especificidades, ela é de fato limitada às intenções dos técnicos e professores.

Neste sentido, é necessário buscar alguns elementos sobre a referida categoria. Assim, para entender o elemento urbano, é indispensável analisar o fenômeno da urbanização.

Os enciclopedistas¹⁵ entendem esse fenômeno como sendo um processo que envolve vários aspectos, sendo o resultado da interação contínua de várias dimensões da realidade humana, como a social, econômica, cultural, psicossocial, caracterizando, assim, como um fenômeno extremamente complexo.

Destaca-se como fundamental, para a composição desse processo, a influência do momento político. A urbanização não é fenômeno único, nem ocorre rapidamente como um estalo, tendo diferentes configurações e passando por vários estágios.

Há variados critérios para a designação de uma região como urbana, entretanto, alguns elementos não podem ser descartados, a exemplo da concentração demográfica, da proximidade que se tem e, daí, como consequência, a possibilidade de grande quantidade de contatos entre os seus habitantes etc.

¹³ Para efeito desse trabalho, o conceito de camponês encontra-se na página n.º 20.

¹⁴ Essa afirmativa é esclarecida no Capítulo IV, item 1, sobre a Proposta Curricular do Ensino Fundamental que é adotada no Município de Teresina.

¹⁵ Enciclopédia Mirador Internacional, pp. 11199-11219.

A zona urbana é considerada uma unidade econômico-funcional, porquanto representa o suporte de um sistema econômico e uma maneira de viver.

A realidade urbana que se caracteriza por possuir grande concentração de população, como mencionado, em um espaço territorial restrito, favorece o aparecimento de novas relações econômicas e de um *ethos* característico das cidades e que se expressa nas formas e estilos de vida específicos dessa realidade socioeconômica e cultural.

Considerando que o conceito de urbanização não é definido de forma clara, pode haver dificuldades também para se fazer a determinação do que é próprio do mundo urbano ou especificamente rural. Isto vai depender do critério utilizado para a categorização do urbano. Neste sentido, pode existir, por exemplo, uma cidade de economia rural, com pequenos mercados, podendo, por vezes, assumir funções defensivas, administrativas e religiosas. Outros tipos de cidades caracterizam-se pelo comércio, indústria ou mesmo com destaque para os dois segmentos econômicos.

Na perspectiva aqui adotada, o que se pretende é evidenciar as especificidades de cada realidade, urbana e rural. Sabe-se que originariamente uma e outra realidade são distintas, havendo mesmo uma certa contraposição nas suas características, a exemplo de proximidade/distanciamento entre os seus habitantes. Assim, o que define cada uma das regiões são os elementos que as tipificam e, nesse sentido, o que de fato marca são as diferenças que caracterizam cada uma delas. Entretanto, essas distinções não são assim tão contrapostas como pode parecer.

Fazendo-se uma leitura mais atenta, é possível encontrar elementos de identidade entre uma e outra, especialmente em regiões próximas, ou de expansão, de cidade. Nesse sentido, é significativo chamar a atenção desse fato, bem como para a necessidade que existe de se fazer um aprofundamento do tema em discussão, quem sabe, até mesmo a construção de outra categoria que dê conta de explicar melhor realidades com essas características, dando um tom mais apropriado, talvez intermediário, mas que possibilite melhor entendimento.

3.5 Organização e liderança comunitária local

A organização comunitária no Povoado Coroatá teve sua origem na década de 80. Muito embora seja considerada uma década em que os movimentos sociais entram em crise, denominada de “a década perdida”, teve grandes momentos de discussão e de

mobilização da sociedade civil em âmbito nacional, regional e até mesmo local, a exemplo do movimento das Diretas Já e da Constituinte.

Desta maneira, o período se destaca como uma época muito rica nas discussões e ações concretas por conquista de direitos sociais, como a organização de entidades de luta pela moradia, Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários - FAMCC e Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí - FAMEPI, a intensificação do aumento das invasões de terrenos na periferia de Teresina, principalmente pelos sem-teto, e da luta pela conquista da terra pelos camponeses nas zonas rurais, tanto da capital quanto noutros municípios, gerando muitas discussões e pondo em evidência muitos conflitos de terra e marcando também a forte presença da organização no campo, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST)¹⁶. Esta situação coloca com maior clareza a questão dos direitos coletivos e da cidadania.

Neste contexto, foi organizada e institucionalizada a primeira associação de moradores do povoado, Associação Comunitária de Desenvolvimento do Coroatá (ACDC), em 1987¹⁷, ano em que a Constituinte estava reunida, elaborando a Nova Carta Magna Brasileira, publicada em 1988, onde são garantidos formalmente direitos indispensáveis ao exercício da cidadania, ainda que desrespeitados na sua grande maioria, há muito tempo reivindicados pela sociedade civil brasileira.

Entre os camponeses brasileiros e outras categorias de sujeitos submetidos a diferentes tipos de dominação e exclusão social, a resistência sempre ocorreu, ainda que de forma individual, velada ou desorganizada, contra a exploração existente, imposta principalmente pelos proprietários de terras sobre os moradores e lamentavelmente ainda se mantém naquele local. Assim, não existe uma tradição de luta organizada de forma coletiva dos moradores pelos seus direitos.

A Associação local surgiu e se organizou no âmbito daquela conjuntura. E, diga-se, com um grau muito bom de organização, envolvendo todos os núcleos habitacionais que compõem o povoado como um todo, atingindo praticamente a totalidade de suas famílias. Nesse contexto, a Associação tentou canalizar sua ação no sentido de construir a sua utopia de autonomia, mas, para isso, contava também com o “apoio” de uma administração municipal em que havia uma certa condescendência com os movimentos e procurava estimular a organização popular. Na verdade, essa legalização e institucionalização

¹⁶ Movimento social que atua na organização dos trabalhadores rurais sem terra, fundado em 1979.

¹⁷ Como consta do Livro de Atas da Associação, foi fundada em 31/10/1987.

acabavam por cercear o caráter mais revolucionário e/ou reivindicatório dos movimentos populares que atuavam tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Embora os movimentos, na estrutura do poder municipal, contassem com uma Secretaria Especial¹⁸ para cuidar desses assuntos, a condução das ações desse órgão foi no sentido de construir uma base de sustentação política do secretário, que reivindicava para si a qualidade de uma “liderança” nata, centrada na figura do “grande líder”, em detrimento dos reais interesses específicos de cada movimento. Na verdade, essa Secretaria foi criada com a função de cooptar as lideranças e, conseqüentemente, esvaziar os movimentos, o que em parte conseguiu concretizar esse objetivo.

Se por um lado o movimento era só reconhecido, formalizado e legitimado pelo poder público, por outro, retirava do movimento considerável parcela de sua autonomia, gerando com isso o seu enfraquecimento.

E, como a Associação local, nos seus primeiros anos de existência, buscava atuar de forma autônoma, discutindo os problemas locais e buscando construir com isso uma consciência crítica dos seus membros, suas reivindicações quase sempre eram barradas, não só pelas autoridades municipais como também pelos proprietários locais que jamais quiseram a independência dos camponeses.

Diante da falta de resultados concretos, a população que esperava esses resultados de forma imediata e também por certa dose de medo de represália por parte de alguns proprietários, acabou por não mais dar o seu necessário apoio, passando também a duvidar e, de certa forma, a não acreditar nessa forma de luta. Não perceberam a dimensão do seu potencial, do poder que seria possível exercer a partir de sua organização.

Posteriormente, houve uma descontinuidade das ações da Associação e, conseqüentemente, da organização comunitária. Essa situação tem se constituído como uma marca daquela Comunidade.

Para efeito deste trabalho, considerando os limites e as especificidades da realidade pesquisada, está sendo considerada liderança aquela pessoa que, em virtude do tipo de relação que mantém com a comunidade, tenha alguma influência sobre as pessoas daquele lugar, seja pela questão do domínio de certos conhecimentos, a exemplo das pessoas responsáveis pela condução das atividades religiosas, seja em função da ocupação de algum cargo, eletivo ou não, seja ainda por motivos políticos, partidários ou de outra ordem, que atuam ali. Assim, são lideranças: os diretores de associação de moradores,

¹⁸ Secretaria Municipal do Interior e Assuntos Especiais de Teresina.

dirigentes dos times esportivos, organizadores de eventos religiosos, de diversão e representante de força política, baseada na Capital, que atua de forma direta ou indireta naquele local.

A atuação dos camponeses coroaenses na construção dos espaços sociais tem sido marcada pela dificuldade que sempre enfrentaram - a falta de autonomia, em função da dependência em relação aos proprietários das terras locais, bem como outros limites que lhes são impostos.

No conjunto dos camponeses habitantes daquele local, são poucos os que possuem a sua terra, o seu espaço próprio para trabalhar e produzir, inclusive, mesmo que seja apenas para morar. Essa situação repercute diretamente na sua independência e qualidade de vida.

Esclarecidos esses pontos preliminares, básicos e de grande relevância, pode-se avaliar a importância dada, bem como o nível de envolvimento da população, com vistas a uma intervenção dos sujeitos para construir as tomadas de decisões envolvendo a vida particular e da comunidade a que pertencem esses sujeitos, definindo, assim, os rumos que devem seguir e especialmente para se avaliar o estágio de construção de sua cidadania.

4 Caracterização da comunidade pesquisada

Do ponto de vista social e econômico, genericamente pode-se afirmar, sem nenhum receio, que a população da comunidade pesquisada caracteriza-se como extremamente carente, existindo alguns casos muito graves, como pode ser constatado nos capítulos V e VI. E, no que se refere especificamente às ocupações em atividades produtivas para sustentação das famílias, é necessário se fazer algumas considerações.

Os sujeitos pesquisados, na sua totalidade, pertencem a uma mesma classe social, considerando o baixo nível das condições socioeconômicas em que vivem e que determinam o poder aquisitivo de bens e serviços que possui aquela comunidade. O que se pode observar em termos de diferenciação se dá muito mais considerando o papel social que desempenham alguns sujeitos na comunidade, a exemplo da professora ou das lideranças locais. É significativo mostrar que os camponeses daquela comunidade, pelas condições difíceis do próprio lugar, não têm como viver de apenas uma atividade, seja na

agricultura, seja como subempregado e até mesmo como vendedores ambulantes em eventos diversos.

Quanto à principal atividade e ocupação, ou seja, à profissão, a grande maioria entre os pais entrevistados respondeu ser lavrador, praticamente na sua totalidade, embora outras profissões tenham aparecido, como pedreiro e eletricista. Também foi comum as mães afirmarem ser lavradoras e domésticas do próprio lar. Poucas mães assumem outras funções diferente destas, embora no contexto dessas funções principais, elas sejam responsáveis por outras atividades produtivas ou de algum negócio, para a garantia do sustento de sua família, a exemplo das vendedoras de festas, mais conhecidas como “banqueiras”.

Este tipo de respostas se deu em função da condição histórica daquela população, que determina, necessariamente, uma identificação com as atividades agrícolas e também uma dependência, pois teve a sua origem no meio rural, o que vincula a sua principal atividade produtiva à agricultura ou a outras atividades características do campo. Vale ressaltar também as poucas oportunidades para a ocupação ali em outros setores produtivos ou serviços.

Mesmo aparentando uma certa homogeneidade no conteúdo das respostas dadas pelos entrevistados, é necessário se fazer algumas considerações sobre a atual situação das famílias locais no que se refere às suas condições de sobrevivência.

Nesse sentido, para que seja feita uma análise que dê conta de modo satisfatório do entendimento das principais questões referentes àquela comunidade, especialmente no que se refere ao desempenho da educação escolar e informal, para o estabelecimento do quadro atual em que se encontra, é necessário apontar alguns elementos esclarecedores.

Primeiramente, há que se atentar para a origem dos habitantes da comunidade pesquisada. Embora não haja estudos específicos que evidenciem este particular, a tradição local mostra que praticamente toda aquela comunidade foi formada por moradores vindos de outras localidades rurais próximas.

Outra questão se relaciona à produção que historicamente esteve sempre vinculada à atividade agrícola, embora essa tradição de atividade produtiva esteja atualmente bastante prejudicada pelas transformações que ocorrem ali.

Outra consideração a ser feita, e que no contexto desse trabalho é da maior importância, trata-se da crise vivida pelo modo de produção camponês.

Sabe-se que este modelo de produção é fortemente prejudicado pelo sistema econômico e de produção hegemônico, o capitalista.

Essa situação se dá de forma mais intensa e destruidora na realidade onde foi realizada a pesquisa, em decorrência da pressão imposta pelo famigerado sistema econômico e modelo produtivo vigente, e, mais especialmente, pelas peculiaridades daquela realidade.

Isso pode ser mais bem explicado e entendido pela localização da referida área, como referido, nas proximidades da periferia de uma cidade que mantém forte influência na região, portanto, onde os apelos e as imposições capitalistas são muitos fortes.

CAPÍTULO II

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Este ensaio elege como objeto de estudo um contexto social determinado onde as relações sociais são forjadas e estabelecidas a partir de muitas contradições, carências e de dependência de seus sujeitos; onde a descaracterização do modo de viver próprio do camponês é bastante acelerada, provocada pelas transformações sociais e econômicas locais, com fundamento nessas mesmas questões, mas sob as determinações macroeconômicas do sistema capitalista globalizante.

Para garantir a apropriação dos elementos necessários para descobrir o que subjaz às questões referentes à contribuição da escolarização do camponês na construção da cidadania, considerando as implicações do contexto específico na sua relação com o todo e vice-versa, o trabalho elege a perspectiva teórico-metodológica que entende a realidade a partir de uma concepção histórico/crítica e dialética.

Nesse sentido e no que se refere à relação parte e o todo, ou seja, o micro e o macro, como expressa Damasceno (1998), o entendimento mais atual no campo do conhecimento em que se situa essa pesquisa, o social e educacional, é no sentido de privilegiar a parte, tendo em vista a necessidade de se dar explicações, partindo da apropriação da realidade imediata, de maneira que se tenha como ponto de partida o cotidiano e suas implicações, sem, contudo, descartar a importância da realidade mais ampla, na perspectiva de entender a totalidade.

O entendimento é de que no específico estão os elementos do todo, havendo portanto uma interdependência de uma e outra realidades. Assim, para se fazer uma análise consistente de uma dada realidade, pode-se partir de um olhar restrito na perspectiva de, mesmo parcialmente, dar conta satisfatoriamente para o entendimento do contexto mais geral. Nenhuma teoria ou metodologia abrange na sua plenitude qualquer objeto de estudo, especialmente, pela complexidade, ao se tratar da realidade humana.

O pesquisador compartilha do pensamento de Damasceno (1990), que entende ser necessário para este tipo de pesquisa um estudo exploratório, objetivando a testagem dos instrumentos de coleta de dados e também do referencial teórico. O entendimento aqui é de que essa etapa foi atingida satisfatoriamente. Para isso, contribuíram de maneira positiva o

forte relacionamento e a proximidade que este pesquisador tem com o local e os sujeitos que compõem o universo da pesquisa, propiciando, desta maneira, elementos básicos para o início da intervenção e continuidade de sua realização.

Assim, o processo de investigação combinou elementos do estudo etnográfico com aqueles do estudo de caso, como forma de garantir, de forma consistente, o seu desenvolvimento, conforme idealizado por este pesquisador.

O universo pesquisado se constituiu de todos os moradores do povoado Coroatá, dos ex-moradores e outras pessoas que podiam contribuir de maneira significativa para a realização desta pesquisa, bem como dos servidores públicos responsáveis pela educação rural do Município de Teresina, com alguma ingerência naquele povoado.

Para efeito da escolha dos sujeitos que participaram diretamente da pesquisa, considerou-se significativo observar alguns critérios norteadores e que se entendeu fundamentais para garantir uma aproximação e compreensão de forma adequada daquela realidade como objeto de estudo. Desta forma, somente participou como sujeito a pessoa que tenha tido, ou que tenha atualmente alguma experiência relacionada com a escola local, seja como aluno, matriculado ou egresso; professor ou ex-professor; pai, mãe ou responsável de aluno matriculado; administradores ou ex-administradores e as lideranças comunitárias. E, assim, garantiu-se que, preferencialmente, cada sujeito tivesse uma vinculação direta, morando e desenvolvendo atividade própria do campo, naquele local ou nas imediações.

Dessa forma, partiu-se para o estudo, considerando significativa esta visão de pesquisa na busca por captar o máximo do real. Esta tarefa só foi possível mediante um esforço e dedicação muito grandes e não se teve a pretensão de dar conta de explicar o universo pesquisado em toda a sua amplitude, mas, partindo de uma realidade específica, elegendo algumas categorias básicas de análise e temáticas, chegou-se a algumas questões e explicações, muito esclarecedoras, embora ainda não conclusivas.

1 Coleta de dados

Considerando a questão central desta pesquisa e as condições concretas da população do campo e da própria realidade objeto deste trabalho, já problematizada, a proposta consistiu na busca de entender quais a importância e o significado da escola para a construção da cidadania, expressos pelas famílias, sujeitos da escola e representantes da comunidade, partindo do contexto histórico em que foram criadas as escolas rurais no Município de Teresina, e da análise das leis, planos e programas existentes e o que as políticas expressariam (que de fato não existem) voltadas para a educação camponesa, e especialmente, explicitar quais são as expectativas relativas à sua educação via escolarização.

Neste sentido e na perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, se optou por uma fundamentação sócio-histórica e dialética, onde os aspectos qualitativos da pesquisa são imprescindíveis, pois a intenção sempre foi na busca pela apreensão da realidade estudada de maneira significativa, que garantisse o alcance dos objetivos propostos. Para tanto, foi necessário lançar mão não apenas de uma modalidade de instrumento de coleta de dados, mas de algumas, para assim garantir de maneira satisfatória a realização deste trabalho, em função de entender que as modalidades de instrumento escolhidas não são excludentes e sim complementares.

Desta forma, para a etapa da coleta dos dados, utilizou-se a observação participante; a entrevista semi-estruturada, individual, familiar e, constatada a necessidade, a entrevista de explicitação; a análise de documentos; o diário de campo, também foi utilizado como instrumento complementar de coleta de dados.

A entrevista semi-estruturada constitui-se num dos principais instrumentos para a coleta de dados desta pesquisa, sendo utilizada sob três formas e momentos distintos. Num primeiro momento, foi utilizada a modalidade individual, com alguns dos sujeitos constituintes do universo e escolhidos para participar da pesquisa por serem considerados indispensáveis, como professoras e lideranças locais, formais ou não. Em outro momento, ou paralelamente, foi usada a entrevista na modalidade familiar, quando foram entrevistados os pais, as mães, ou responsáveis, os alunos e em alguns casos outros familiares presentes quando da realização da entrevista. As dúvidas surgidas e a tentativa

de síntese das informações foram esclarecidas através da entrevista de explicitação realizada ao final da fase de coleta de dados, ou de conversas informais com os sujeitos participantes da pesquisa.

A realização dessas entrevistas obedeceu a alguns critérios, como um roteiro com questões previamente elaboradas, com o objetivo de facilitar e ao mesmo tempo garantir um certo controle na condução da entrevista pelo entrevistador; a combinação prévia com os sujeitos, marcando local e horário para a realização da entrevista e o assunto a ser tratado. Alguns deles, como a professora mais antiga em atividade, a primeira professora da escola e os alunos fundadores da escola, contribuíram de forma significativa com os dados relativos à história daquela escola, foram as fontes históricas.

Foi realizada uma reunião, quando se tentou obter esclarecimentos, informações e um aprofundamento sobre a temática da pesquisa - a construção da cidadania no contexto da escolarização camponesa, em seus vários aspectos, com os diferentes sujeitos, bem como captar outros elementos, ainda não explicitados, que pudessem contribuir para o enriquecimento do estudo realizado.

Nessa reunião, o pesquisador colocou para ser ouvida a música *Cidadania*, de autoria do cantor e compositor Zé Geraldo, com o objetivo de, além de ser ouvida, ser também analisada pelos sujeitos da pesquisa ali presentes. Na mesma reunião, uma Professora da UFPI¹⁹ ministrou uma palestra sobre *cidadania*, objetivando instrumentalizar ainda mais aqueles sujeitos sob o aspecto teórico e assim reforçar a discussão sobre a temática.

Para algumas lideranças comunitárias solicitou-se ainda uma contribuição suplementar quando, poderiam responder opcionalmente a um pequeno questionário enfocando, especificamente a cidadania, para uma análise da escola de forma mais aprofundada e do ponto de vista político.²⁰ Poucos o devolveram e não atingiu o objetivo.

Para a realização deste trabalho, e especialmente no que se refere à política de educação voltada para o campo, e ao histórico contextualizado da criação das escolas na zona rural do Município, como apontado, foram utilizadas diferentes fontes de informação, especialmente a observação e participação direta, a entrevista, a análise de documento e pesquisa bibliográfica. Desta maneira foram feitos o levantamento e a leitura de

¹⁹ Josania Lima Portela, Professora da UFPI e Mestranda da UFC.

²⁰ Para o esclarecimento de pontos ou questões obscuras, sempre que necessário, houve o retorno à fonte da informação, seja documental ou à pessoa entrevistada.

documentos oficiais, a consulta de outras fontes como a literatura voltada para esta questão. Quanto ao histórico, tiveram preponderância os relatos dos sujeitos ora referidos, incluindo-se aí determinados aspectos da história de vida de alguns deles, tendo como foco central os elementos que se caracterizaram como sendo de interesse para a pesquisa.

Um importante instrumento utilizado foi a observação participante, a partir de atividades e eventos diversos, como reuniões formais ou não, organizadas pela comunidade ou responsáveis pelo planejamento e execução das ações educacionais, voltadas para a escolarização da população local.

A elaboração destes instrumentos de coleta de informações seguiu as orientações teóricas, objetivando e captar os dados necessários à apropriação adequada daquela realidade. Para tanto, algumas técnicas foram empregadas como, por exemplo, a utilização de música, em reunião comunitária tratando de situações e realidades semelhantes, para suscitar discussões pertinentes aos seus problemas e sobre a escola.

2 Análise dos dados

Desta forma, a análise dos materiais e das informações colhidos durante a pesquisa seguiu os fundamentos e objetivos propostos para esta pesquisa.

Assim, toda a análise e a interpretação do material coletado foram feitas na perspectiva de articular os elementos empíricos com a fundamentação teórica deste trabalho, objetivando uma leitura mais próxima possível da realidade objeto de investigação, e teve como preocupação básica o entendimento da dimensão do que significa e o que esperam, os sujeitos, da educação escolar destinada àquelas famílias da comunidade local, bem como as implicações para as suas vidas naquele contexto e, desta forma, dar uma contribuição, ainda que mínima, no sentido de poder vislumbrar um projeto de educação e desenvolvimento capaz de responder aos anseios, aspirações e às necessidades daquela gente, tendo como elementos a serem considerados a dignidade, o respeito cultural e a construção da cidadania fundamentada em sua identidade e valores de forma situada em seu contexto histórico, concretizando assim a busca pela sua realização plena. O item seguinte descreve detalhadamente os passos desse processo.

3 Procedimentos operacionais

Após a aprovação, o Projeto de Pesquisa, foi retomado com o objetivo de serem acrescentadas as observações feitas pela Banca Examinadora, especialmente as orientações de caráter mais propriamente didático dadas pela orientadora, considerando o contexto onde seria realizada a pesquisa. Assim, buscou-se articular essas orientações com os objetivos da proposta inicial do Projeto, dotando-o de uma linguagem e questionamentos mais apropriados para a realização da etapa seguinte a ser desenvolvida para a continuidade da pesquisa.²¹

3.1 O concreto para a realização da pesquisa

O início das atividades de campo, numa perspectiva de coletar os dados para elaborar a dissertação, ocorreu imediatamente após o Projeto ter sido defendido em 6 de maio de 1999.

Esta fase da pesquisa foi desenvolvida, observando-se em parte a proposta original do projeto apresentado à Banca Examinadora, que objetivava conhecer de forma mais aprofundada o significado da escola para a população do campo e o que esperam dessa instituição para a formação de seus filhos. Somando-se a esses elementos, as observações feitas pela Banca Examinadora no sentido de analisar o papel desempenhado pela Escola no tocante à construção da cidadania, que a partir desse momento se constituiu no eixo central da dissertação. E, com um objetivo complementar, buscou-se constatar se existe, ainda que velado, um projeto alternativo de educação daquela população, ou se apenas assimilam o projeto educacional colocado ao seu alcance pelo sistema educacional. Ou seja, se o processo de assimilação do urbano chega a ser de fato assumido por aquela gente como sendo o melhor projeto para ela, ou se realmente é a única opção, sendo assim aceito sem que se façam os devidos questionamentos.

Com este propósito, seguindo uma sistemática que contou com diferentes atividades, incluindo visitas, observações, conversas, entrevistas, que de fato foi um dos principais instrumentos para a coleta dos dados, e ainda, a participação em reuniões específicas da comunidade ou da Escola, buscou-se captar o máximo de elementos para compor os dados necessários à realização da pesquisa e elaboração final da dissertação.

²¹ Os roteiros de entrevista contendo as questões são parte dos Anexos.

Para se ter uma visão mais concreta do que foi realizado, como já se escreveu, o pesquisador não só categorizou as atividades realizadas como também esforçou-se para dar uma apresentação de forma sintética dos seus significados, definindo mais claramente cada uma dessas atividades para o contexto da pesquisa e para a elaboração deste texto.

3.2 Solicitação e recebimento de documentos

Para solicitação e recebimento de documentos, foram necessárias algumas visitas à Secretaria Municipal da Educação e Cultura - SEMEC e à Escola. Os documentos são aqueles que tratam da proposta curricular do Ensino Fundamental no Município de Teresina, incluindo já a nova estrutura desse nível de ensino; os planos de curso das várias matérias elaborados pelas professoras; livros adotados na escola e outros, necessários ao desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

As atividades com esse objetivo foram realizadas no momento da realização das visitas a essas instâncias, com o objetivo específico determinado para a pesquisa ou outro qualquer, desde que fosse possível a aquisição do material sem nenhum transtorno ao desenvolvimento das atividades comuns.

Para os procedimentos no cotidiano da pesquisa, foram elaborados alguns critérios objetivando garantir a adequada apreensão dos dados para a sua análise e conseqüentemente, também resultados consistentes. Tais critérios estão relacionados aos diversos momentos e aspectos que dizem respeito ao desenvolvimento da pesquisa, como se expõe em seguida.

3.3 Abordagem dos sujeitos, entidades e instâncias

Cada componente do universo da pesquisa foi contatado, através de reunião ou individualmente com antecedência para ser notificado dos objetivos da pesquisa e, ao mesmo tempo ser convidado a fazer parte como sujeito do estudo, oportunidade em que se apresentou e destacou a importância do trabalho, não somente para a tomada de decisões pelas autoridades no que se refere à escolarização dos camponeses, mas, além disso, possibilitar ao próprio camponês conhecer melhor a sua realidade e explicitar quais são as

suas aspirações neste particular, contemplando desta maneira os moradores residentes naquele lugar.

Nesse sentido, no que se refere às atividades escolares, foram considerados os tipos de atividades desenvolvidas pela professora em sala de aula, a forma e o tempo usados para o desenvolvimento dessas atividades, bem como o relacionamento com seus alunos.

Quanto aos eventos e atividades da comunidade, de interesse particular ou coletivo, também foram considerados os sujeitos envolvidos e o que compete a cada um, o tipo de atividade, o tempo destinado, tipo de relacionamento mantido entre os sujeitos observados, as diferenças e contradições presentes.

O trabalho informativo junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e à Escola constituiu-se de dois momentos principais: o primeiro, através de visitas com o objetivo de contatar com as pessoas e setores responsáveis pela educação escolar na zona rural do Município, como coordenadores, supervisão escolar, a diretora da escola, ou seja, todas as instâncias relacionadas com o planejamento, a execução e administração da educação escolar do camponês; no segundo, buscou-se adquirir os documentos e todos os dados necessários à realização da pesquisa.

Atuam no Município instituições vinculadas à questão agrária e que trabalham a educação do camponês como a CPT, MST, FETAG, UFPI que atualmente trabalham na perspectiva principalmente da alfabetização dessa sofrida e excluída categoria de sujeitos. Entretanto nosso trabalho contempla a escolarização de responsabilidade da rede municipal de ensino.

3.4 Visita

A visita para a pesquisa teve um caráter bastante amplo, pois foi sendo utilizada tanto para os contatos de aproximação com os sujeitos, sem o objetivo direto de obter dados, bem como para a realização efetiva das atividades específicas da pesquisa, a exemplo das entrevistas nas próprias residências das famílias. É usada ainda para fazer as observações e para a obtenção de documentos junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, ou junto à própria Escola.

3.5 Apresentação do projeto

Para fazer uma divulgação de forma coletiva junto aos sujeitos da pesquisa, após uma semana de observação na Escola e na comunidade, foi feita uma reunião, no dia 21/05/99, para a qual foram convidados, diretamente ou por escrito, os pais, mães, responsáveis por aluno da 4ª série e lideranças comunitárias. A reunião contou com mais de 30 pessoas da comunidade presentes, onde este pesquisador apresentou a sua proposta de trabalho. Na oportunidade, além da apresentação da proposta de trabalho que seria desenvolvido naquela comunidade, foram explicadas as razões de se ter escolhido aquele local bem como os sujeitos para participarem da pesquisa, e foi solicitado ainda que colaborassem com o pesquisador. Todos se colocaram favoravelmente à solicitação, não só respondendo afirmativamente, como se colocando à disposição, o que de fato se confirmou durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

3.6 Entrevista

O universo de sujeitos entrevistados constituiu-se das seguintes categorias; aluno fundador, aluno matriculado na 4ª série e respectivos pais ou responsáveis, alunos da alfabetização de adultos, liderança comunitária, professora (fundadora, a mais antiga da escola, e as atuais). Esta modalidade se constituiu em um dos principais instrumentos para a coleta de material da pesquisa, sendo que praticamente todos os sujeitos foram entrevistados, atingindo plenamente o que foi planejado, incluindo-se aí todas as categorias participantes. Alguns sujeitos pertencem a mais de uma categoria, como pais e mães que estudam na turma de alfabetização de adultos, ou a professora de alfabetização de adultos que é liderança comunitária e religiosa.

Relativamente à quantidade de sujeitos, praticamente todos foram contatados, seja através de visita, da observação, da entrevista, ou através de conversa informal.

No que se refere especificamente às entrevistas, foram entrevistados 82 (oitenta e dois) sujeitos, sendo: 16 (dezesesseis) mães; 14 (catorze) pais; 03 (três) responsáveis por aluno; 32 (trinta e dois) alunos da 4ª série; 05 (cinco) alunos da alfabetização de adultos; 04 (quatro) lideranças comunitárias; 02 (dois) alunas fundadoras; a professora fundadora; a atual Diretora que é a professora mais antiga da Escola, em atividade; demais professores

da escola em atividade no ano de 1999 que eram 04 (quatro), incluindo a professora da alfabetização de adultos.

A entrevista com uma família durou em média entre sessenta e noventa minutos. Praticamente todas as entrevistas foram marcadas com antecedência e, mesmo assim, houve alguns, mas poucos casos, que inviabilizaram a realização de algumas delas.

3.7 Observação

A observação juntamente com a entrevista foram as atividades de coleta de dados que, em função dos objetivos e da metodologia do trabalho, se constituíram como as mais importantes e, conseqüentemente, as mais freqüentes durante a realização da pesquisa. Isto ocorreu também pela variedade e quantidade de eventos acontecidos na comunidade e que participou este pesquisador.

Desta maneira, foram observadas aulas na turma da 4ª série e na turma de alfabetização de adultos; atividades do cotidiano dos camponeses, como as atividades de fabricação da farinha de mandioca, em todas as suas etapas; jogos de futebol, seja “oficial” (torneios) ou apenas a “pelada” diária; reuniões na comunidade, sejam religiosas (novena, procissão, culto evangélico) ou de associação de moradores; reuniões fora da comunidade, mas que fosse de seu interesse, a exemplo do Fórum Escola x Família, Orçamento Popular do Município de Teresina para 2000, Planejamento Bimestral das escolas do Eixo, ainda a entrega na Capital, de prêmios aos alunos vencedores de uma competição realizada pela SEMEC, envolvendo todas as escolas da rede municipal, incluindo a Escola da zona rural onde se realizou a pesquisa.

Entretanto, o caráter como de apenas observador nem sempre foi rigorosamente garantido, como ocorreu, por exemplo, no Fórum Escola Família, em que, durante a realização, este pesquisador foi escolhido para coordenar e ao mesmo tempo ser o relator de grupo de trabalho.

3.8 Observação participada

O que difere da anterior é o sentido dado à participação do pesquisador no evento. Na primeira, o objetivo é exclusivamente o de observar, sem que haja uma intervenção

direta. Nesta, tanto há a observação propriamente dita, como o observador participou, contribuindo diretamente para a realização do evento, fazendo intervenções ou contribuindo para a organização.

Exemplo típico de atividade desta natureza foi a realização de um evento esportivo e cultural (jogo de futebol e apresentação do grupo ABADÁ de capoeira)²² promovido pela mais tradicional associação de moradores local, a ACDC, onde um dos organizadores tem sido este pesquisador; ou ainda, uma reunião entre pais de alunos e a direção de uma empresa de ônibus responsável pelo transporte dos estudantes, convocada por uma liderança comunitária para discutir a agressão sofrida por um estudante, feita pelo motorista da empresa. Participação ainda nas atividades agrícolas, acompanhando as famílias na roça e casa de farinha.

3.9 Conversa informativa

Esta modalidade de atividade foi utilizada na pesquisa não apenas para uma melhor aproximação, de forma direta e sem formalidades, mas também objetivando obter informações preciosas junto às pessoas e à realidade onde se deu a pesquisa, seja de maneira individual, seja na família, ou em locais freqüentados por pessoas da comunidade, a exemplo dos bares e quitandas, casas de farinha, beira dos campos de futebol etc.

Do ponto de vista da quantidade e da freqüência, essa atividade se deu quase que continuamente, paralela às outras atividades de coleta de informação.

²² Esse grupo de Capoeira é de Teresina e tem se apresentado uma vez a cada ano no povoado, desde 1995. O Grupo goza de uma popularidade muito grande entre os moradores do local.

CAPÍTULO III

REVELANDO A ESCOLA QUE TEMOS

1 A educação rural brasileira na década de 1950

Na perspectiva de garantir os objetivos propostos para esse trabalho, é significativo destacar e delimitar os elementos de caráter histórico essenciais para melhor apropriação do objeto de estudo. Por outro lado, em virtude da sua construção histórica, é necessário um corte teórico-metodológico, determinado, principalmente, em função da década e do ano em que foi criada uma escola na comunidade objeto da pesquisa.²³

Entretanto, outros elementos têm uma significação e importância muito grandes para se fazer este recorte. Assim, relacionamos alguns e, do ponto de vista mais abrangente, apontamos os diversos momentos, principalmente político, por que passou o Brasil nesses cinquenta anos de história, mas especialmente em função de ser aquela década rica na discussão sobre a educação rural, sendo objeto de preocupação do governo brasileiro que colocava a situação social e educacional do camponês como sendo de segurança nacional e que foi também causa para a celebração de acordo de cooperação entre este país e os Estados Unidos (Leite, 1999:32) como forma de expansão econômica do País.

Uma das principais fontes sobre a educação rural no Brasil no final da década de 40 e início da década de 50 é, sem dúvida, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, pela quantidade de matérias escritas no mesmo período e que fazem parte de vários de seus números, mostrando naquele momento a atualidade e a intensidade dos debates sobre o assunto.

A mesma Revista traz um número²⁴ em que reúne artigos publicados na imprensa nacional de 1946 a 1950, sobre um plano desenvolvido pelo INEP para a ampliação e melhoria da rede escolar do ensino primário. Como o ensino primário no Brasil sempre foi bastante precário, especialmente na zona rural, este plano teve como atenção central a construção de escolas e grupos escolares no campo, como podemos observar ao examinar parte de tais matérias.

²³ Trata-se da Escola Municipal Deoclécio Carvalho e a comunidade do Coroatá, Zona Rural de Teresina.

²⁴ V.1, n.1, p. 29 – 35, jul.1944.

A matéria que abre a seção “Através de Revistas e Jornais” tem como título “Rumo Certo”²⁵ e foi publicada no *Diário Carioca*, do Rio, sem indicação de autoria. É significativo notar como é apresentado o problema do ensino primário no período correspondente ao Estado Novo, fase em que, segundo o artigo referido, as preocupações com a educação no Brasil teriam se concentrado nos graus médio e superior de ensino. O autor da matéria defende o princípio de uma “escola comum”, nos moldes liberais, semelhante tanto para o campo quanto para a cidade, sendo, portanto, universal, independente do local e das origens sociais daqueles a quem se destina. Finalmente, o autor defende a parceria da escola com outras instituições, possibilitando desta forma o acesso ao conhecimento de forma universalizada bem como a outros serviços dos quais a escola não pode dar conta.

Outros artigos da *Revista* informam sobre importantíssimos fatos e atos envolvendo o ensino elementar no Brasil, como a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942, firmado entre União e Estados. Em 1943, “com o intuito de desenvolver o ensino tipicamente rural e dar-lhe assistência necessária”, criou-se a Assistência Técnica do Ensino Primário e é elaborado o plano para ampliação desse mesmo nível de ensino, cabendo ao INEP a responsabilidade de executá-lo, e, no mesmo ano, são editadas duas leis orgânicas, a do Ensino Normal, responsável pela formação dos mestres que atuariam no ensino primário, e a Lei do Ensino Agrícola.

Teve início em 1946 a construção das escolas rurais pelo INEP,²⁶ projeto que previa a construção de mil e trinta e oito escolas primárias em todos os estados e territórios.

Para Calazans (1993), houve uma multiplicidade de projetos e programas nesse período, envolvendo o governo brasileiro e instituições dos Estados Unidos. Essa política fomentou a criação de instituições como a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), em 1945, encarregada de promover eventos como as Semanas Ruralistas e da criação de centros de treinamento, bem como de clubes agrícolas; em 1947, foi criada a Campanha de Educação de Adultos e, posteriormente, criadas as Missões Rurais de Educação de Adultos, fundamentada na idéia de uma ação educativa integral para a melhoria geral das condições de vida material e social de pequenas comunidades, sendo que a primeira dessas missões começou a funcionar na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

²⁵ V.14,n.38, Jan/abril,1950.

²⁶ Idem.

Para sanar as carências da educação de base, foi criada em 1952 a Campanha Nacional de Educação Rural, que objetivava realizar pesquisas sobre as condições da vida rural brasileira; preparar pessoal para trabalhar com a educação de base; promover a cooperação entre as instituições responsáveis pela educação e por serviços de promoção do bem comum com atuação no meio rural; incentivar a elevação dos níveis econômicos da população rural através da introdução de técnicas avançadas de organização e de trabalho; contribuir para a melhoria dos níveis educacionais da população camponês em seus diferentes aspectos; garantir a orientação técnica e auxílio financeiro a instituições com atuação no meio rural, afinadas com as propostas do plano.

Ainda que o debate de todo esse movimento, segundo Leite (1999), girasse em torno da educação, situando a educação rural como problema de segurança nacional, o fato é que praticamente tudo se reverteu para os aspectos do desenvolvimento através da extensão rural, onde, por meio desse plano, os brasileiros recebiam bolsas para serem treinados nos EUA. Como fruto desses convênios, foram criadas instituições no Brasil, responsáveis pelas questões referentes ao desenvolvimento do campo, a exemplo da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, em 1948, e posteriormente, em 1956, a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - ABCAR, (Calazans, 1993) com interesses voltados para o desenvolvimento econômico.

É notória a forte centralização, no plano da administração federal das questões educacionais, talvez em decorrência da falta de um instrumento legal que definisse o papel e a competência de cada uma das instâncias governamentais - federal, estadual e municipal - bem como definir os princípios norteadores, a estrutura e o funcionamento do ensino nos seus diferentes níveis e especificidades.

Nesse contexto, o Estado aparece como o principal gestor da educação escolar e, praticamente, o único na realidade do camponês. Isto evidencia uma característica da educação no meio rural, uma marca presente até os dias atuais.

Assim, do ponto de vista da legislação do ensino, trata-se de um período transitório, pois de 1948, quando se inicia o processo de discussão sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, envolvendo os diferentes segmentos da sociedade ligados à educação, só em 1961 é finalmente concluída a Lei (LDB) que, segundo alguns, já teria nascido ultrapassada. O centro dos debates era polarizado. De um lado estavam os defensores da escola pública e do outro os defensores da iniciativa particular, encabeçados pelos religiosos e, desta forma, o resultado não poderia ser diferente. A LDB, que foi aprovada e

promulgada, possibilitou a descentralização da educação da instância federal para os estados e municípios e uma sensível ampliação da participação da iniciativa privada.²⁷

A política objetiva desses planos se expressava no sentido de buscar integração e cooperação entre os países do Ocidente, mas, de fato, o que estava no contexto dessa política eram os ideais do pós-guerra, da chamada “guerra Fria”, encabeçada pelos Estados Unidos e União Soviética, e estava muito bem definido o interesse pela garantia da hegemonia estadunidense, a partir da expansão do capital com a preparação de um mercado propício à aceitação dessa ideologia e de outros produtos destinados aos países periférico e alinhados aos EUA e, no caso, especialmente o Brasil, país de baixo consumo e grandes possibilidades de ampliação tanto da produção quanto do próprio consumo. Em tudo isso, pois, estava subjacente a tentativa que buscava a homogeneização de um modelo de sociedade, atrelada e dependente principalmente dos Estados Unidos, nação mais diretamente envolvida com esses programas de desenvolvimento econômico.

Para evidenciar com maior clareza o peso da influência dos EUA na orientação da política brasileira, naquele momento, especialmente no tocante à educação rural, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* em duas de suas publicações²⁸, traz matérias de autoria de Robert King Hall, da Universidade de Colúmbia, tratando de “observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil”, produto de cinco semanas de trabalho para o INEP, incluindo o Seminário de Educação Rural, realizado no Rio de Janeiro, e de visitas feitas a várias escolas rurais no Estado de Sergipe. Nessa matéria, o autor orienta para a continuidade do plano, embora tenha apresentado seus receios quanto à possibilidade de os objetivos não serem alcançados. Em outra matéria, o Professor estadunidense, elabora uma espécie de “enciclopédia” sobre Educação Rural, para estudo e análise, contendo conceitos e orientações sobre o que fazer para a realização plena do plano.

1.1 A formação do professor da escola rural

Em matéria da Revista referenciada,²⁹ intitulada “Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais”, Lourenço Filho centra a sua atenção e análise para as questões pertinentes à educação direcionada à zona rural brasileira a partir do século XIX,

²⁷ SUDENE. *Proposta para a educação no meio rural*, p. 51.

²⁸ Vol. XIV, n.º 38, jan/abril de 1950 e Vol. XIV, n.º 39, mai/ago. de 1950.

²⁹ V.14,38,p.170.

buscando mostrar a precariedade que sempre marcou este tipo de educação, apontando os principais problemas e suas causas.

Ao relacionar as dificuldades, o autor cita como uma das principais a falta de preparação dos mestres, a improvisação, a dispersão demográfica, os processos primitivos de exploração da terra e a carência de recursos.

Lourenço Filho mostra, ainda, os dados referentes ao índice de analfabetismo existente em cada região do País com base no recenseamento de 1940, sendo o menor de 42%, no Sul e o maior de 72%, no Nordeste e no Estado do Maranhão, chegando a atingir o percentual de 85% de analfabetos na zona rural. Estes dados, por si próprios, são suficientes para se entender a situação de precariedade em que se encontrava ainda a educação escolar naquele momento vivido pelos brasileiros, principalmente por aqueles residentes nas áreas rurais do Nordeste, como as do Piauí. É nesse contexto educacional rural brasileiro que é criada a Escola Municipal Deoclécio Carvalho.³⁰

Especificamente no que se refere à formação de professores para as escolas rurais, era mínima possível no contexto brasileiro da década de 50, constituindo-se dos chamados *professores leigos*. Estudos do início da década de 90, a exemplo de Amaral (1991:53), mais de 50% dos professores da zona rural ainda continuavam leigos e com certeza essas condições ainda não mudaram substancialmente, principalmente nos municípios do interior brasileiro. Só mais recentemente, com a aprovação da nova LDB, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é que passou a haver maior esforço dos administradores de um modo geral e, especialmente, os municipais, no sentido da qualificação desses profissionais. Mas isto só vem acontecendo em decorrência da referida Lei, que, em seus arts. 62 e 87, estabelece a qualificação mínima exigida ao ingresso na carreira como docente da educação básica, que é o curso de licenciatura, de graduação plena, bem como estabelece ainda competência e prazos para que se efetive essa qualificação, até o final da chamada Década da Educação, em 2006. No caso específico da Escola aqui tratada, não existe professor leigo desde a década de 1970.

³⁰ Escola onde ocorreu parte da investigação

2 Breve histórico da Escola Municipal "Deoclécio Carvalho"

Por iniciativa de um dos proprietários de terra locais, Sr. João da Costa Carvalho, a Escola Municipal "Deoclécio Carvalho" foi criada em abril de 1955 e o seu funcionamento começou imediatamente no mês de maio daquele ano.³¹

Desde a data de sua fundação até o ano de 1970, a escola funcionou em um espaço cedido pelo proprietário, na mesma casa onde funcionava o único comércio³² existente no povoado naquela época³³.

Sobre a criação da Escola, sua primeira professora, Raimunda Craveiro de Carvalho Nascimento, Dona Mundiquinha³⁴, afirma que:

Foi seu João Carvalho que era um proprietário de lá, aí ele no tempo de uma política, né, aí ele falou com o Senhor Carvalho, esse povo de Zé de Freitas, era parente dele. Era não, são. Aí eles arranjaram pra ele a escolinha (Primeira professora da escola).

2.1 A primeira professora e as condições da escola

A professora foi indicada por um político, para trabalhar na Escola. Como a própria professora relata, *seu Sr. Carvalho, que era o pai do Antônio Carvalho, lá de Zé de Freitas, ele se interessou muito pela Escola e foi lá em casa e me levou em Teresina. Como Dona Mundiquinha não tinha experiência e só tinha o primário, precisou passar por um teste. Foi preciso fazer um teste, fiz o teste e passei, aí ele mandou fazer a contratação. Tornou-se, assim, a primeira professora daquela escola e, para ser bastante fiel à condição das professoras primárias rurais daquela época no Brasil, era "leiga".*

O espaço destinado ao funcionamento da escola era uma sala, na verdade um pequeno quarto, como informa Dona Mundiquinha: *A Escola funcionava ali, naquela*

³¹ Segundo a dirigente do setor competente, Departamento de Ensino da SEMEC, não existe registro sobre a criação dessa Escola. A atual diretora informou que na década de 70 (setenta) os arquivos pertencentes à Escola teriam sido queimados.

³² Denominado pelos habitantes locais de quitanda, este comércio atualmente ainda existe.

³³ Essas informações foram prestadas pela primeira professora, sua irmã, a 2ª professora da Escola, e duas alunas da primeira turma.

³⁴ A partir desse ponto essa professora passa a ser denominada de Dona Mundiquinha, como é conhecida e sempre foi chamada naquela comunidade.

partizinha do comércio, assim num quartinho, se lembra, né? Agora, tudo bem piqueno (...). A mobília que tinha era apenas uma mesa, e alguns poucos bancos em volta da mesma, no começo não tinha nem quadro, foi seu João Carvalho que arranjou a mesa emprestada, nem da Prefeitura não era. (...) aí depois, arranjaram o quadro negro, sim.

2.2 Os primeiros passos de uma escola³⁵

A primeira turma era constituída por alunos com idades bastante diferenciadas. Embora a Escola contasse com apenas uma turma de primeira série, quando começou a funcionar havia alguns alunos alfabetizados e só posteriormente as outras séries foram sendo criadas sucessivamente. A cada ano, uma nova série, até a 4ª. Com isso, a escala logo tornou-se multisseriada e com apenas uma professora “leiga”, que só havia estudado exatamente até a 4ª série.

Nas condições em que a Escola foi criada e como de fato funcionava, se evidenciavam todos os limites que tipificavam uma escola rural da época e que, em certa medida, ainda são presentes na realidade rural brasileira.

A Escola, por vários anos, funcionou em um pequeno espaço e possuía apenas uma professora para trabalhar com todas as séries, de 1ª a 4ª, até quando houve a divisão em dois turnos, considerando que, num primeiro momento, a escola funcionava apenas em um turno. Portanto, pertencia ao famoso grupo das escolas denominadas de “escolas isoladas”, com classe multisserida e também denominada de escola “unidocente”. Vale ressaltar, ainda, que a professora, com a ajuda dos alunos, era responsável por todas as atividades de apoio, incluindo a limpeza da sala e, quando tinha, preparação da merenda escolar.

Até a criação, pela Prefeitura, da Supervisão Escolar, para o acompanhamento das atividades pedagógicas nas escolas rurais, os planejamentos eram feitos na sede do Município, com o grupo de todas as professoras que trabalhavam na zona rural.

³⁵ Neste ponto, é pertinente se fazer algumas observações em relação às falas dos sujeitos, o que é válido para todo trabalho. Por exemplo: ao responder a uma questão sobre escola, deve-se atentar para o sentido dado pelo pesquisado, ou seja, a que escola ele se refere, se à escola local ou a um conceito de escola. Fazer distinção entre professor e escola, pois é comum se confundir um com o outro, principalmente quando se trata de escola onde só há um professor. A observação é oportuna, em razão da comunidade pesquisada e a escola ali existente, por muito tempo, tiveram uma só professora e esta idéia ainda é presente.

Posteriormente, já na década de 70, a zona rural foi dividida em sub-regiões denominadas “Eixos”³⁶.

Alguns momentos marcaram significativamente a história da Escola, com conseqüências internas e repercussão na comunidade. O mais importante, obviamente foi o da sua criação, em 1955.

Na década de 60, foi criada uma escola noturna, para jovens e adultos e funcionava no mesmo espaço da escola diurna, com um professor, chamado pelos habitantes locais de Mestre Paulo e funcionou praticamente até a sua morte, no final dos anos sessenta.

A primeira professora lecionou de 1955 até o ano de 1969. Em 1967,³⁷ a professora se casou, e em 1969, deixou de lecionar na referida Escola. Neste espaço de tempo, a Escola ficou com o seu funcionamento de certa forma prejudicado, pois, durante esses dois anos, nem sempre era possível a sua presença.

Quando a professora titular faltava, sua irmã a substituía. Esta lecionava em outro povoado próximo, o de Santa Teresa, e posteriormente, no ano de 1970, veio a assumir definitivamente como professora da Escola, que passou a funcionar em dois turnos, pela manhã e à tarde.³⁸

Nesse mesmo ano de 1970, é construído o “Grupo Escolar”, como era chamado naquela época, com duas salas de aula. Entretanto, somente em 1971, a escola passa a funcionar no novo espaço. Com a vinda de uma professora para lecionar dois turnos, a construção e o funcionamento da escola no “Grupo Escolar”, e mais especificamente, com a vinda de uma outra professora para atuar na escola, aumenta a possibilidade de qualidade e de atendimento escolar à comunidade, começando com o desmembramento da classe multisseriada. Assim, houve a divisão das turmas e séries, ficando distribuídas da seguinte maneira: 1.^a e 2.^a em um turno e 3.^a e 4.^a em outro turno. Outro marco foi a ida de uma professora com curso pedagógico para aquela escola, a partir do ano de 1973, deslocando-se diariamente da Capital. A partir desse ano, a Escola passa a contar com apoio de uma supervisora pedagógica. Um outro marco para a comunidade e para a escola mais recente e que deve ser citado é a criação da turma de Pré-Escolar, que, por falta de demanda suficiente, informou a diretora, foi suspensa para o ano de 2000.

³⁶ “Eixo” é uma denominação tradicional dada a cada região, conforme a localização, em que foram divididas as escolas da zona rural do Município de Teresina, para efeito de acompanhamento administrativo e pedagógico dessas escolas. A Escola Municipal “Deoclécio Carvalho” pertence ao Eixo Estaca Zero.

³⁷ Com o casamento, a professora mudou-se para o povoado Santa Rita no mesmo município.

³⁸ A nova professora, Ana Craveiro de Carvalho, já lecionava, vinculada ao Estado, e assume na Escola os dois turnos. A título de informação, com o deslocamento da professora, o povoado Santa Teresa ficou sem escola por um determinado tempo, embora tivesse uma população e uma demanda relativamente grande.

Deve ser destacada aqui, pelo que significa para a comunidade local, a implantação das quatro últimas séries do primeiro grau, 5^a, 6^a, 7^a e 8^a, o antigo Ginásio, já na década de 80, no povoado Santa Teresa, localizado a aproximadamente 6 km de distância da Escola. Este fato possibilitou aos estudantes coroataenses darem seqüência aos estudos, pelo menos até a 8^a série, o que representou grande avanço, considerando as muitas dificuldades enfrentadas pelas famílias do local para manter seus filhos estudando na Capital ou noutra cidade próxima.

2.3 Conteúdos, avaliação e coerção

Para as alunas da primeira turma da escola, bem como para a sua primeira professora, os conteúdos dados se restringiam ao ensino de ler, escrever e contar, o que corresponde ao que ainda é basicamente requerido nos dias atuais por esse nível de ensino.

As disciplinas trabalhadas correspondiam às seguintes áreas do conhecimento: Comunicação, Matemática, Estudos Sociais e Ciências, praticamente as mesmas que compõem a proposta curricular do ensino fundamental que serve atualmente como base para orientação de todas as escolas sob a responsabilidade da Prefeitura do Município de Teresina.

Como uma das formas de avaliação nos primeiros anos de funcionamento, a professora utilizava o recurso da *argumentação*. Segundo uma das alunas fundadoras da escola, a *argumentação* acontecia sempre aos sábados e consistia em se fazer uma recapitulação do conteúdo trabalhado durante a semana, utilizando-se do método de pergunta e resposta que a professora fazia aos alunos.

Os alunos também participavam como argumentadores, sendo que, quando um aluno ou uma aluna errava a resposta, recebia *bolo* de palmatória,³⁹ dado pelo colega que fazia a pergunta. Neste aspecto metodológico, observa-se a influência jesuítica, historicamente enraizada na educação brasileira, pois estão presentes elementos de seu plano de estudos, o tradicional *Ratio atque Institutio studiorum J. S.*⁴⁰

A propósito da palmatória, e do ritual de coerção aplicado pela professora na escola, utilizou-se aqui do recurso de memória, para recordar e relatar um fato que marcou

³⁹ A palmatória era um instrumento de madeira, utilizado para punir os alunos quando o professor ou a professora julgava que aqueles haviam desobedecido ou não respondido conforme solicitado. Segundo informação de ex-alunos, a palmatória foi usada naquela Escola até 1970.

⁴⁰ Assunto largamente discutido nos compêndios de História da Educação e Educação Brasileira.

os primeiros passos do pesquisador naquela escola e sua própria vida como um todo, principalmente no que se refere ao sentimento de repúdio à (in)justiça de uma maneira ampla que aquele episódio despertou no seu interior, bem como a sensibilidade diante de situações semelhantes em que as pessoas são submetidas.

As regras de comportamento naquele contexto escolar eram bastante rígidas. Para o ritual de “ir ao banheiro”⁴¹, utilizando-se do entendimento sobre rituais de Mc Laren (1992), era necessário pedir permissão à professora, pois havia também um conteúdo moral, expresso no respeito que se devia à professora. Naquele dia, como de costume, este pesquisador, aluno, pediu licença e foi. Quando estava quase voltando, chegaram alguns colegas, sorrindo. Não sabia o que estava ocorrendo. Ambos teriam saído sem permissão. Ao retornar, (voltaram praticamente juntos), a professora começou a reclamar e a castigar com os famosos *bolos* de palmatória, sendo que também se foi apenado por algo não cometido. Um dos alunos não estendeu a sua mão e, mesmo assim, recebeu os bolos sobre as juntas de seus dedos. Não houve resistência, mas nunca se entendeu por que se estava “levando bolo” daquela maneira. Foi a única vez que o pesquisador foi castigado pela professora.

No aspecto do controle desse e de outros rituais, as regras são ainda muito semelhantes, como o controle da entrada, controle da saída, tanto para o recreio como no final da aula.

⁴¹ Para as necessidades fisiológicas, tanto os meninos quanto as meninas se dirigiam ao cocal, a mata que ficava ao lado da escola.

CAPÍTULO IV

RETRATO ATUAL DA ESCOLA

1 Propostas, plano e planejamento

Este capítulo, como explicitado na introdução, apresenta os dados coletados junto aos sujeitos participantes da pesquisa e junto às instâncias competentes, de que resultou o presente trabalho, tendo como horizonte a construção da cidadania, e como foco para a análise a dimensão mesma da importância, do significado da instituição escolar, as expectativas das famílias camponesas, nesse processo, tendo como objeto concreto e ponto de partida as falas, os documentos, as observações feitas nos eventos em diferentes espaços da comunidade, como a escola, casa-de-farinha, campo de futebol, bares, residência dos alunos. Em síntese, apresenta o resultado enquanto material coletado na pesquisa.

Neste item serão apresentados documentos e instrumentos formais utilizados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura - SEMEC e pela própria Escola Municipal "Deoclécio Carvalho" para orientar o processo pedagógico.

Em termos de documentos, existem elaborados pelo menos dois que servem de suporte para as ações dos agentes pedagógicos (supervisor, professores e direção) atuantes naquela Escola. Eles são utilizados de forma mais direta na orientação dessas ações, especialmente para a realização do planejamento e execução do plano pelos professores, especificamente através das atividades de sala de aula. Trata-se da Proposta Curricular do Ensino Fundamental e da Proposta Político Pedagógica da Escola. As reuniões de planejamento são bimestrais e semanais.

Com efeito, busca-se entender a fundamentação da prática dos sujeitos na efetivação de suas ações na escola.

A Proposta Curricular do Ensino Fundamental do Município de Teresina foi elaborada em 1991, posto em prática para experimentação em 1992 e implantado definitivamente a partir de 1995. Atualmente, está em processo de avaliação para possíveis modificações.

O documento enfatiza a necessidade de garantia, pelo supervisor, pelo administrador e pelos professores da escola, do cumprimento da função social da escola na

construção do conhecimento, proposta pedagógica influenciada pela teoria denominada socioconstrutivista de Vigotski, Ferreiro, Teberoski e outros, como está expresso no documento.

Em relação à concepção metodológica, traz como pressupostos a definição de que toda atividade deve estar centrada na ação do aluno, seus interesses e experiências, através da autodescoberta e do mundo; expressa o princípio da busca por uma práxis transformadora, tendo o professor como o elemento facilitador, o motivador e problematizador; e ainda devendo-se partir de temas geradores das diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, numa perspectiva da interdisciplinaridade.

Na apresentação do referido documento, o Secretário Municipal de Educação e Cultura afirma que a Proposta apresenta o currículo para o ensino de Primeiro Grau e se divide em duas partes. A primeira refere-se aos quatro primeiros anos, divididos em dois ciclos, denominados pelos professores de “blocos”, cada um com dois anos de atividades continuadas. Conclui que se trata de uma proposta provisória que apresenta pistas metodológicas e conteúdos mínimos para subsidiar as ações educativas.

Nas falas dos responsáveis, (chefe de departamento, supervisora e diretora) esse documento constitui a principal fonte que fundamenta a prática educacional das escolas, sob a responsabilidade municipal, tanto as da zona urbana quanto as da zona rural, indistintamente.⁴²

O planejamento ocorre sob a orientação geral do pedagogo. Para tanto, se reúnem numa determinada escola do “Eixo” e, com base na Proposta Curricular do Ensino Fundamental, os professores de cada série se agrupam e discutem os conteúdos que deverão ser trabalhados durante o bimestre.⁴³

Na verdade, o que ocorre de fato é uma reunião desses professores, da qual nem todos participam, bem como o tempo não é suficiente para se trabalhar um planejamento contemplando todas as atividades e conteúdos para o bimestre, deixando os planejamentos para fazerem em casa, quando forem fazer o plano de aula.

⁴² No segundo semestre de 1999, referida Proposta começou a ser avaliada no sentido de sua reformulação.

⁴³ Embora o ensino fundamental seja dividido em ciclos, os professores trabalham como se fosse série anual.

2 Estrutura e funcionamento da escola⁴⁴

A Escola Municipal “Deoclécio Carvalho” localiza-se no povoado Coroatá e pertence ao “Eixo Estaca Zero”, a aproximadamente 30 km da sede do Município de Teresina, e é vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.

A sua estrutura física é composta por uma área construída de 1.500 m², encravada em um terreno de 30x50m, às margens da rodovia PI-113, km 16, que liga Teresina à cidade de José de Freitas. Possui quatro salas, sendo apenas duas construídas com a finalidade de funcionar como salas de aula. A terceira é uma sala pequena, adaptada para também funcionar como sala de aula, e na última funcionam a Direção e a Secretaria. Possui um espaço destinado para o depósito e para a cantina. Finalmente, há dois banheiros e uma fossa que ainda é utilizada pelos meninos. A Escola não possui uma área específica para a prática de esporte e lazer dos alunos.⁴⁵

O abastecimento de água é feito por um poço tubular construído pela Prefeitura no terreno da própria Escola.

O corpo de pessoal, docente e de apoio, é constituído de cinco professoras, incluindo a diretora, um secretário, duas zeladoras e um vigia.

A professora que assume a Direção da Escola é liberada da sala de aula.

Do ponto de vista administrativo, há uma Direção e a Secretaria da Escola, sendo que a Direção é composta pelo cargo de diretor e de um vice-diretor, escolhidos em processo de eleição direta, do qual participam (votando) os pais, professores e servidores. A indicação para o cargo de secretário é de competência da Direção (para a sua indicação).

Para o apoio às questões pedagógicas, a Escola conta com um pedagogo, que substitui as funções do antigo supervisor e do orientador escolar.

Como instância máxima de deliberação na esfera da Escola, existe o Conselho Escolar, e para a fiscalização dos recursos geridos pelo Diretor, o Conselho Fiscal, instituído pelo Decreto N.º 2.801/95, da Prefeitura Municipal, e regulamentado pela Portaria N.º 611/95, da SEMEC. Tais conselhos não funcionam ainda de maneira satisfatória, isso em decorrência da fraca participação da comunidade no cotidiano da

⁴⁴ Informações obtidas através de observação, da Secretaria, da diretora da Escola e conhecimento próprio.

⁴⁵ Ao lado da Escola, fica o mais antigo e tradicional campo de futebol local, que os alunos utilizam para seus jogos. Vale observar que não existe obrigatoriedade de educação física para as crianças daquela escola.

Escola, e por não existir essa prática, as pessoas sentem-se de certa forma incapazes para o exercício dessa função.

O número de alunos matriculados no ano de 1999 foi de 125. Desse total, 10 (dez) alunos foram matriculados na alfabetização; no 1º bloco, 1ª série, 29 (vinte e nove) alunos, e na 2ª série do mesmo bloco, 18 (dezoito) alunos; no 2º bloco, 3ª série, 15 (quinze) alunos, e na 4ª série, 35 (trinta e cinco) alunos.⁴⁶

Com essa estrutura física e o número de alunos matriculados, pode ser observado que se trata de uma escola de pequeno porte.

Essa nomenclatura foi estabelecida conforme a nova estrutura criada pela SEMEC, para as quatro primeiras séries do ensino fundamental que passou a funcionar no sistema de ciclos, aglutinando cada um duas séries.⁴⁷ Como as professoras informaram, passou a se constituir de dois blocos (ciclos), onde são agrupadas as duas primeiras séries no 1º bloco e as duas séries seguintes no 2º bloco.

2. 1 O processo escolar: da teoria ao chão da escola

A abordagem deste item enfoca os elementos institucionais sob dois aspectos: no campo das proposições e no campo da execução dessas propostas. Para tanto, parte de uma percepção ampla sobre a competência e a ação de entidades, como a própria SEMEC e suas instâncias, até a escola.

Para a explicitação dessas proposições, uma das formas utilizadas e aqui posta foi a leitura de documentos elaborados visando à sistematização e à regulamentação do processo de escolarização básica, sob a responsabilidade municipal e voltada especialmente para a zona rural.

Outra forma de desvelamento desse processo é a análise mais específica, materializada através da atuação e desempenho dos sujeitos que ocupam funções e responsabilidades que compõem o quadro dessas funções, aqui representados pela figura do secretário municipal, chefe do departamento responsável pelo ensino fundamental, pedagogo, diretora da escola, professora na sua atuação e interação, de forma direta ou indireta com a comunidade, especialmente os alunos, como sujeitos a quem todo esse processo se destina diretamente.

⁴⁶ *Bloco* é a forma como as professoras e o secretário da Escola nomeiam os ciclos do Ensino Fundamental.

⁴⁷ Proposta Curricular do Ensino Fundamental – Prefeitura Municipal de Teresina – SEMEC, 1995.

Nesse sentido, além das normas mais gerais, como a Lei 9.394/96 - LDB, o processo escolar é orientado formalmente pela Proposta Curricular do Ensino Fundamental do Município de Teresina, sob a responsabilidade da SEMEC, implantada a partir de 1995.

Referida Proposta tem como princípio permitir um fluxo mais ágil e com menores barreiras para o alunado. Para tanto, em sua orientação para a nova estruturação do Ensino Fundamental, organizada em ciclos, limita a possibilidade de retenção do aluno em apenas dois momentos dessa etapa de sua escolarização, entre a 2ª e a 3ª séries (passagem do 1º para o 2º ciclo) e da 4ª para a 5ª série (saída do 2º ciclo); e, ainda, institui um tipo de avaliação processual, pelo qual o professor deve fazer um acompanhamento permanente do desenvolvimento do aluno, sem as chamadas “provas” do modelo tradicional de avaliação do rendimento escolar.

Com base em uma das primeiras observações feitas na escola, foi possível constatar-se *in locu* algumas das situações responsáveis pelo baixo grau de desempenho dos alunos daquela escola. Dentre outras, o reduzido tempo destinado à sala de aula; a existência de alunos não alfabetizados e/ou com dificuldade de assimilação do conteúdo trabalhado na 4ª série (2ª etapa do 2º ciclo); e ainda, um certo estado (muito evidente e em grau elevado) de desestímulo da professora. Essas constatações foram confirmadas ao longo da pesquisa.

Todas essas situações foram posteriormente apontadas como problemáticas e de fato confirmadas, principalmente pelos pais e mães de alunos e pela própria diretora, que entendem ser as maiores barreiras enfrentadas tanto por alunos, pelas professoras e pelas famílias daquela comunidade, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem.

2. 1. 1 *Um dia de aula*

Para melhor entender o funcionamento da Escola, este item apresenta de forma descritiva uma apresentação do que foi observado na primeira visita feita àquela Escola, como também representa muito bem a síntese de outras. Nesse sentido, no que se refere às atividades escolares, foram considerados os tipos de atividades desenvolvidas pela professora em sala de aula, a forma e o tempo usados para o desenvolvimento dessas atividades, bem como o relacionamento com seus alunos.

Quanto aos eventos e atividades da comunidade, de interesse particular ou coletivo, também foram considerados os sujeitos envolvidos e o que compete a cada um, o tipo de atividade, o tempo destinado, tipo de relacionamento mantido entre os sujeitos observados, as diferenças e contradições presentes. Assim, as visitas tiveram como objetivo específico a observação para a coleta dessas informações para a pesquisa que naquele momento estava se iniciando.

Devidamente informado e autorizado pela direção da Escola, o trabalho de observação já começou direcionado para o turno da tarde, ou seja, período de funcionamento da turma escolhida para a pesquisa. Neste sentido, o pesquisador chegou um pouco antes do horário previsto para o início da aula e, desta maneira, poder ter um retrato, uma visão mais completa do cotidiano da Escola.⁴⁸

Tomando como base de referência o ano de 1999, todas as professoras da Escola, e que estavam efetivamente em sala de aula, não pertenciam à comunidade local.

A professora da alfabetização residia na cidade de José de Freitas; as demais moravam em Teresina, deslocando-se diariamente até o local de trabalho. Aquelas que ministravam aula pela manhã e à tarde faziam o deslocamento duas vezes em um só dia.

Esta situação provoca algumas complicações, tanto para as próprias professoras quanto para os resultados do processo em si e que serão analisados oportunamente.

Especificamente naquele dia, as professoras chegaram à escola aproximadamente às 13 h 40 min, que tem sido o horário costumeiro de chegada.

Como a diretora não se encontrava presente, pois tinha ido à SEMEC resolver problemas referentes à Escola, e como já se encontrava no local, este pesquisador se antecipou nas apresentações pessoais e dos objetivos da pesquisa que ora se iniciava naquela Escola, tendo sido também identificada a professora responsável pela turma da quarta série que seria observada.

Aproximadamente às 14h00min, todos os alunos da Escola foram convocados a se organizar para a entrada em sala e assistir à aula. Fizeram filas conforme a série, cantaram um cântico de saudação e rezaram o “Pai Nosso”. Em seguida cada um entrou ordeiramente em sua sala.⁴⁹

⁴⁸ Para registrar o momento e os espaços, foram tiradas algumas fotos, incluindo o local onde funcionava a Escola, antes da construção do “Grupo”, onde funciona atualmente.

⁴⁹ Considerando a importância do momento, em função da pesquisa, o observador voltou a tirar mais algumas fotos. Como a diretora já havia chegado e considerando que ele havia estudado ali naquela Escola em que à época a atual diretora era a professora, registrou-se o momento tirando-se uma foto com ela.

Ao tratar dos rituais na escola, Mc Laren (1992) entende que situação semelhante à descrita no parágrafo acima é uma situação ritualística, inerente ao ambiente escolar. Para ele *os rituais representam um papel crucial e inerradicável no conjunto da existência do estudante e que as dimensões variadas do processo ritualístico são intrínsecas aos eventos e transações da vida institucional e na tessitura da cultura da escola.*

De um total de 35 alunos matriculados na 4ª série, 30 estavam presentes. A professora iniciou a aula, solicitando que abrissem o livro na pg. 69, do livro de Comunicação. O título do texto era *Liberdade*. Primeiramente, a leitura foi feita de forma coletiva, incluindo a própria professora. Depois fizeram a leitura de forma individualizada, com a Professora indo próximo a cada carteira para acompanhar de perto o aluno que lia. Quando a leitura estava deficiente ela ajudava. Alguns alunos tinham muita dificuldade de fazer a leitura e outros liam muito baixo. A turma da sala ao lado interferia um pouco pela leitura que fazia em um tom bastante elevado.

Terminada a leitura, a professora passou a fazer algumas perguntas de entendimento sobre o texto:

- *De que tratava a leitura?*
- *Liberdade!* (responderam alguns alunos).

As perguntas não eram elaboradas de forma que as respostas dos alunos fossem além do entendimento restrito do texto. A professora não aprofundou o entendimento do texto, discutindo o significado do tema abordado naquela lição, nem relacionou com as experiências da vida cotidiana dos seus alunos.

Terminada esta tarefa, a professora passou outra atividade de exercício e orientou os alunos para as questões que se encontravam no livro e que deveriam ser copiadas e respondidas por eles.

Dois alunos se deslocaram de suas carteiras para apontarem seus lápis e a professora chamou a sua atenção.

Em um dado momento, a professora se retira da sala por um período de aproximadamente 10 minutos.

No intervalo de tempo em que a Professora ficou ausente, a turma permaneceu bastante quieta, que poderia ser em virtude da presença, na sala, de uma pessoa diferente.

Os alunos interagiram, especialmente tentando resolver os exercícios.

No intervalo de tempo em que a professora ficou ausente, os alunos olharam bastante para o pesquisador/observador, sendo que alguns deles ficaram dispersos sem fazer a tarefa. Damasceno (1999), para explicar contextos e situações semelhantes,

trabalha a noção de convivialidade como expressão da cultura juvenil. Observou-se na escola que, de fato, há interação, cooperação, ações solidárias, bem como o agir estratégico e a violência simbólica naquela realidade, como entende a autora citada, o que foi confirmado nas falas, ações e relações entre os próprios alunos e entre a professora e os alunos, evidenciado na exposição que segue.

Após uns 15 minutos, a professora retornou à sala de aula e se dirigiu à turma para que cada um pudesse corrigir a tarefa.

- *Rumbora gente, responder!* (Isto significa a apresentação pelos alunos das respostas dadas).

A cada pergunta, a Professora fazia uma pausa um pouco longa. Depois indagava individualmente para saber se já haviam terminado.

- *E aí Francisco!*
- *Já terminou Duílio?* (Uma pausa).
- *Vou fazer a chamada!*
- *Prestem atenção!*
- *Um, dois, três, quatro, (...), trinta e cinco.*

Os alunos que se encontravam responderam: - *Presente!*

A professora fez a chamada, não pelo nome, mas pelo número de registro do aluno no diário de classe.

Logo depois, começou a trabalhar outro texto que tinha como título *Metamorfose*.

- *O exercício de Com... já fizemos?*
- *Tu ainda tá copiando, criatura?*
- *Natália! já respondeu?*
- *Deixe eu vê, Fábio!*
- *Ô, ô ... Maciel! Maciel!* (ele havia se deslocado de sua carteira para pedir um estilete a um colega para apontar o seu lápis). Aliás, ficou constatado que esse aluno fazia muitas vezes a ponta do seu lápis em um só dia de aula.

Os alunos se dirigiam até à mesa da professora para ela fazer a correção dos exercícios. Depois iam ao quadro para corrigir coletivamente as questões.

A professora chamou um a um para fazer a correção.

- *E a próxima, quem gostaria de fazer?* (Alguns se recusavam a ir ao quadro, e a professora aceitava a recusa sem sequer indagar do porquê).

Como já estava na hora do recreio, o sinal foi dado. A campainha tem um som extremamente estridente e é tocada da sala da Direção.

Por se tratar de uma segunda-feira, dia de “Horário Pedagógico”,⁵⁰ os alunos não voltaram mais à sala de aula após o recreio.

Na segunda parte do tempo destinado à aula, que é bastante reduzida, (das 16h00 min às 16h50min), as professoras se reuniram em uma sala de aula e, enquanto discutiam assuntos do seu cotidiano, de forma individualizada, planejaram as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas durante o restante da semana.

2. 1. 2 Metodologia e a dinâmica de sala de aula

A metodologia defendida pela Proposta Curricular do Ensino Fundamental do Município privilegia o ensino não diretivo em que o professor é um elemento facilitador do processo. Para a diretora da escola,

Isso é bom, só que os alunos não sabem se expressar, eles não sabem explicar. A gente fala, trata sobre o trabalho dele, (do aluno) sobre a convivência dele em casa, só que eles não sabem dá resposta pra gente. É ótimo trabalhar com a realidade e os dados do aluno, mas a impressão que se tem é que não está dando certo. Porque você sabe, o aluno do interior (zona rural) tem uma cabeça completamente diferente do aluno da cidade, ele não é criativo, não sabe se expressar. A gente pergunta uma coisa para ele, nem que ele saiba, não dá a resposta, por ser tímido. Existe essa dificuldade na zona rural (Diretora da Escola).

Aqui estão evidenciadas a confusão da proposta, que é uniformizada, tanto para a zona urbana quanto para a zona rural, e a falta de entendimento dos responsáveis pela educação para aplicá-la conforme as especificidades de cada realidade.

Assim, espera-se que o aluno tenha os elementos necessários para responder satisfatoriamente à proposta metodológica, sem que os professores, de fato, dominem o método a ser aplicado.

Indagada sobre a forma de trabalhar, qual a metodologia utilizada, ou seja, como é que trabalha no cotidiano da sala de aula, uma professora respondeu que há todo um processo, partindo mesmo do planejamento. Desta forma,

⁵⁰ É o espaço destinado ao planejamento das atividades pedagógicas da semana.

Primeiro tem os planejamento. Dentro daqueles planejamento a gente faz os planos diário . Ai a gente planeja nossa aula: Comunicação, assunto tal. Ai eu faço aquela aula, né, de acordo com a aula do dia. Em grupo, individual, textos, exercicios mimeografado, explicações dos texto, do próprio livro deles, como é que se diz, pesquisando no próprio livro. Quando o livro deles não traz, trago de outras fonte, lá fora, pra eles. Nem todos fazem a pesquisa de forma individual, uns sim, outros não. (Professora da escola).

2. 1. 3 Conteúdo e material didático utilizado

Um dos principais elementos do processo didático/pedagógico é, sem dúvidas, o conteúdo repassado para os alunos em sala de aula. Portanto, para efeito de análise desse processo, é fundamental conhecer os conteúdos que são trabalhados, tendo sempre como horizonte para essa análise a realidade concreta do aluno e seus anseios, mais as aspirações da comunidade local, no confronto com o projeto de escolarização definido pelo sistema formal de ensino e que é posto em prática, mas não deixando de considerar os limites e as contradições presentes e que permeiam todo esse contexto processual.

Outro elemento, também muito importante, é o material didático utilizado como suporte para a transmissão dos conteúdos.

Nesse sentido, as falas dos sujeitos pesquisados foram muito reveladoras, deixando muito claros esses pontos.

A proposta curricular atual do Município, para o Ensino Fundamental, propõe articular os conhecimentos e saberes trazidos pelo aluno, são próprios da sua comunidade e de sua família, com aqueles considerados universais, tipicamente escolares.

A mencionada proposta fundamenta-se na perspectiva de alguns teóricos e que é denominada de sócio-interacionista, para alguns, e de sócio-construtivista para outros.

Porque foi implantada aquela proposta construtivista em que a gente trabalha mais os dados sobre a vivência do aluno, as convivências dele, (Diretora da escola).

O que eles querem é que a gente trabalhe mermo é a proposta em si, não seguindo os livro, né, tem uma proposta curricular. Exatamente, porque tem

algumas coisa que a gente segue o livro, mas nem tudo tem no livro ou na proposta. Então a gente pega uma coisa e com outra e vai..., contanto que não fuja da proposta da... da Prefeitura. O conteúdo é de Comunicação, Matemática, Ciência e Estudos Sociais. Mas aqui e acolá eu introduzo um pouquim da minha religião (Professora da turma).

Com referência ao tempo destinado para cada uma dessas matérias trabalhadas em sala de aula, a professora respondeu que faz o seguinte:

Eu dividi a semana. Por exemplo, segunda-feira eu boto duas, terça, mais duas, e assim vai. Quando chega sexta-feira eu trabalho revisão de Comunicação e Matemática. Eu coloco, por exemplo, geralmente no segundo horário em que o tempo é mais curto, né, Ciência e Estudos Sociais. Matemática e Comunicação, eu gosto de dar mais no primeiro tempo, no primeiro horário, né, que o tempo é mais longo, tem mais tempo. Porque muitas vezes eu boto assim, porque às vezes num dá tempo pra terminar na sala, aí eu boto, peço pra eles terminarem em casa (Professora da turma).

Esta é uma deliberação que, a princípio, pode parecer de iniciativa da professora, pois, segundo ela, não há orientação nesse sentido, de destinar maior tempo para uma determinada disciplina, mas que, de fato, sua decisão em trabalhar dessa forma é conseqüência das exigências da própria Secretaria Municipal de Educação, onde há uma supervalorização desses conteúdos. Isso se confirma, inclusive, pela realização de eventos, como concurso de Matemática e produção de texto. *Eu vejo assim, porque aí o que eles cobram mais é só Comunicação e Matemática, né? Por isso eu trabalho mais e é que eu boto esses dois nos primeiros horário, porque tem mais tempo (Professora da escola).*

Relativamente aos conhecimentos e saberes escolares e àqueles transmitidos no ambiente familiar, há uma relativa homogeneidade nas respostas, tanto de pais e mães, alunos e mesmo das professoras, entendendo que são saberes diferentes, mas que não se opõem. E, pelo fato de tratar-se de uma realidade rural, isso ocorre com uma acentuação muito maior, porque os conteúdos trabalhados na escola são conteúdos mais tipicamente urbanos e próprios de uma classe social que, de certa forma, busca uniformizar e universalizar esses saberes e conteúdos como os mais legítimos, os mais corretos e superiores. Neste sentido, há uma fragilidade dos camponeses para garantir a transmissão

desses saberes, são vulneráveis em decorrência do estado de carência em que vivem, sob vários aspectos, como está bastante evidenciado neste trabalho, considerando as falas dos sujeitos, bem como pela constatação a partir das observações feitas diretamente na comunidade e nas famílias.

Esta situação não garante uma passividade da população diante das imposições feitas.

Há uma contradição que se evidencia na fala dos sujeitos que mostram uma resistência às mudanças, ou seja, a implantação de alguma coisa diferente da sua realidade, ao seu contexto de vida, por exemplo, quando respondem que, para a comunidade, é melhor um professor do próprio local, argumentando que um professor do lugar conhece a realidade, os pais, e é mais fácil o diálogo com ele.

A posição afirmada pelos respondentes mostra um certo receio de se travar uma relação com o desconhecido, no caso, tanto o professor quanto o próprio conhecimento trazido por esse docente vindo de fora.

Mas, independentemente de o professor ser originário do próprio local ou não, o conhecimento transmitido por ele na escola será sempre um conhecimento formal, com maior ou menor grau de elementos de sua realidade, com elementos que busquem a superação dos grandes limites vividos pelos camponeses, para um questionamento da sua realidade e da própria escola, como um instrumento de manutenção do *status quo* das desigualdades sociais, em que os conteúdos e a forma de trabalhar esses conteúdos por si já evidenciam isto.

Ainda que a professora tenha afirmado que trata desses saberes e conhecimentos, partindo da própria realidade do aluno, pelas observações feitas, essa articulação de fato ficou no campo das abstrações, pois não havia por parte da professora a tentativa de dar uma explicação do conteúdo trabalhado com a vida concreta do aluno. Nem mesmo quando o texto, por exemplo, falava de *Liberdade*, sequer foi dada uma explicação fazendo relações com situações concretas que favorecessem o entendimento do aluno sobre o tema tratado. O discurso da professora, para explicar, ficou em um nível muito abstrato, o que dificulta o entendimento por parte do aluno e isto vai de encontro à metodologia proposta.

Entretanto, a fala da professora da 4ª série é no sentido de mostrar que os conteúdos transmitidos são articulados com a realidade do aluno,

Como as datas comemorativas, por exemplo. A gente tem que respeitar o dia de São Francisco, dia desses santo, né? Santa Rita, santo num sei o quê, esses

santo por aí. É uma coisa da comunidade dele. Então a gente tem que trabalhar aquilo porque eles considera. Aí também temos que respeitar, né, é claro.

Pois é, essas datas a gente trabalha. Exatamente, porque a supervisora, muitas vezes, ela chega: “– e aí gente, é importante!”

É importante, porque é a cultura dele, da comunidade.

Então a gente trabalha essa situação, até mesmo produzindo texto em cima daquelas coisas que eles convivem aqui, a farinhada, a roça, a quebra do babaçu (Professora da turma).

Dessa maneira, a professora entende ser significativo chamar a atenção para a importância dessas atividades para a comunidade, afirmando que, *a maioria num vive do babaçu, né, mas tem muitos que hoje ainda vive, né? Que a maioria ainda vive aí da roça, trabalha em sítio, em granja, essas coisa assim.* Entretanto, isso não garante que a ação pedagógica da Escola de fato esteja sendo desenvolvida nesta perspectiva, como foi mostrado no parágrafo anterior.

2. 1. 4 *Processo de avaliação: promoção e retenção*

Como um dos elementos do processo didático, a avaliação, do ponto de vista histórico e mesmo de sua utilização cotidiana na escola, tem se constituído como um dos mais importantes pela função que tem ocupado, pois é através dele que o aluno é promovido a uma etapa seguinte, permitindo a continuidade dos seus estudos ou mesmo, ao contrário, retém o aluno e, com isto, determina o seu êxito como estudante ou então o seu fracasso escolar.

Essa é uma das questões centrais da Proposta Curricular do Ensino Básico da Prefeitura Municipal de Teresina, gozando de atenção especial. A fala transcrita a seguir expressa a interpretação da professora sobre o processo de avaliação defendido na Proposta, bem como o seu procedimento ao avaliar o aluno.

A avaliação é feita todo dia. A gente avalia o aluno todo dia, num trabalho, num texto, na leitura, mas tem uma provinha no final do mês também, uma avaliaçãozinha, (Professora da escola).

A promoção do aluno pela Secretaria é o seguinte: no primeiro bloco (ciclo) e ano, não tem reprovação. Tanto faz o aluno ter 50 ou 100 faltas, passa do mesmo jeito. No ano seguinte, já tem retenção, pode ser por falta ou por nota. No 3º ano já passa mesmo, pode ter 100 ou 150 faltas, mas o aluno é passado. Eu já tive um caso de um aluno ter 150 faltas, não ir à escola e foi promovido. Nem os canhotos (anotações) das faltas no meio do ano eles pedem mais. Só interessam que o aluno vai para outra série. Quando o aluno chega no 4º ano, ele chega fraco, aí ele pode ser retido e eventualmente passar até seis anos nessa etapa (Professora da turma).

A Proposta Curricular, como foi apresentada, divide as quatro primeiras séries do ensino fundamental em dois ciclos e o aluno não deve ser retido no primeiro ano de cada ciclo em que foi dividido esse nível de ensino, que corresponde à 1ª e 3ª séries respectivamente.

Não foram apenas as professoras que questionaram a nova proposta para o ensino fundamental, especialmente no tocante à metodologia e processo de avaliação de rendimento do aluno e da não-retenção, nas fases iniciais como foi escrito.

Os pais dos alunos não só criticam como também não entendem essa forma de ensino em que é abolida a reprovação.

Embora não fique tão claro o que de fato pensam os pais no que se refere estritamente ao procedimento de reprovação e de promoção, o que parecem expressar é uma preocupação mais voltada para o futuro de seus filhos, pois são aprovados sem de fato dominar os conhecimentos que deviam, ou seja, a escola, desse modo, se desobrigaria de assumir plenamente uma função que é originariamente sua.

Nas entrevistas feitas com os pais, praticamente todos faziam referência a essa nova forma de trabalhar com o aluno e diziam não entender como o aluno pode aprender sem que sejam feitas provas. É como a existência de aluno na quarta série, estudando em livro de 1ª série, a exemplo de uma família que tinha dois filhos matriculados, o mais velho na 4ª e sua irmã na 1ª, e ele estudando no livro dela.

O estudante do caso referenciado faz parte de um grupo de alunos da turma pesquisada junto a qual, no segundo semestre do ano letivo de 1999, a escola teve que tomar providência para tentar melhorar o nível do rendimento, pois não tinham a menor condição de acompanhar os demais alunos. Tinham problemas básicos como não saber ler, nem escrever. A solução encontrada foi a de se criar com esse grupo de alunos em

dificuldade uma turma de reforço. Segundo a diretora da escola, até o final do ano, houve uma sensível melhora no nível de aprendizado do grupo. Entretanto, para a professora titular da turma, não havia nenhuma possibilidade de promoção de nenhum deles.

A conseqüência de todo esse processo foi desastrosa naquela escola, especialmente no final do ano letivo acima referido. Com certeza, esse é o resultado da soma dos problemas e limites enfrentados pelas famílias camponesas, com a falta de domínio pelos professores e demais responsáveis pela implantação e aplicação da nova metodologia. Embora tenha ocorrido muito esforço para que os professores estivessem capacitados, concretamente não têm clareza de como devem trabalhar a nova orientação, pois não dominam consistentemente os pressupostos teóricos da proposta garantindo a sua execução de forma plena e, por outro lado, funcionando como agravante, há toda uma experiência e prática pedagógica acumuladas que levam tempo para substituir como querem os propositores da nova proposta, e como também se sabe e é de domínio comum, essa assimilação tende a demorar, sendo muito difícil abandonar essas práticas arraigadas.

Assim, o resultado está sendo considerado desastroso, em virtude do baixo índice de aprovação (30,5%) no último ciclo da primeira etapa do ensino fundamental, o que corresponde à 4ª série. Os dados da turma são detalhados a seguir.

Mesmo com pouco tempo de implantação da nova proposta, os resultados já se fazem presentes e, lamentavelmente, de forma muito negativa. A própria turma escolhida para a pesquisa sofreu grandemente com essa metodologia. A turma de 1999 contava inicialmente com 36 alunos matriculados, mais da metade deles já vinha de uma ou mais reprovações, como ficou constatado na pesquisa. Desse total, quase a metade não dominava os rudimentos básicos de leitura e escrita,⁵¹ sendo que, desse grupo de alunos, a Direção, em conjunto com as professoras e a pedagoga da Escola, na tentativa de melhorar o desempenho no domínio dessas habilidades, formaram com 14 alunos uma turma especial para receber um reforço extra.

O resultado da turma no final do ano foi desalentador, 3 (três) desistiram, representando 8,3% dos alunos; 22 (vinte e dois) dos que permaneceram, correspondendo a 61,1% do total, não conseguiram a sua aprovação ao final do ano letivo. Apenas 11 (onze) alunos conseguiram êxito, o que representa apenas 30,5% do total da turma. Nestes termos, somando-se os percentuais de abandono (8,3%) mais 61,2%, observa-se que o fracasso da turma da 4ª série de 1999 daquela escola, foi da ordem de 69,5%.

⁵¹ Realidade constada diretamente em sala de aula pelo pesquisador, em atividades que exigiam essas habilidades.

Indagadas sobre as possíveis causas desse fracasso, a diretora da escola e a professora da turma apontaram como um dos motivos principais o não-acompanhamento dos alunos pelos pais no cotidiano da escola e das atividades requeridas por esta aos alunos.

A turma do ano de 2000 é composta por alunos retidos e tem muita semelhança com a de 1999. Do total de matriculados, 19 estudantes pertenciam à turma anterior, o que mostra o grande fracasso.

2. 1. 4. 1 Dificuldades dos alunos

Pelas observações e entrevistas feitas com alunos, a professora e pais, ficou constatada a existência de alguns problemas enfrentados por aquela Escola no que se refere ao rendimento dos alunos. O que ocorre é a existência de alguns alunos bastante atrasados, com problema para acompanhar o ritmo geral da turma, que já não é dos melhores.

Para enfrentar essa situação, a professora trabalha, como ela própria afirma, *atividades paralelas, com os mais fracos, tudo é praticamente separado*. Isto significa, por exemplo, a utilização da leitura de textos menores e mais elementares, como mostra a fala da professora:

Eu faço uns textos, catado dentro do próprio livro dele, aqueles próprios textos deles, eu tiro e coloco, faço um cartaz pra mim ler com eles. E até mesmo os exercício do livro que acompanha com esse mais fraquim, é livro de segunda série, né? Mas aí eu num deixo de dar o conteúdo pra eles, englobando todo o conteúdo da quarta série, não. Você num pode dar separado, né? Tem que fazer uma coisa separado mesmo só... mas aí o conteúdo tem que ser dado pra todos (Professora da turma).

Dessa maneira, a professora precisa se desdobrar para trabalhar e atender as diferenças e deficiências existentes na turma. Considerando os elementos aqui apontados, percebe-se que a turma possui algumas semelhanças com o velho e tradicional modelo de classe que, por muito tempo, caracterizou o ensino naquela escola, típico das escolas

rurais, a classe multisseriada, ainda presente no contexto atual na zona rural do interior do Nordeste brasileiro.⁵²

Uma constatação muito importante feita em uma observação participada, embora já fosse esperada, foi a falta de aluno às aulas em decorrência do trabalho, especialmente na roça. A experiência da constatação ocorreu em uma farinha de duas famílias que trabalhavam juntas, ambas com 03 (três) alunos matriculados na 4ª série, sendo uma menina e dois meninos. O fato ocorreu quando de uma visita a uma casa de farinha; de lá o pesquisador acompanhou os pais dos alunos até a “capoeira” para apanhar e transportar mandioca para a casa de farinha, todos montados em animais. Era no turno da tarde, exatamente no horário da aula e, de fato, estava havendo aula. Como naquele momento o pesquisador não estava atento para este particular da realidade camponesa, ao chegar ao local, para sua surpresa, lá estavam os dois estudantes na capoeira, juntado mandioca. Foi indagado aos pais daqueles meninos o porquê de seus filhos estarem trabalhando e, dessa forma, perdendo aula na escola. A justificativa dada pelos pais e pelos próprios garotos foi bastante óbvia, ou seja, a de que era em virtude da necessidade que as famílias tinham da sua ajuda para aquela atividade. Na verdade, uma justificativa plausível, considerando as condições de vida daquelas famílias, bem como da não-adaptação do calendário escolar às exigências das atividades agrícolas, como determina o Art. 28, incisos II e III: *organização escolar própria, incluindo adequação do calendário às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural*, Lei n.º 9 394, de 20 de dezembro de 1996, a nova LDB.

O fato narrado mostra vários elementos significativos. Um deles se mostra muito claramente, que é a orientação dada pelo camponês aos seus filhos de forma concreta para o trabalho, o que é de muita importância para a sua formação e preparação para o trabalho agrícola, embora isso represente uma situação limitadora para a vida escolar do aluno.

3 Relações intra e extra-escolares

Uma das preocupações presentes neste trabalho de pesquisa é a de entender a instituição escolar e a própria comunidade numa perspectiva de totalidade. Perseguindo este difícil objetivo, busca-se nesse ponto caracterizar algumas práticas reveladoras no

⁵² Como consta no Relatório final da pesquisa: “A educação rural na região semi-árida piauiense”, p. 33, UFPI, 1990.

âmbito das relações, dentro e fora da escola, como elemento de negação ou de construção da cidadania. Essa visão é uma tarefa extremamente difícil e torna-se mais complexa quando se busca apreendê-la de forma direta, na realidade concreta, pois o universo social e as tramas que se dão no cotidiano dos sujeitos representam um quadro de significados muito amplo e rico mas, ao mesmo tempo, praticamente imperceptíveis “a olho nu”.

É preciso ir além do que se coloca como objetivo, principalmente quando captado através de instrumentos como a observação, conversas, perguntas diretas, onde o pesquisador participa diretamente da coleta dos dados, dados estes que se julga necessários à compreensão de determinada realidade em estudo.

Essas formas utilizadas, com o objetivo de colher informações acerca das tramas que se dão no interior da instituição escolar aqui tratada, não garantem a apreensão do seu funcionamento de modo pleno, pois se pretende, além disso, descobrir o que de fato significa para cada sujeito e para cada categoria de sujeitos, seja para aqueles do “chão da escola” ou para os de fora desse espaço, a busca de uma compreensão que seja capaz de permitir a sua apropriação, e para se ter uma visão de totalidade dessa instituição e a comunidade no seu conjunto.

Como é de domínio comum, uma instituição existe e se expressa em função dos sujeitos e elementos que a compõem, bem como da atuação empreendida por eles.

Assim entendido, a instituição só pode ser compreendida em seus principais elementos, ou mesmo na sua totalidade, a partir da busca cautelosa e minuciosa de como se dá a dinâmica do seu cotidiano, tornando assim possível uma leitura mais ampla dos eventos, das ações dos sujeitos em suas respectivas funções, como desenvolvem e expressam o significado que constroem sobre essas ações.

O trabalho com esta perspectiva parte para uma análise na tentativa de revelar o que de fato representam os dados coletados para, assim, compor um quadro necessário à construção de um conhecimento, mas um conhecimento confiável, capaz de dar conta, de maneira satisfatória, daquela realidade objeto do estudo. Claro está que isto só é possível mediante a utilização de um esforço muito grande.

Especificamente para este item, o que mais interessa são os dados coletados, objetivando a certificação e a apropriação das descobertas feitas com os sujeitos responsáveis e diretamente envolvidos com a escola e com o processo de ensino e da aprendizagem e, ainda, com outros elementos como específicos aos fins dessa instituição.

Daí a necessidade de apresentação desses diversos elementos, os sujeitos e os processos, mostrando como se situam no contexto escolar, bem assim, como são realizados.

As relações que se dão nos espaços escolares, a (re)elaboração dos conteúdos, bem como a maneira de se trabalhar esses conteúdos, tudo isso são elementos de análise da contribuição, em parte, para compor uma visão de conjunto – das ações na escola e também da escola para a construção da cidadania; constatar e analisar se existe um modelo de cidadão que se persegue, ou se não há essa preocupação expressa, uma consciência crítica da realidade vivida por esses sujeitos em uma realidade concreta.

Os sujeitos têm espaço temporal e físico para atuar e, neste sentido, estão sendo considerados os espaços físicos da escola e o tempo destinado às atividades regulares de aula e outros a ela vinculados, como planejamentos ou mesmo o recreio, e, especialmente, o significado expresso pelos sujeitos em todo esse contexto.

Alguns momentos são reveladores, como a chegada à escola; a preparação para a entrada e a própria entrada em sala de aula; o recreio e, especialmente, o processo vivido em sala de aula, que pode ser entendido como rituais tipicamente do ambiente escolar.

Para ajudar a melhor compreender e analisar o conteúdo que possuem e representam esses eventos, buscou-se uma fundamentação no pensamento de Mc Laren (1992), que trata sobre esse tema e entende ser a escola um privilegiado repositório de sistemas rituais.

Mc Laren (1992) trabalha o conceito de ritual, entendendo ser o mesmo de uma amplitude, importância e complexidade muito grandes, bem como da existência de uma *imprecisão do próprio termo, pois os rituais inundam nossa vida biológica, política, econômica, artística e educacional*. E citando Sullivan (1975), afirma que *engajar-se em ritual é 'alcançar (...) existência histórico-social'*, (p.72).

Para Mc Laren (1992), *Toda nossa estrutura social mantém uma dependência preventiva do ritual para transmissão dos códigos simbólicos da cultura dominante*, (p.72). Entende que *O ritual serve como pivô do mundo social: a dobradiça da cultura, a chave da sociedade e o fundamento da vida institucional, tal qual é encontrada nas escolas*. (pp. 72 e 73). Embora argumente que os pesquisadores do campo da educação não têm dado a devida importância para os rituais no processo de escolarização, Mc Laren (1992) faz breve e compacto inventário de alguns significativos trabalhos que abordam a questão e avança na sua análise, entendendo que os rituais constituem-se na âncora da ação pedagógica da instituição escolar.

Na perspectiva de Mc Laren (1992), os rituais *não são apenas parte do mausoléu da sociedade; eles permanecem vivos e vitais hoje, como o foram na Grécia antiga e na Babilônia. Sua órbita de influência permeia todos os aspectos de nossa existência.*

O autor (1992) trata dos rituais, elegendo como elementos para a sua discussão, o que chama de *ação gestual e linguagem gestual*; entende ser o corpo um componente-chave na sua abordagem; bem como a dramatização a dar ênfase especialmente ao aspecto simbólico desses elementos, pois, para ele, *os rituais possuem um significado além da informação transmitida*, daí trabalhar também com o conceito de *liminaridade*, que pode ser entendido como um estado ou uma situação em potencial de semitransição.

Ele, além de uma consistente e detalhada fundamentação teórica do seu trabalho, transcreve as anotações das observações e entrevistas feitas por ele próprio durante a realização da pesquisa e, utilizando-se de uma linguagem bastante acessível, analisa de maneira consistente, trazendo à tona toda a sua interpretação sobre o significado dos gestos corporais, das tramas e das linguagens próprias aos rituais, que para ele são inerentes e, portanto, ocorrem no cotidiano da escola.

Este estudo considerou os diferentes momentos e eventos no contexto da escola. Na entrada, a partir da observação, ficou constatado que, além do sinal da campainha, não há efetivamente uma sistemática diária para este evento do cotidiano da escola, no turno da tarde, apenas irregularmente e somente no dia de segunda-feira, quando se organizam as turmas em fila, canta-se algum cântico e reza-se o “Pai Nosso”.

Alunos e alunas se organizam na fila, aparentemente de maneira espontânea, sem seguir uma determinação e orientação prévia.

Imediatamente à entrada da turma em sala de aula, é rotineiro a professora distribuir uma tarefa para alunos e alunas realizarem, explicar rapidamente e depois sair por um período de aproximadamente 15 minutos. Qual a razão desta saída? Quais as implicações no rendimento ou outras conseqüências para a turma?

Durante o período de observação, como apontado, o pesquisador constatou que a aula sempre começa com um exercício, geralmente de Português ou Matemática, disciplinas que, segundo a professora, têm maior peso para a formação curricular do aluno. Este fato ocorre como resposta da escola às cobranças vindas da SEMEC, que entende, com base na Proposta Curricular, serem esses conteúdos os mais importantes nesse nível de ensino e para a escolarização como um todo.

Um dado importante para o contexto da pesquisa é a divisão dos espaços, a sua ocupação e utilização pelos sujeitos. Os espaços obviamente são de natureza física, mas

sobretudo sociais, onde os sujeitos ocupam esses espaços, conforme suas funções e as atividades que desempenham, bem como considerado a sua história na escola ou na comunidade e, dessa forma, é determinada sua posição naquele contexto.

No caso aqui tratado e considerando especificamente a atuação da atual diretora, tanto pela função que exerce quanto por sua história na escola e na comunidade, ela ocupa significativo espaço social, ainda que tenha resistência, principalmente por parte das outras professoras, quanto à sua forma de administrar que, segundo elas, é centralizadora e sem diálogo. Conforme entendem, as decisões são tomadas sem discussão coletiva. Já a diretora argumenta que há professora que não participa das reuniões feitas para a discussão dos problemas.

Outro ponto a ser considerado no contexto da escola é o espaço destinado ao recreio e às atividades nas quais os alunos e alunas tomam sua merenda e participam de brincadeiras. Neste momento, ao saírem das suas salas, de forma organizada em fila, alunos e alunas se dirigem para a cantina e, em fila, recebem sua merenda, ingerida rapidamente. Assim sobra mais tempo para as brincadeiras. Entretanto, nem todos os dias a merenda é servida na escola.

O relacionamento entre as diferentes categorias de sujeitos no contexto escolar é: aluno/aluno; professoras/diretora; professora/aluno; diretora/aluno e estes com os servidores de apoio.

Pode-se observar, quanto à atuação da Supervisão Escolar, especificamente naquela escola, como um serviço de apoio às atividades pedagógicas de suas professoras, que esta acontece de forma um tanto esparsa. Isso ocorre em função da existência de apenas uma supervisora para atender a todas as escolas do Eixo, num total de 6 (seis). Ela se dá mais em função da busca de solução para a resolução dos problemas no campo pedagógico existentes na escola, bem como para coordenar os planejamentos bimestrais, feitos de forma coletiva com os professores das diversas escolas.

Durante a realização das observações e entrevistas com professores e alunos, coincidiu apenas uma vez o encontro com a Supervisora na escola. Nesse sentido, o acompanhamento de um especialista naquela escola e nas demais do mesmo Eixo é muito reduzido.

Está evidenciada a existência de alguns problemas na escola e, especialmente, na turma de 4ª série, como por exemplo, muitos casos de alunos que efetivamente não sabem ler, ou da repetência de aluno várias vezes em uma mesma série e/o ciclo.

Como pode ser caracterizado o tipo de prática desempenhada na Escola? Essa prática favorece a construção de que modelo social de relações: autoritário de dominação, dependência, liberdade, responsabilidade, autonomia? Uma sociedade democrática? Que modelo de cidadão pode se vislumbrar neste contexto de relações escolares? Ou não favorece a construção da cidadania?

Alguns alunos faltam às aulas por motivo de trabalho e a justificativa dada pelos pais é de que precisam da ajuda dos filhos. Esta situação foi comprovada pelo pesquisador de forma direta em uma das observações feitas em que dois alunos da 4ª série, que se encontravam na “capoeira”⁵³ juntando mandioca para seus pais que estavam por aqueles dias fazendo farinha.

3.1 Relações, espaços e funções sociais dos sujeitos

É significativo buscar perceber como ocorrem as relações entre os sujeitos responsáveis diretos pelo desenvolvimento do processo didático e administrativo da escola, bem como a relação desses com os alunos e com a comunidade (pais, mães, responsáveis por aluno e lideranças comunitárias), buscando desta forma desvelar o elemento que contribui ou não para a construção da cidadania a partir desse processo de interação entre as diferentes categorias de sujeitos, seja de maneira formal ou informalmente.

Em conversas com esses sujeitos, algumas situações consideradas para o bom desempenho da própria escola foram reveladas, especialmente pelas professoras. Elas acham que um dos maiores problemas é a falta de comunicação quando das decisões administrativas a serem tomadas, pois são tomadas quase sempre de forma centralizada, o que impossibilita uma prática e vivência democráticas naquele espaço social e de trabalho. Entendem que seria mais interessante se fossem feitas reuniões para se discutir, ao invés de serem feitas apenas algumas consultas de forma individual, como costumeiramente acontece e depois a decisão pela Direção da Escola.

3. 2 Relação escola e comunidade

Este foi considerado pelos diversos segmentos de sujeitos pesquisados como um dos principais pontos carentes de avanço, principalmente na forma como a escola trabalha

⁵³ Capoeira é a denominação dada à roça, a partir do momento em que é retirada a produção, tendo ou não mandioca.

e atende à comunidade. Houve unanimidade nas respostas de que a relação escola/comunidade não é satisfatória para a comunidade local.

Conforme a posição de algumas professoras, a escola tem caminhado só, como mostra a fala a seguir.

E como! Nesse termo eu acho ela (a escola) assim muito individualista. Não tô falando todas, eu tô me referindo a que eu trabalho. Essa escola, é muito individualista (Professora da escola).

Diante da declaração, foi solicitada das professoras sugestão no sentido de se contribuir para que a escola possa superar essa situação de individualismo em que vive.

Só mudando a cabeça da principal, digamos assim, a diretora. Porque muitas vezes ela num aceita assim uma opinião de fora. Até mesmo assim nós, que trabalhamos aqui com ela, às vez a gente quer dar assim uma sugestão de alguma coisa, ela num aceita, não. E de fora também, aí é que ela num aceita (Professora da escola).

Sobre as atividades que a escola promove, além da sala de aula, objetivando trabalhar em conjunto com a comunidade local, respondeu taxativamente uma professora – *Nenhuma*. Indagada se nem alguma festa era feita, afirmou: *Nada, nada, nada*. Na visão da professora a única atividade é a de sala de aula. *Aula, aula, aula. A única, a única data que ainda se comemora aqui, só o dia das mãe, e olhe lá*. A escola não promove sequer uma discussão de nenhum problema de forma coletiva que seja de interesse da população local.

Não obstante todas essas posições, a SEMEC tem buscado criar espaços, objetivando maior participação dos pais para interagir com a própria escola. Entretanto, isto é muito recente, em especial através de um projeto proposto pela Prefeitura Municipal de Teresina, denominado Escola Família, que tem como principais objetivos: chamar a atenção da família para a importância da sua atuação no processo de formação escolar de seus filhos; discutir temas atuais e polêmicos que envolvem diretamente a vida da família, como a sexualidade, drogas, relacionamento entre pais e filhos etc.

CAPÍTULO V

A IMPORTÂNCIA E O SIGNIFICADO DA ESCOLA

O estudo bota a gente em todo lugar. (Mãe de aluno).

O estudo vai me ajudar eu ser alguma coisa na vida, sair desse lugar aqui e ir pra outro, pa mió. (Aluno).

1 A escola significa a possibilidade de mudança

Uma das questões centrais desse trabalho diz respeito ao significado da escola, ou seja, a intenção é responder sobre a importância atribuída pelos camponeses à escola, o que concretamente significa esta instituição para a família e para a comunidade local, esta instituição responsável pela educação formal de seus filhos, especialmente na perspectiva da construção da cidadania. O que vai caracterizar e compor esse quadro é a leitura do conjunto dos elementos obtidos junto aos sujeitos pesquisados.

Com efeito, como parte desses elementos, as falas transcritas a seguir expressam o que pensam os sujeitos entrevistados ao serem indagados do motivo que os leva a matricular os seus filhos na escola. A importância e o significado são evidenciados, bem como o que esperam conquistar, tendo como base a atuação da escola naquele local.

Da escola eu espero uma boa educação pro meus filho, né, e com o correr do tempo arrumar um bom trabalho, né, porque ai já serve, fica melhor que o meu, porque pra ficar sempre no meu é uma coisa muito difícil, né, e eu num quero isso pros meus filho (Pai de aluno).

Está muito claro que um dos principais objetivos dos pais para os filhos com o estudo é a mudança da condição de vida para melhor.

Por que botá? (O filho na escola). Pra aprender a ler, pra num sofrer como vem sofrendo quem num aprendeu nada, viu? Subir, ter uma carreira, pegar

um emprego milhó na frente, tudo isso é mode mudar de vida. A gente quer que se forme algum, a gente tem vontade de mais, viu, tem pelejado pra isso, viu? (Pai de aluno).

A gente bota é porque tem vontade de ver ele ser uma pessoa mais ativa, tenha mais um pouco de saber do que a gente, porque a gente já num sabe de nada, então a gente tem aquele prazer de ver eles ser umas pessoa inteligentes, que tenha um bom saber com eles, porque serve pra ele, amanhã ou depois vale até a gente também, porque se eles poderia crescer e ajudar a gente, porque nós, nós num temo nada e o que nós espera é que ele aprenda pa ser umas pessoa mais na frente (Mãe de aluno).

Partindo de uma crítica ao individualismo, uma liderança entrevistada fez uma ponderação sobre o significado da escola para a comunidade, pensando mais do ponto de vista coletivo.

Eu fiz até o segundo ano do segundo grau. Então, é muito importante você ter um certo grau de instrução. Acredito que é tudo. Porque se não tivesse aquela escolinha lá naquela comunidade, como é que seria? Vamo pensar assim, ver aquela comunidade sem aquela escola...? Então, eu coloco assim... que é um começo da caminhada de cada indivíduo que passou por ela. Eu fico assim muito orgulhosa, quando eu vejo assim produto saído dali, da nossa terrinha, da nossa escola. Eu penso até assim, Daniel, que às vezes, que Deus é muito justo, porque ele não diz quem é que vai ser doutor, quem é que vai ser uma grande figura. Ah, eu num tenho palavra pra dizer, só sei que é tudo (Liderança comunitária).

Como se pode perceber claramente, a liderança tem uma visão de educação na perspectiva do otimismo pedagógico em que a educação é vista como a resposta para praticamente todos os problemas, inclusive os sociais, expressando dessa maneira, o imaginário coletivo. E isso não deixa de ser um equívoco muito grande.

Outra liderança expressou o seu pensamento sobre o significado da escola da seguinte forma:

A importância pra mim, que estudei até o segundo grau, com toda as dificuldades, que meus pais são trabalhador rural, mas com tudo isso eu estudei, mesmo sem eles não garantirem muito, porque é muito... muito pobre, e eu trabalhando como doméstica consegui fazer até o segundo grau. E essa importância que eu achei, tanto que eu incentivei as minhas filhas hoje, que eu sou casada e tenho três filhas, a primeira das minhas filhas está fazendo o segundo grau, as outras duas tão terminando o primeiro grau.

Isso eu passo muito para elas, a importância, porque hoje a pessoa, quando não tem qualificação no mercado de trabalho, é uma concorrência, vai à frente quem sabe mais. E por isso eu passo essa importância da escola, aprender na escola, pra minha filhas que, hoje, se elas num tiveram pelo menos o segundo grau, que se chamou o curso médio, elas num vão concorrer no mercado de trabalho. Isso eu passo todo dia isso para elas e dou muita força nesse sentido aí. Até agora elas tão na escola estudando e com fé em Deus elas vão terminar (Liderança comunitária).

Muito embora não seja possível à escola local dar toda essa preparação, mas é fundamental para o início desse processo. Assim, a escola é colocada pelos sujeitos pesquisados como sendo de extrema significação não só do ponto de vista individual, como também para as famílias e para a comunidade como um todo.

2 Os sonhos, as expectativas e o que deve mudar

As aspirações expressas pelos pais, mães, alunos, professoras e liderança comunitária no que se refere às condições de vida, são, no seu conjunto muito simples e estão voltadas primeiramente para a superação das muitas limitações sofridas, como foi apontado, mas dificultadas principalmente no que se refere à condição de uma quase inércia em que vive grande maioria da população local (situação esta condicionada social e historicamente) o que leva a uma falta de iniciativa coletiva. Embora tenham uma visão e

consciência bastante claras dos seus limites, não se apercebem do poder que poderão canalizar através de um grande esforço de forma conjunta e também da necessidade de buscar uma opção para a superação desses limites.

No que se refere especificamente à escolarização, considerando que a escola local só oferece as quatro primeiras séries do ensino fundamental, e ainda levando em conta as inúmeras dificuldades que têm as famílias, especialmente para manter os filhos a continuar estudando em outro local, o desejo de todos os pais e mães é no sentido da criação, na escola daquela comunidade de pelo menos as outras séries do ensino fundamental. Isso fica patente na fala de um pai: *se por acaso chegasse aqui o ginásio, que é o primeiro grau, eu acho que era por aí (...) o ideal é que fosse aqui*. Trata-se de uma aspiração que, embora seja muito limitada, ainda assim, é de difícil conquista a curto prazo, considerando o grau de envolvimento e organização das pessoas ali, bem como o descaso das autoridades para com a população daquele local.

Todas as profissões apontadas pelos alunos como sendo aquelas que eles gostariam de ter quando adultos, são profissões com as quais de alguma maneira, tiveram contato de forma direta ou indireta, a exemplo de motorista e de professor. Entretanto, em sua maioria, os meninos entrevistados responderam que gostariam de ser jogador de futebol. Isto só confirma a grande influência exercida ali pela televisão, ainda que seja um sonho praticamente impossível de ser alcançado por eles.

Para uma mãe, que também é liderança da comunidade, o estudo proporcionará a realização pessoal de quem conseguir realizar satisfatoriamente seus estudos, como a fala transcrita a seguir mostra.

Ele estudando vai ter todo aquilo, (que desejam) ele vai ter aquela liberdade, o dinheiro dele próprio, pra ele também. Ele vai ingressar no mercado de trabalho, onde ele vai adquirir tudo isso. Então é esse o incentivo que eles dão pra que o filho estude pra que depois eles alcancem tudo isso (Liderança comunitária).

O estudo é visto pela mãe como uma possibilidade da conquista, pelos filhos, de uma vida melhor e talvez a única maneira. Esta é uma forma generalizada entre a população de se perceber a escola muito parecida como a que ocorreu no início do século XX, com o chamado otimismo pedagógico existente entre os educadores. Entretanto, as

díficeis condições sociais e econômicas daquelas famílias de camponeses se colocam como um grande entrave para que esse desejo seja concretizado.

Há um certo consenso entre os entrevistados, no sentido de ser necessária a proposição de mudanças para que as necessidades de escolarização para a cidadania naquele local se estabeleçam e possam atender aos interesses e necessidades da comunidade. Discutindo essa questão, uma professora se pronunciou afirmando: *Eu acho que muita coisa precisa ser feita e mudar. Primeiro porque a escola, eu acho que ela não tem que caminhar só.* A professora faz referência a um dos principais pontos constatados pela pesquisa que se põe como obstáculo para a superação de muitos limites e carências da escola e da comunidade, ou seja, a falta de maior articulação e participação efetiva da comunidade na vida escolar, bem como da própria escola na vida comunitária, para além da sala de aula.

Além das questões mais gerais, outras de caráter mais específico se colocam, como aquelas que dizem respeito ao cotidiano escolar. Dessa forma são apontadas questões referentes à direção da escola no que se refere ao modo de administrar, material escolar, como a escola deve trabalhar a preparação do aluno para encarar a vida, inclusive fora do seu contexto, o papel mesmo da escola etc, como mostra algumas falas a seguir.

Em termo de material didático, tem demais, muito rico, mas em termo de espaço físico, aqui nós precisamos duma sala pra pré-escola, que nós num temos. É, você conhece, só é aquela dali. Pré-escola de manhã e terceira série à tarde. É bem pequenininha. Nós precisamos de uma biblioteca, que também não tem, uma cantina, uma sala pra professora, que também não tem.

Uma sala pra reforço, uma sala pro vídeo, que também nós num temos.

Um bebedouro, água tratada (riso), num vou nem dizer água tratada, não. Não, principalmente o bebedouro, que as crianças ficam o tempo todim bebendo daquela água quente ali (Professora da turma).

Na escola existe um consenso sobre o material didático, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade, que é suficiente e boa. Nesta fala, evidenciam-se os principais problemas enfrentados pela escola, especialmente relativos ao pouco espaço físico construído, para que possa funcionar de maneira satisfatória. Mas, segundo a diretora, não há como ser feita nenhuma ampliação, pois o Secretário de Educação entende não ser isto necessário, chegando mesmo a fazer um certo deboche ao afirmar que, se

necessário, pode-se dar aula até debaixo de uma árvore, ao responder a solicitação da escola.

Relativamente às dificuldades enfrentadas no ensino, com os alunos, a contribuição da família para o desenvolvimento do próprio aluno, indagou-se como é que a professora analisava esse dado. Ela respondeu:

Tenho dificuldades. Eu num sei porque, mas eu acho que também os pai num ajuda, os próprio alunos também num têm muito interesse. Não digo todos, mas a maioria num tem muito interesse, não. E os pai também num ajuda em casa. Porque eu acho que mermo sem eles saber ler, mas pelo menos se eles chegasse em casa meno incentivasse, vamo ver o que foi que você fez, o que que você vai fazer amanhã? Mas, nós num temos nenhum incentivo, nenhuma ajuda. Eu sempre gostei de dar aula, isso eu tive, e principalmente trabalhar na pré-escola, eu adoro (Professora da turma).

Diante do contexto apresentado pela professora, perguntou-se o que mais lhe desestimulava para o desenvolvimento da atividade de docência, ao que respondeu:

O interesse do alunado. A falta dos interesse do alunado e também por parte do pai, que ele acha que só gente que tem, que tem que botar o menino pa fazer (...). Acha que só o professor tem responsabilidade de assumir. Tudo é em cima do professor, tudo (Professora da turma).

Foi indagado se a escola favorece a mudança de comportamento das pessoas, mudança de valores; se a escola contribui para a mudança da população que passa pela escola, para melhorar as condições de vida de um modo mais amplo.

Eu acho que contribui. Não só a escola como a família, a igreja. Contribui, sim, e como contribui, mas também não só a escola, não, porque se ele num tiver a família. A família também influi muito. Primeiro lugar a família, depois a escola, eu acho (Professora da turma).

Diante da posição da professora, questionou-se qual seria o papel que competiria à escola nesse ponto das transformações, se a escola, na zona rural, deve preparar o sujeito, o

cidadão, para morar em qualquer lugar, para viver em realidade diferente ou, diga-se, se exclusivamente na realidade rural; ou se é garantir os elementos que ele tem do rural e acrescentar a esses outros possíveis, necessários para que possa sobreviver bem em outra realidade, a exemplo da realidade urbana.

É, eu acho que ela é, em termos de preparar o indivíduo. é pra o mercado de trabalho, até mesmo pra conviver lá fora, porque hoje em dia, você sabe que o mercado de trabalho tá muito difícil, né, e eu acho que ele tem..., ela tem que preparar o indivíduo como um todo, não só para o trabalho, tentar a vida em qualquer lugar. Não esquece o rural, não. Ele tem que tá preparado também pra viver aqui na zona rural, e acrescentar sua vida lá fora (Professora da turma).

No que se refere exclusivamente ao aspecto da administração daquela escola no contexto das carências da comunidade para garantir as mudanças necessárias, a professora analisa com a fala seguinte:

Eu acho que devia mudar a forma tradicional de administrar a escola, devia ter mais liberdade, devia ter mais reuniões com os professores, mais conversa, ter mais compreensão, mais união da direção com os professores. A direção da escola não sabe sentar e ouvir a nossa opinião e discutir os problemas de forma coletiva, chama uma aqui, outro ali depois vem e diz assim: “bom fulano disse isso, mas é assim que é pra ser feito”. Agente não tem estímulo, não tem autonomia e não pode sugerir e nem fazer nada diferente, só ela é quem decide as coisas (Professora da escola).

Em relação ao comportamento dos alunos, embora os pais, ao serem entrevistados, tinham respondido que uma das coisas que sempre ensinam para seus filhos é como devem se comportar fora de casa, na escola e em outros locais, sempre respeitando os mais velhos e sendo educados, uma professora entende que, além da falta de educação de berço, as coisas funcionam com muita liberdade, como mostra o relato:

O aluno entra na diretoria à vontade, pega o que quer, não tem aquele respeito de pedir licença. Talvez seja um pouco de educação, o costume. A direção

pode ter autonomia sim, mas eu não vejo que os alunos respeita a direção, não (Professora da escola).

O quadro ora descrito evidencia uma intenção da professora de mostrar a existência da falta de controle pela Direção da escola⁵⁴ com relação aos alunos e que o controle administrativo neste sentido estaria comprometido e, diga-se, prejudicando o curso normal da escola. Aí fica constada também uma certa contradição, considerando a fala anterior quando a professora fala no aspecto autoritário da direção.

3 Conhecimento sistematizado e saber de casa

A fala a seguir é uma resposta dada por um pai sobre o conhecimento transmitido em casa aos filhos e o conhecimento dado na escola. Ele divaga muito sobre várias questões internas à própria escola e principalmente acerca da difícil função que tem o professor de ensinar, expressando a sua admiração por esse profissional

Acho qui no caso quem já tem educação, eles faz de tudo pra insinar mais educação ainda, porque apesar de tudo ele (quem ensina) são sofredor, porque a pessoa qui pega, vamos dizer, quarenta criança daquela ali, ou trinta e cinco, o tanto qui seje, ali é um problema. Bate cabeça meu amigo! Porque são dimais, eu adimiro muito o professor, ele pensa muito, porque o cabra qui num é qualquer cabra qui quer ser professor, dum monte. Tem minino mal educado, tem mais é poco, né? Então, ele aprender cum todo mundo botar naquele quadro, ele insina isso e aquilo. Tem minino qui olha, pula a ranela (janela), chinga professor, joga bola, quebra a lâmpida, aquele fole todo né, então eu acho qui ele tá fazendo mais qui, infelizmente as crinças num tão chegando a onde agente quer né, qui é ser mais inteligente né, participar pra ser gente né, só qui num tá dando certo num sei porque, tá acontecendo, é cuma eu tô falano, eu tô mais é preocupado cum Juniel, tá na quarta série num sabe fazer nada rapaz, só isso porque vai ter pra tú passar pra Santa Teresa, tu num dexo ir não. Pra que gastar dinheiro atoa né, mais vamo isperar qui dê tudo certo, né (Pai de aluno).

⁵⁴Os entrevistados, ao fazerem referência à Direção, confundem a pessoa com o cargo e a função de diretora.

Como o respondente se ateve mais a mostrar as dificuldades, inclusive de aprendizagem do próprio filho, não respondendo à pergunta, assim, a indagação foi retomada para saber dos pais se existe algum choque entre o que é ensinado na família, os saberes e valores mais típicos, com o conhecimento que a escola ensina.

Não, até agora num recebi reclamação. O qui agente insina é em primero lugar é istudar bem, é respeitar todo mundo, o pessoal mais velho né, os próprios pais, os amigos e num faltar respeito cum a professora né, conforme seja, a professora, diretor e ninguém né, então agora num recibi esse tipo de coisa né, aí não né se tão mal assim no colejo, falta de respeito até agora não, num sei não né, qui eu saiba não né (Pai de aluno).

Rapaz, a diferença eu nunca percebi, pelo contrário, porque a gente sempre procura educar os filho da gente o máximo possível, mas eu acho que na escola eles recebe, por um lado, mais do que o que eu dou pra eles, principalmente é o saber, né, porque a pessoa que estuda aprende munta coisa, aprende falar, aprende respeitar e sobre o... a leitura, ele já tem recebido lá coisa que eu num dei pra eles por falta da minha... falta de conhecimento, do estudo que eu não tive. Isso aí, com certeza..., ele às vezes eles passam pra mim coisa que eles receberam no colégio que eu não sei porque eu não sei porque eu não tive oportunidade de estudar (Pai de aluno).

Aos pais foi perguntado se transmitiam ensinamentos de comportamento ao filho, sobre como se comportar em determinados lugares e ambientes.

É, isso aí a gente sempre se preocupa em... em ensinar eles a respeitar, a se comportar por onde eles andam, num se importar... aquilo que eles vê, né, porque aquilo que eu ensino, que é certo, eles devem fazer aquilo que ele recebe, digamo, recebe dos pai, recebe dos aluno, e em algum lugar que ele vê uma coisa é... de... de errado, ele procurar não fazer, fazer sempre aquilo que ele recebe em termos de educação.(Pai de aluno).

Observa-se que o parâmetro para o pai avaliar o que está correto nos ensinamentos que o filho e a filha recebem em casa é a não-reclamação vinda da escola, principalmente no que se refere ao comportamento, que é exatamente a ênfase dada por ele. Se os filhos

têm um bom comportamento na escola, isto mostra que as orientações dadas foram corretas, pois estão de acordo com os valores da instituição escolar, o que para ele é positivo.

Em não havendo contradição neste sentido, a pergunta foi feita no sentido inverso, ou seja, para a família, o que é certo e o que é errado, naquilo que a família ensina e aceita como correto, independente do que seja. Se e em algum momento a criança aprendeu algo lá na escola, que é diferente, ou que se contrapõe àquilo que foi ensinado em casa, que não seja aceito pela família. A resposta é tímida e não responde satisfatoriamente.

Não, eu acho que só se for um apilido qui bota no minino, o Juniel tem lá no colejo, é ele ser chamado de "manga". Esse é o errado qui o próprio professor chama lá o Juniel de "manga" (Mãe de aluno).

As respostas dadas evidenciam uma aceitação, sem contestação explícita, dos conteúdos escolares e da atuação da professora. Está bastante claro o destaque reservado à escola, como uma instância na qual a família deposita suas esperanças da educação formal dos filhos. Efetivamente, a escola funciona como uma instituição complementar à própria família, ou seja, de confirmação de valores e saberes, bem como de acrescentar os conhecimentos que a família não domina e que são historicamente de competência escolar.

4 Dificuldades enfrentadas

Nesse item serão apresentadas as principais dificuldades expressas pelos sujeitos pesquisados e aquelas de domínio comum ou captada diretamente pelo pesquisador e estão classificadas pela vinculação à comunidade ou à escola.

4.1 Na comunidade

Neste ponto, serão postos os principais problemas enfrentados pelas famílias, tanto por elas próprias quanto aqueles percebidos pelas lideranças e por quem tem acompanhado todas as famílias do povoado e imediações, no caso a agente comunitária de saúde. Nesse sentido, a pergunta foi formulada com a intenção de buscar saber se o respondente tinha

conhecimento dos principais problemas que as famílias residentes no local e nas imediações enfrentam no seu dia-a-dia.

Ah, é muntos poblema, poblema demais, aqui a gente tem poblema de saúde, na educação, é precuária como eu já falei, e tem mais outros poblema, porque aqui na comunidade é grande aqui, a comunidade aqui do Croatá. Outa coisa, também, que devia ter, uma frente de serviço pa população, não tem. O pessoal vive sem ganho, sem salário, sem ordenado, sem nada. Aqui é um lugar que devia ter um dirigente, uma pessoa, uma autoridade que fizesse alguma coisa pra população daqui do Croatá, que aqui o pessoal vive sem trabái, num tem emprego pa ninguém, além de nós termos o estudo, nós temo que ter não é só o estudo, tem que melhorar o estudo, tem que melhorar a educação, tem que melhorar a saúde e tem que melhorar também a respeito dos assalariado, os salário pas pessoa, serviço. Condição de viver, porque num tem de maneira alguma (Pai de aluno).

Os problemas apontados pelo pai e enfrentados pela comunidade local, como se evidencia, são dos mais variados e confirmados por uma liderança, como segue:

É coisa pesada, apesar da gente passar tudo aquilo para os pais, as crianças e o adolescente, esses problemas todos que a gente entra em confronto todo dia na comunidade.

Ele, o camponês, só tem a sua casinha de chão batido, sua casa de taipa ou de palha, coberto de palha e tudo.

Ele num tem o saneamento básico, ele faz tudo aí ao ar livre. E isso aí acarreta muito as doenças, no caso, a verminose, que nem o médico pode combater, porque não tem condição. Se passar um remédio de verme, faz os exame de tudo aí, dá tudo aquilo. Dá o medicamento, mas num cura, justamente porque tá faltando isso. Ele num tem a água tratada, às vez lá deve ter um filtrozinho de barro em casa, mas aquela água não é clorada, aquela água é do poço cacimbão, da sua cacimbazinha.

Outro problema de saúde é a hipertensão, é o que eu mais encontro na minha comunidade. Eu tenho uma base de quase vinte hipertensos cadastrado, só aqueles que mesmo está sob controle do médico.

Mas tem mais, a desnutrição inda tem ainda muito, apesar da Pastoral da Criança tá dando muita força pra gente, junto com a Fundação Municipal da Saúde, a Pastoral da Criança que é a da CNBB e o meu trabalho, que é pela Fundação Municipal. E o que é que causa essa desnutrição? Justamente porque os pais não ter um emprego, não ter um trabalho, e por isso dificulta mais a vida, a vida dele no sentido do comer, ele num come bem, alimentação, porque a criança principalmente na fase de crescimento da criança, ele vai precisar muito no organismo dele de alimentação. Eu ajudo nessa parte, no sentido d'eu notificar aquilo à Fundação Municipal de Saúde. Mas ela num ajuda, quem ajuda é a Pastoral da Criança, no sentido de dar aquelas condições pa família, de acompanhamento do aleitamento na alimentação alternativa que ajuda no combate à desnutrição.

Então, tudo isso tá faltando.

Se nós num tem o nosso trabalho pra sobreviver, se tá faltano comida na mesa, tá faltano a água potável, tá faltano a alimentação. Se você num tem nada disso, você num pode ter uma boa saúde.

Isso são direitos que nós temos, que nós temos direito à moradia, a lazer, comida, principalmente a comida, que o desemprego tá grande aí, então a gente num temo a comida.

Então, são esses problemas que eu enfrento muito dia a dia, na minha comunidade, na visita domiciliar, a gente inda encontra, e o principal é justamente o desemprego, é aquela que o filho quer ter sempre mais. E isso, para os pais, é muito difícil dar, porque ele não tem, ele só tem aquele lá da roça (Liderança comunitária).

A evidência dos problemas mostra que são de uma realidade extremamente cruel, pois nem mesmo as necessidades básicas das famílias são atendidas, impossibilitando os filhos de estudar, pois, em determinados casos, essas famílias não têm as condições mínimas que permitam a ida de seus filhos para a escola, como mostra a seguir o depoimento de uma mãe.

Às vez tá cum chinelo quebrado, aí trabalho acochado pra comprar esse chinelo, qui é pra ele ir, mais tem dia qui ele num vai purcausa disso, aí só tem uma mudinha de rôpa, aí eu num rô lijero comprar uma rôpa lijero, aí o

bichim rei(veio) quando botô no lixo a primera vez, eles só num vão de sigunda-fêra, pur causa disso, eles só tem ropinha poquinha, só da mermo... Purisso é qui eu lhe digo, ainda existe esse probrema (Mãe de aluno).

No que diz respeito à resolução específica desse problema, ou seja, para que as famílias tivessem condições minimamente suficientes para garantir os filhos na escola, foi indagado qual o entendimento do que seria necessário, se os políticos e os administradores poderiam fazer alguma coisa e o que deveria ser feito nesse sentido.

Eu achava qui podia. Né... dá imprego pras pessoa, pra gente, qui tem dia qui agente tá tão aperriado, num acha pra onde vai, porque num tem dinhêro, aí agente se eu achasse um imprego pra trabalhar (Mãe de aluno).

Solicitada a falar sobre o que pensa, do tipo de emprego que precisaria ser criado no local, por exemplo, para que as famílias dali pudessem superar minimamente suas muitas dificuldades enfrentadas, uma mãe respondeu:

Aquilo qui eu...Demore ainda, porque aqui meu Deus do céu, nunca quer dá serviço, pra gente aqui do Coroatá, só acho assim qui o serviço qui tem aqui por perto é só ali no colejo, posto já tá tudo ocupado, só agora só um é registrado pá bater cuma qui num teve um tempo Qui(...) arranjo esse serviço foi bom de mais, agora nem isso num se portaro mais, aí agente vê o marido ganhava um trocadim também nessas istrada, só uma vez fazer esse serviço cuma agora diz qui vão fazer a comunidade, vão fazer campo (Mãe de aluno).

Diante das limitações existentes, alguma saída deve ser tentada. A mãe entrevistada, um tanto sem informação, deixa entender que será feito pela comunidade um campo agrícola, para se plantar e produzir produtos necessários para a sua subsistência, afirmando que *é aí assim eu acho qui é bom.*

Percebe-se uma certa ingenuidade da parte da camponesa e também acomodação diante das suas próprias limitações que, pelo fato de serem tão grandes, ela se acha impotente e espera que algo aconteça. Esta é a posição da grande maioria dos pais e mães entrevistados. Todos têm consciência e vivem os problemas, mas esperam sempre que os outros tenham a iniciativa e busquem solucionar. Entretanto, apontam como necessária

uma atividade de emprego voltada para a produção mesmo, com serviço que a população possa fazer. No caso específico daquela comunidade, seria voltada para a agricultura, entendendo que plantar seria uma boa idéia.

Considerando o quadro aqui descrito, de muitas dificuldades para a sobrevivência daquela gente, uma questão fundamental foi suscitada, que diz respeito à sustentação das famílias, ou seja, diante de tudo isso como estas conseguem sobreviver com todas as dificuldades apontadas. As colocações dos sujeitos, transcritas a seguir, evidenciam não só a maneira como sobrevivem como também mostram mais claramente os limites vividos pelas famílias daquela comunidade.

E é quando no imprego (quando se planta) dá aquele ligume, mais prá arroz de que ôtras coisa, só dá mermo arroz aqui (Camponesa, ex-empregada doméstica e mãe de aluno).

E hoje, o trabalhador rural, ele num tem nem sequer a terra pra cultivar. E aí vem outra coisa, os pais têm que incentivar o filho pra que ele estude. Porque aquela vida é humilde, do campo, ele não tem condição nem mesmo de educar o filho e também muito menos de dar tudo aquilo que o filho quer. Ele quer um dinheiro para ir a uma festa. A mocinha, quer uma roupa melhor, mais bonita, que você vê aí como é que tá a moda de hoje. Ela quer tudo que alcançar porque hoje não é mais aquilo lá atrasado, não, eles tão vendo na televisão a todo instante, tudo. Então, sem emprego, os pais têm dificuldade de dar tudo para o filho.

É em consequência do desemprego também, aquela briguinha do casal. Em casa fica aquele clima. O desemprego, ele gera tudo. A mãe se queixa disso, o filho já se queixa de outra maneira, isso daí a gente encontra (Liderança comunitária).

Pelo que foi exposto até aqui, especialmente neste item, está evidenciado que se trata de uma população extremamente carente, um povo que, de fato, não goza de uma cidadania plena, porque existem os direitos determinados legalmente, mas esses direitos, como mostra a fala dos sujeitos, não são garantidos efetivamente, mesmo aquele mais básico para a sua sobrevivência, que é o da própria alimentação.

É significativo notar a preocupação expressa pela liderança, na qualidade de mãe, no sentido da impossibilidade que os pais têm para atender às necessidades dos filhos. Aqui deve ser observado também que os desejos apontados estão e, de fato, são vinculados à realidade urbana, o que mostra a influência cultural fortemente exercida sobre a realidade rural.

Essa influência ocorre por diversos fatores, como os meios de comunicação, a proximidade da cidade e, como já mostrado anteriormente, a própria escola que tem uma orientação voltada para a realidade urbana.

É evidente que outros problemas existem além do desemprego naquela comunidade. E, como consequência disso, como se sabe, uma série de outros problemas são gerados vindo à tona e afetando inclusive a própria qualidade de vida dessa população.

Sem uma produção suficiente para garantir a sua sobrevivência, sem um emprego, sem uma alimentação adequada, não existe possibilidade de boas condições para que as crianças, adolescentes e jovens possam estudar. Com efeito, há uma impossibilidade fundamental que inviabiliza qualquer processo que objetive a construção da cidadania. A cidadania nestas condições e permanecendo as mesmas circunstâncias, não pode, não tem a mínima possibilidade de vir a ser uma realidade na vida daquela população.

4.1.1 *Ausência das professoras dos eventos comunitários*

Sobre a participação das professoras em atividades promovidas pela comunidade local, foi feita uma pergunta a todos os sujeitos da pesquisa. E houve uma quase unanimidade em se afirmar que, de fato, as professoras da escola não participam de nenhum tipo de atividade diferente da sala de aula.

As próprias professoras reconheceram isso, afirmando que, em virtude de não residirem no local, não participam. Exceção seja feita apenas a uma professora, a mais antiga da escola, que marca presença em alguns eventos. Ela reside ao lado da escola.

Para justificar a não-participação nessas atividades, as professoras argumentaram o fato de não residirem no local.

Por que às vezes a gente vem de fora pra cá no decorrer da semana. Aí quando chega sexta-feira todo mundo se manda. Quando chega sábado e domingo, tá todo mundo nas suas casas (Professora da escola).

Com relação ao que acham de não participar das atividades da comunidade, comentaram:

Eu num sei se é porque num tenho esses tempo. Porque mermo se precisasse da presença da gente, de alguma ajuda, eu acho que eu num contribuía em nada porque eu num dava pra mim vir (Professora da turma).

Diante da constatação de que o professor que vem de um outro local, principalmente pela dificuldade para acompanhar a comunidade em virtude da distância e ainda pelos próprios costumes, valores culturais e sociais, que tendem a ser diferentes, buscou-se junto aos sujeitos saber o que seria melhor para a comunidade e para a família no que concerne à contribuição do professor para o processo de construção da cidadania, considerando a origem, o que seria melhor para a comunidade, um professor do próprio local ou um professor vindo de fora?⁵⁵

A questão foi formulada para ser respondida, considerando a importância da presença da professora para o aluno, a família e a comunidade, não apenas na escola para ministrar as suas aulas, como também em outros eventos da comunidade.

Para se entender esta questão, praticamente todos os sujeitos pesquisados responderam, sendo que a grande maioria entende ser melhor para a comunidade um professor do próprio local, como mostram as falas transcritas a seguir.

Eu acharia que era melhor de fora, porque os alunos vai temer, que não são acostumado com ele, viu? (Pai).

Pois pra mim tanto faz, tanto de fora como de casa, porque se eu tenho de aprender, tanto faz o de fora como o de casa, todos se interessam por eles. Então, eles que se interessam, porque eles, tanto vim lá de fora como o de cá, todos têm um interesse só por eles, agora, eles que têm que forçar (Mãe de aluno).

Tanto faz. Eu acho que é do local. Proque, ela vai ter mais tempo de todo, a hora que a escola, a comunidade precisar ela tá presente. O nosso caso é até difícil, porque a gente vem de longe, às vez a gente tem que vim pagando.

⁵⁵ Embora esteja sendo usado o termo professor, como categoria geral, o que é presente na cabeça das pessoas daquela comunidade, no que se refere à escola local, é a idéia de *professora*, pois nunca lecionou um professor ali.

Aqui, eu pelo menos digo, vai fazer, digamos assim, uma festinha à noite, mas aí nós temos que voltar cedo porque o transporte, é o último carro que vem de Zé de Freitas, tem que voltar cedo, porque aí o carro num pára. Tem que dormir aqui, fora de casa, porque não temos condição (Professora da turma).

Ao ser perguntada se considera isso um problema para a comunidade, uma professora respondeu:

Eu considero, até mesmo em relação a alguma festinha que a gente quer fazer aqui. Às vezes tá tão boa, gostosa, mas aí a gente tem que ir embora, num deixa nem terminar. Uma festinha que teve aqui, de quadrilha, na hora do bom mermo, como diz a estora, tive que voltar porque, senão a gente ia dormir aonde? (Professora da turma).

Como consequência de não residirem na comunidade, as professoras acabam por não se entrosar melhor com as pessoas e assim contribuir de forma mais qualificada para com elas, até porque não dominam plenamente as dificuldades que a comunidade enfrenta para, inclusive, ajudar a combatê-las.

Com relação aos problemas do local, os pais e mães mostraram ter conhecimento do que a comunidade enfrenta, e até arriscam sugestões para possíveis soluções desses problemas.

Assim, ó, o problema maior que tem é que não tem uma pessoa que enfrente, tome responsabilidade pela comunidade pa botar tudo em dias. (Pai de aluno).
O problema que é... é que tem que botar no posto, pelo meno duas veize, um médico pa atender a comunidade que é muita gente que tem que... sente problema, e que vai pra lá e chega lá não vai atendido, por quê? Porque pra ter um tanto de gente, chega lá não pode mais atender aqueles... daquele tanto, num pode de jeito nenhum, então as pessoa volta com aquele problema ruim, num tem condição de ir pa outro lugar, tem que ficar ali e... morrer, porque o médico que vem não atende o tanto das pessoa que... doente que tem, aí o problema é esse. Também outro /...../ médico dentista, doutor dentista, também vem... semana vem, semana não vem, e aí é outro problema também, às vez as

pessoa fica morrendo de... da precisão de um dentista, não tem na comunidade e o problema é esse, e a gente sente mal (Mãe de aluno).

Nessa perspectiva de considerar importante a existência de uma liderança que assuma a coordenação e a direção do “destino” da comunidade local, questionou-se sobre a melhor forma de superação das principais dificuldades existentes ali se seria, por exemplo, pela via da reunião dos moradores para discutir e, de forma organizada coletivamente, a comunidade buscar resolver os seus problemas, se os pais e mães acreditam nessa forma de as pessoas superarem os seus limites; se é mais eficiente a organização coletiva do que cada uma pessoa ficar na “sua”, tentando resolver os problemas de forma individualizada ou mesmo esperando que os outros o façam por ela, como tem ocorrido. Algumas das respostas dadas a essas indagações apresentam o conteúdo seguinte:

Tem, é, tem, reunido tem, mas precisa de um cabeça, um chefe, botá orde, porque num sendo assim, num vai. Pode, pode resolver os problema (Pai de aluno).

É, num pode, tem que a comunidade toda pra poder... A comunidade toda junta dá força e todos nós vamo em frente (Mãe de aluno).

Está evidenciado o entendimento de que a comunidade precisa se organizar, mas contraditoriamente, e esse entendimento, as tentativas nesse sentido, não contam com o apoio desses mesmos respondentes. Diante das respostas e da situação concreta naquela realidade, cabe aqui breve análise. Há uma descrença generalizada nos políticos que atuam naquele local, bem como é notório o descaso dos administradores para com aquela gente, que na sua totalidade reconhece que a presença do poder público ali se restringe à existência de uma escola, um posto de saúde com atendimento médico apenas uma vez por semana e atendimento dentário restrito às crianças que estudam na escola, além de um posto telefônico. Não há nenhum projeto em funcionamento, a não ser de iniciativa de algum proprietário de terra, com caráter privativo ou de iniciativa particular, mas para a questão dos grupos e interesses políticos.

4. 2 No âmbito da escola

No que se refere aos principais problemas que a escola enfrenta, para os pais e a comunidade escolar, esses problemas estariam mais ligados à administração escolar; à participação da comunidade; ao baixo grau de rendimento escolar dos alunos, que alguns atribuem à própria proposta curricular; à falta de espaço físico construído; ao reduzido tempo destinado ao ensino em sala de aula; à falta de condições dos familiares para ajudar na realização das tarefas escolares; e ainda outros problemas bem maiores relacionados às dificuldades, em consequência das condições precárias em que vivem muitas famílias daquela comunidade, expressando-se concretamente na falta de uma alimentação adequada, até de vestimenta, impedindo ao aluno ir à escola. Tudo isso desemboca em outros problemas, como o de saúde. Assim, todos os alunos responderam que faltam às aulas e na grande maioria o motivo da falta é algum tipo de doença.

Não há reclamação no que se refere ao material didático, que, segundo alguns pais, a direção e as próprias professoras da escola têm suficientemente, é muito rico e de boa qualidade.

Entretanto, ao considerarmos as dificuldades, como o aproveitamento do ensino dado aos alunos, as professoras afirmam ter muita dificuldade nesse sentido, como já expresse numa fala da professora da turma.

Nesse contexto, a professora foi perguntada sobre o que a impulsiona mais a dar aulas, e acerca do que não a estimula, ao que respondeu:

Eu sempre gostei de dar aula, isso eu tive, e principalmente trabalhar na pré-escola, eu adoro. O interesse do alunado. A falta dos interesse do alunado e também por parte do pai, que ele acha que só gente que tem, que tem que botar o menino... pa fazer... Acha que só o professor tem responsabilidade de botar. De assumir. Tudo é em cima do professor, tudo (Professora da turma).

Como apontado, a área física construída da escola já não atende mais às suas necessidades, os espaços não são suficientes para o atendimento da demanda, como afirma uma professora:

Precisamo duma sala pra pré-escola, que nós num temos. É... você conhece, só é aquela dali. Pré-escola de manhã e terceira série à tarde.

É bem pequenininha. Nós precisamos de uma biblioteca, que também não tem, uma cantina, uma sala pra professora, que também não tem. Uma sala pra reforço, uma sala pro vídeo, que também nós num temos
(Professora da escola).

Como foi observado, a água para os alunos, por exemplo, é apenas colocada em filtros de barro, mas não há um bebedouro que garanta água fria para eles e, segundo uma das professoras, *água tratada (riso), num vou nem dizer nada. Principalmente as crianças ficam o tempo todim bebendo daquela água quente ali.*

O que ocorre na escola é um quadro semelhante ao que o aluno vive em sua casa, com um agravante em seus lares, como mostra a agente de saúde, onde a grande maioria desses alunos não têm nem mesmo água filtrada. Como a situação é de fato uma realidade, confirma-se o grau de precariedade da cidadania existente naquela comunidade.

5 Carência e limites para viver a cidadania

No contexto até aqui esboçado pelos comunitários e demais sujeitos pesquisados, buscou-se delimitar o que concretamente tem sido feito e o que carece ser realizado para mudar o quadro apresentado, qual a possibilidade de superação desses problemas e através de que meios poderiam ser superados ou, pelo menos, minimizados.

Neste sentido, alguns pais levantaram a importância de a comunidade ter uma liderança. Na totalidade dos entrevistados, estes não crêem nos políticos, e muito especialmente naqueles que atuam na região.

Outra categoria questionada sobre a sua atuação foi a dos administradores, todos os que, de alguma forma tivessem responsabilidade no local, independentemente da instância, como a estadual ou a municipal, o que concretamente têm feito pelo local.

Rapaz, político aqui não tem feito nada, nada. Aqui aparece em tempo de campanha, prometê, isso aí é geral, promete, mas num faz nada. Promete colégio, promete, como eles prometeram, é... segundo grau no Croatá, prometeram creche, prometeram uma frente de serviço pa população trabaiaá um determinado tempo, isso nunca foi... nunca foi pa frente, nunca aconteceu
(Pai de aluno).

Aqui nada, quase nada, porque aqui você anda aqui e não tem nenhuma obra aqui que foi feita aí há cinco anos atrás, num tem, num tem. A obra que tem aqui é um posto de saúde que tá com mais de dez anos, o colégio que tá com trinta, quarenta ano e má... posto telefônico também tem e mais nada.

A estrada que passou aí, acho que uns quarenta, cinqüenta anos. Não tem uma obra pa dizer assim, essa obra aqui tem cinco ano, não tem uma obra feita aqui. E a população tá crescendo e tá pricisando e as autoridade não toma providência (Pai de aluno).

É justamente porque nós ainda não sabemos ainda reivindicar nossos direito, porque mesmo nós sendo ruralistas⁵⁶, mas nós temos os mermo direito. Pelo meno, o saneamento básico, nós não temos aqui. Eu trabalho com 182 famílias cadastradas, que dá mais de 500 pessoas. Então, toda essas pessoas, só quem tem saneamento básico, são as pessoa donas de chácaras que tem o seu poço tubular, que faz sua própria instalação sanitária dentro de casa, e enquanto que o camponês, ele não tem. Você pode... Isso tudo a ... o seanento... o saneamento básico. Só quem tem saneamento básico é o seu dono deseu terreno, quem tem sua chacara (Liderança comunitária).

As dificuldades enfrentadas por aquela comunidade, como já ficou bastante claro nas falas transcritas até aqui, são as mais variadas, pois nem mesmo o básico têm para sua sobrevivência.

Essa situação difícil em que vivem os camponeses daquele local pode ser entendida como o produto de um processo histórico, ou seja, está diretamente relacionada à sua situação histórica de existência em que se construiu uma realidade muito carente como conseqüência das relações de exploração e de dependência estabelecidas entre os proprietários de terra e seus moradores; da falta de uma formação e mesmo informação daquela gente, capazes de criar uma visão clara das suas necessidades, inclusive para buscar sua superação. Nesse sentido, a fala de uma liderança posta a seguir é bastante taxativa ao apontar os problemas e o que precisa ser feito para a viabilização das resoluções.

⁵⁶ O sentido usado pela liderança, é mesmo o de camponeses.

E está faltano outro direito, pelo meno assim, você ter direito ao seu próprio pedaço de terra, pra lá, que você faça sua horta, você reivindicar às autoridade um poço, pra fazer uma horta comunitária. Isso já é um emprego, porque você teno... você, daquilo ali, você construino a sua horta comunitária, no seu campo no campo agrícola, onde todos trabalham, todos têm sua comida, todos tira dali a sua alimentação, a sua sobrevivência e aquilo sobra pra que você leve ao mercado, que venda e que aquilo ali compra outras coisas que precisa também na sua sobrevivência.

É justamente nós reivindicar as autoridade, isso tudo dentro dos nosso direito. Então, nós temos um posto de saúde, o que que tá faltando no posto de saúde? Tá faltano um remédio, que muitas vezes num tem (Liderança comunitária).

5.1 A soberania do espaço privado

A comunidade do povoado Coroatá, em virtude da sua própria história, sofre um problema muito sério que pode ser entendido como um dos mais graves, qual seja, a falta de espaços públicos. São poucos os espaços na região com esta natureza.

Especificamente com o objetivo de se criar uma área de trabalho envolvendo a população local numa perspectiva do atendimento dos interesses da coletividade, como ficou constatado nas falas dos sujeitos pesquisados, como, por exemplo, uma roça ou uma horta comunitária, aí então de fato inexistente qualquer espaço que possa assim ser utilizado.

Diante das condições atuais, principalmente considerando o nível de organizacional da população, torna-se praticamente impossível qualquer tentativa neste sentido. Tudo isso em consequência do forte individualismo reinante que sufoca os interesses (necessidades) coletivos do conjunto dos camponeses, na busca por espaços públicos que possam responder e contemplar as suas necessidades básicas.

A comunidade é desprovida até mesmo dos espaços usados de forma coletiva, pois que pertencem a particulares. Ainda que alguns dos espaços sejam institucionalmente públicos, a sua utilização de fato é controlada por particulares. Por exemplo, o campo de futebol mais tradicional da região, mesmo sendo registrado e pertencente ao poder público municipal, tem interferência do proprietário da terra em que o campo se localiza, tendo sido recentemente cercado. O que representa uma face dos limites existentes no local.

Outro aspecto que deve ser analisado é quanto à propriedade da terra, porquanto a grande maioria dos camponeses residentes naquela comunidade não possui terra para morar e muito menos para trabalhar.

A liderança comunitária tem uma visão muito clara da questão agrária vivida pela população local, como expressa na sua fala transcrita a seguir.

Isso aí eu vejo muito esses espaço que nós não temos, eu digo porque eu também eu sou uma sem-terra, eu não tenho um espaço pra mim, um espaço próprio de moradia. Então, o que eu vejo, isso aí é a questão dos latifundiário que ainda hoje tão aí tomando de conta de terreno. Porque aqui tem, onde eu moro aqui, e todos moram aqui, tem espaço aí de num sei quantos hectares de terra aí, improdutivo. Quer dizer, que só é o cocal aí, só debaixo de cerca e muitos dele, hoje, nem cerca num têm, enquanto que o pobre está aí sem um pedaço de terra, o desemprego, e se obriga a ir pra periferia da cidade (Liderança comunitária).

Diante da difícil situação como é vivida naquele contexto a liderança comunitária aponta uma possível saída para os problemas da comunidade, especialmente no que diz respeito à produção que, como mostrado, se dá em condições precárias para a grande maioria das famílias e, como consequência de tudo isso, até mesmo a alimentação básica de muitas dessas famílias não é sequer regular, nem quantitativa, e nem qualitativamente satisfatória.

Então, se isso acontecesse, se tivesse a reforma agrária, tivesse cada um o seu pedaço de terra, desses latifundiários que têm muito pra nada, então se desse isso aí pra cada um o seu pedaço, onde você pudesse cultivar, onde você pudesse daquilo mesmo os órgãos da Prefeitura, do Estado de tudo é... ajudasse aquele camponês a sobreviver no seu próprio lugar de origem, no seu próprio trabalho, onde ele sabe fazer aquilo. Não adianta ir uma pessoa, um camponês, lá pa Teresina, se ele lá num sabe fazer aquilo. O que ele vai fazer lá? Nada. O que ele deve é cultivar a terra é de onde ele mora, de onde ele nasceu, donde ele aprendeu a fazer, que foi cultivar a terra, plantar mandioca, plantar batata, plantando isso. Se ele tivesse tudo isso, esse pedaçozinho dele lá, lugar dele de origem, então, hoje, diminuía até a marginalização lá na

periferia pra onde ele vai, que é obrigado sempre mesmo a ir (Liderança comunitária).

Há uma cristalina percepção, pela liderança, da base dos problemas enfrentados na comunidade e a maneira de combatê-los. Essa consciência, infelizmente, não é compartilhada pela população como um todo, que, embora submersa nessa situação, parece não se aperceber como capaz de que há concretamente a possibilidade de se fazer mudança de forma qualitativa das condições de vida naquela realidade.

5.2 Consciência, ambiente e preservação da natureza

Um tema bastante em evidência na atualidade refere-se ao meio ambiente, mais precisamente sobre a preservação da natureza, haja vista os debates que diariamente são acionados, principalmente via meios de comunicação como a televisão, em decorrência da devastação que o homem tem imposto à natureza e com resultados desastrosos, praticamente irreversíveis para todo o meio ambiente.

Diante desta importante discussão, foi indagado tanto às lideranças, pais e alunos, como sujeitos da comunidade, quanto à direção e professores da escola, como tal questão é entendida e enfrentada por eles, especialmente quanto à orientação dada aos jovens.

O objetivo principal da indagação foi constatar o nível de consciência dos sujeitos referente à problemática e compreender o grau de engajamento desses sujeitos, verificando se a questão é tratada pela família e pela escola e, dessa forma, perceber a maneira como é feito esse trabalho educativo, numa e noutra instituição.

As respostas, no geral, são muito vagas e, na verdade, no caso das professoras, estas mostram que a preocupação com a natureza não vai além das orientações contidas na proposta curricular, que estrita a um determinado período, como a “Semana da árvore”, ou seja, é mais uma responsabilidade formal e, de fato, uma atividade obrigatória.

Aqui a gente trabalha mesmo só o período da Semana da Ecologia, a gente trabalha, mas fora disso daí, eu, nunca (Professora da turma).

Indagada sobre as atividades concernentes à Semana da Ecologia, a professora apenas respondeu que é feita *Pesquisa, boto mais pra os vegetais, os rios, só isso*. Afirmou ainda ensinar como as pessoas devem se relacionar com os animais e como tratar as

plantas, preservar os rios, tratar o lixo. *Sim, tem que ensinar. Eu ensino isso daí.* Quanto ao conhecimento trazido de casa, afirmou que é *pouco, muito pouco.*

Aos pais foi indagado sobre como é que a família trata desse assunto, e se tem conhecimento de como a escola tem orientado os alunos sobre o meio ambiente, especialmente para a preservação da natureza, plantas, animais e o próprio lixo produzido em casa. As respostas dos pais foram variadas, mostrando que alguns deles têm um grau de consciência muito bom, alguns são bastante ingênuos e outros estão totalmente alheios, pois não assumem como sendo também de sua responsabilidade a orientação dos filhos

Natureza. Não rapaz, lá im casa é o siguinti, eu acho tudo é bem tratado né, inclusive tem uma planta lá im casa é bem tratada, bem cuidada, tem meu animais, tem meus porquim né, tem uma jumenta qui eu dô um beijim, porque o bichim fica mais animado né, tem o cachorro também e (...) (Pai de aluno).

Há uma aparente ingenuidade ao tratar do tema, ou falta de entendimento da importância e gravidade que representa uma relação predatória do homem com o meio ambiente. Assim, para esclarecer, a pergunta é reforçada, chamando a atenção do respondente para aqueles animais que estão na mata, os bichos da natureza, sem a interferência do homem, que não são domesticados, como é que se deve lidar com eles.

Rapaz, é o siguinte, o cabra é sempre malvado né? (risos), tem o viado qui as vez, acolá, se persegue, tem a própria juriti e cada um mata pra sobreviver. Só qui é um erro, porque pegar um bichim qui num tava fazeno nada cum você e matar, é um crime né? Mas pra iscapar tem qui fazer tudo, né? (risos) (Pai).

Foi indagado também a uma mãe sobre como esse assunto é enfrentado, se há uma preocupação de se ensinar alguma coisa para a criança no que diz respeito à relação com a natureza, dos animais e das plantas; e se tinham conhecimento se a escola trata dessa questão.

Não, eu insino ao meus filho de num ir ispancar os bicho, as vez quando os bicho tão assim o minino tem , o Daniel mermo, ele atira muito nas galinha, nos porco, eu num quero qui ele num...num atimo qui ele faça assim prope ato, né, dele atirá no bicho, de ispancar o bichim não (Mãe de aluno).

Eu acho qui sim né, porque realmente eles traz muito foto de pássaro, é de animais né, e eles reclama tamem(também)qui qui eles num faça chiado, eles num querem qui eles atire no passarim própi no colejo mermo, a onde mermo, qui a onde mermo tem muito...muito passarim lá, aí eles num querem qui atire lá, pra num judiar né (Mãe de aluno).

Foi indagado especificamente sobre as queimadas que acontecem por aí a fora e aquelas feitas no local, que o pessoal bota fogo na mata ou mesmo na roça, aquelas criminosas e essas por uma questão de sobrevivência.

Rapaz, aí sei qui é da necessidade, porque é da roça qui nos vive aqui, o cara bota qui é o jeito né, agora o cabra butar fogo na mata só pro preversidade, aí é errado né, negócio desse aí. Não, o jeito é o seguinte, aí a rente faz um (...) cedo e aí só Deus sabe, porque quando fogo passar, numtem que dê jeito né, mais a rente evita o máximo né, se a gente pudesse a rente apaga né, num dexa o fogo de jeito neium (Pai de aluno).

Quanto à orientação do filho, foi perguntado se existe a preocupação em dar alguma orientação com relação à preservação da natureza, do meio ambiente como um todo, ou se os pais deixam tudo sob a responsabilidade da escola. As respostas foram dadas como segue.

Não, a gente tem que educar também ele sobre isso pa evitar, né, esse negócio de queimada, matar animal. Nem tudo... Um pouquim da gente e um pouco por conta da escola também (Pai de aluno).

Meus minino aqui ele num se preocupa mermo em matar os animais, não, que ele tem pena, né, e num tem negócio de andar matano os animais, não (Mãe de aluno).

Mesmo os pais respondendo que dão orientação aos filhos no que se refere à relação com o meio ambiente, é notória a depredação do que é feito ali e tornam-se muito comuns, a exemplo da caça, a derrubada e a queima da mata nativa, o que altera

significativamente o equilíbrio da natureza, bem como põe em risco a existência de muitas espécies de animais e plantas.

5.3 O nível de escolarização dos sujeitos

A escolarização é um fenômeno tipicamente urbano. E o grau, de escolarização é mais elevado quanto maior e mais desenvolvido for o centro urbano, mesmo na Antigüidade, como na Grécia e em Roma. Os exemplos podem ser retirados dos compêndios de História da Educação. Luzuriaga (1980), Monroe (1988), Ponce (1989), Marrou (1969), dentre outros, mostram essa faceta da realidade humana.

As falas dos sujeitos entrevistados, como pode ser constatado nas suas transcrições, por si já se constituem numa forte evidência do seu baixo nível de escolarização.

Apenas as professoras e três das lideranças contatadas, possuem 2º grau completo, sendo que uma professora declarou ter feito também “estudos adicionais”. Duas outras lideranças possuem o 2º grau incompleto e as demais não concluíram o 1º grau.

Ao se analisar a escolarização dos pais e das mães dos alunos, a situação, de fato, torna-se preocupante, pois é muito crítica. Existem alguns deles (pais e mães) totalmente analfabetos, outros em processo ainda de alfabetização. Aqueles que são alfabetizados e que têm até a 4ª série são poucos e, ainda assim, o nível é precário. Com o 1º grau completo, apenas uma mãe foi entrevistada e que também é uma liderança local.

6 Escola e mudança social

Pensando um pouco na formação das consciências das pessoas, dos sujeitos e na possibilidade de mudança ou da permanência da realidade social, em decorrência da contribuição dessas mesmas consciências, foi formulada uma pergunta, objetivando saber se a escola tem uma significativa contribuição na formação de consciência crítica, de uma mentalidade capaz de formar uma visão mais precisa dos problemas, de uma consciência da realidade no sentido de ter, não só ter uma consciência, como também no sentido de partir para a superação desses problemas.

A construção da cidadania, na perspectiva aqui considerada, pressupõe a inclusão de todas as pessoas na dinâmica social. Essa inclusão não deve partir do princípio da

eliminação das diferenças, ao contrário e, sem discriminação, reconhecê-las e respeitá-las como uma necessidade pela busca e pela conquista do equilíbrio dessas diferenças, de forma a possibilitar às pessoas viverem de forma digna.

Não se deve falar em cidadania, em tempos como o nosso, descartando a possibilidade dos sujeitos de poderem participar da sua sociedade de modo ativo, com uma consciência que lhe garanta um certo grau de liberdade para agir com autonomia diante das situações e circunstâncias vivenciadas.

Essa posição pode parecer contrária ao que de fato ocorre com a grande maioria das populações, e realmente há todo um processo de exclusão, apesar dos discursos feitos em defesa da inclusão.

Com isto, o trabalho buscou captar junto aos sujeitos da pesquisa se a escola favorece e contribui para a mudança de comportamento das pessoas, à mudança de valores, mudança de hábito e dos costumes das pessoas; e se a escola tem ajudado nisso, a escola que a comunidade possui, se tem auxiliado concretamente nesse sentido; se a escola contribui para a mudança para melhorar as condições da população como um todo, partindo das ações diretas da própria escola e considerando principalmente a sua contribuição na formação da cabeça das pessoas que vivenciaram ou vivenciam a escolarização.

Na seqüência, serão apostas as falas dos sujeitos que expressaram seu pensamento a respeito dessa indagação.

Rapaz, é o seguinte, o colégio, ele era pra resolver muntos poblema, não só com o ensino, como um... um direito devido a toda a população, mas só que isso... esse direito ninguém recebe do colégio, é só um ensino precuário e mais nada, ele num contribui pra mais nada, pelo que eu conheço, não, num contribui (Pai de aluno).

As pessoas que passam pela escola têm mais facilidade, por exemplo, para ter uma visão crítica do mundo, dos problemas enfrentados no seu cotidiano.

Tem possibilidade, porque o colégio, ele, não necessariamente, mas ele tinha que fazer essa parte, né? Agora falta um pouco é, num sei dizer, consciência, um pouco... saber mais trabalhar, pra que a escola na comunidade num resolva só o poblema do ensino, mas resolver outros poblema também que

muitas vezes num é feito, geralmente num é feito, e a população precisa, a comunidade sempre precisa disso (Pai de aluno).

Outra preocupação era se para além da sala de aula, a escola tem se preocupado em fazer alguma coisa para possibilitar à população uma visão mais ampla de seus problemas, como, por exemplo, chamar a população para discutir as questões pertinentes aos problemas que ela própria enfrenta no dia-a-dia.

Não, não tem feito de maneira alguma (Pai de aluno).

Não, pra esse problema nunca foi chamado ninguém pra resolver outros problemas, a num ser uma reunião do colégio (Pai de aluno). Isto no que se refere exclusivamente às questões do ensino.

Não, é sério. É como se nós comprasse uma e o caba não entregasse, cara. É, com toda certeza! É como se eu comprasse uma bicicleta e o caba me enrolando e ele nunca me darra ela de volta. Porque você paga imposto até duma agúia que você compra. Você tem que ter médico, num tem, você tem que ter saúde, num tem, você tem que ter educação, num tem, e quando tem é desse jeito. É de graça? É de graça, a gente considera isso de graça, mas nós paga por isso, num é? Não é de graça, não (Pai de aluno).

Foi questionado ao pai se ele já teria discutido esse tema e o que achava da organização das pessoas para tentar resolver os problemas apontados; e se ele participa de algum tipo de organização nesse sentido. A resposta foi dada como segue.

Rapaz, é o seguinte, é... reunião a esse respeito, essas coisa, como eu falei, a respeito de melhorar a saúde, melhorar é... fazer creches, é... aumentar o grau de ensino pra o segundo grau, já foi feito, como eu falei, em termo de política já foi feito reunião aqui, e que, quando se fala nisso, todo mundo vai pra reunião pensando que é verdade, e no fim num acontece, mas se fizer uma reunião com certeza a gente participa pa que melhore, a gente quer que melhore, acuntece é que essa reunião num acontece, acuntece em termo de política, mas só pra.... pa falar, não aconteceu. Isso é... isso é..., geralmente acontece todo tempo, e quando a pessoa promete, a pessoa pensa que é

verdade e todo mundo participa pa que melhore a população, só que isso nunca aconteceu (Pai de aluno).

Diante das dificuldades apontadas, questionou-se o que precisa ser feito então para mudar, considerando que reuniões são realizadas, mas não é dada seqüência ao que é decidido, os políticos vêm, prometem, voltam e nada se faz.

Rapaz, aí pa mudar se... se torna difícil, porque ninguém sabe mais em quem acreditar, as autoridades como eu já falei, promete e num faz. Aqui precisa muita coisa, precisa o segundo grau, precisa chafariz, precisa creche, precisa melhorar a saúde que num tá tendo, tá pa se acabar o posto ali, o pessoal vão num tem médico, num... quando tem médico, num tem o remédios, e fica essa precuária... e cada dia que passa piora e ninguém toma providência (Pai de aluno).

Com isso, a pergunta foi situada no plano pessoal para verificar se o pai não poderia assumir essa bandeira de luta naquela comunidade, ao que respondeu:

Rapaz, se fosse pra eu assumir, se eu tivesse autoridade como tenho consciência das coisa que precisa, eu faria a coisa certa. Só que não me cabe a isso, porque eu sou uma pessoa pobre, não tenho estudo, mas no meu caso num é porque eu seja pobre. Então, a pessoa tem que ter consciência das coisa, que no meu pensar, se fosse pra mim fazer, eu fazia a coisa certa. Agora, só que quem tem capacidade e autoridade pa fazer isso, geralmente num faz, leva o povo na conversa e nunca acuntece nada (Pai de aluno).

Observa-se um nível de consciência com um grau de elaboração muito bom apresentado por alguns sujeitos entrevistados, a exemplo desse pai, mas prevalece a descrença nos responsáveis diretos e o próprio limite para encampar uma luta. A contribuição direta da escola para a formação de pessoas, com uma consciência dos problemas e com capacidade de contribuir significativamente para a superação desse estado de carência vivida pela população camponesa dessa comunidade, é expressa por uma participativa liderança comunitária, que também é uma agente de saúde, como segue.

Eu acho que num posso avaliar cem por cento do que saiu da escola, mas muita gente que hoje tem uma cabeça legal, que tem opinião, pessoas de opiniões, né?

Olha, a escola tem dado, sim, essa contribuição no momento em que ela chama os pais para comunicar como é o comportamento do filho dele na escola. Assim fica sabendo como é que tá o seu filho na escola, e mostra como é o comportamento dele em casa. Então os pais ficam mais consciente do porque num deixa assim, porque muitos acham que é assim, botar o filho na escola e nem ir lá.

Não, sempre a comunidade, os professores, a diretora da escola é ter aquela proximidade de pai com a escola, com o filho na escola e vice-versa. Então essa formação aí ela dá consciência mais aos pais de como lidar com os seus filhos em casa.

Pelo meno, o filho chega na escola e eu tenho uma palestra (que ela ministra) sobre alguma coisa, digamos assim, sobre as DST's, que são as doenças sexualmente transmissíveis.

Ele (o agente) parte assim de um grupo na escola, faz uma peça, quer dizer, demonstra tudo aquilo. Então, quando ele chega em casa, sempre quando a gente faz isto, a gente chama a comunidade inteira pra assistir esse tipo de palestra, então aquilo os adolescentes, no caso, e eles já vão saber como é que se pega as DST's, quais são o cuidado que eles devem ter quando namoram, como é que ficam, têm uma relação sexual é garantido, porque hoje você vê aí o caso da AIDS, que está crescendo muito. Porque, hoje, você vê que antes, era uma coisa que o pai não tinha aquela liberdade, tinha aquele medo, aquele tabu de conversar com os filho, o filho adolescente, a filha adolescente. E hoje, nas escola, eles tão vendo os vídeo, quer dizer, ele têm aula, têm as palestras com os agentes de saúde, com os educadores, com os médicos, enfermeiras, então aquilo ajuda os pais mais e ter aquela conversa mais aberta com os filhos pra preparar mais eles pra vida.

Então, isso, a escola influencia muito e ajuda muito nesse sentido.

Eu acho que contribui, mas também não só a escola, como a família, a igreja, sim, e como contribui. Primeiro lugar a família, depois a escola, eu acho (Liderança comunitária).

Embora a liderança insista em dizer que a escola participa, como está implícito, a iniciativa não é diretamente dos agentes escolares, assim como não deve ser uma prerrogativa exclusiva da comunidade. Ainda foi questionada sobre mais especificamente qual é o papel que compete à escola nessa transformação para melhor da situação geral em que vive a população camponesa.

Eu acho que ela, em termos de preparar o indivíduo pra o mercado de trabalho, até mesmo pra conviver lá fora, porque hoje em dia você sabe que o mercado de trabalho tá muito difícil, né, e eu acho que ela tem que preparar o indivíduo como um todo, não só para o trabalho (Liderança comunitária).

Neste ponto, a partir da contribuição da escola, é significativo pensar um pouco sobre a realidade concreta da comunidade, de todas as famílias, o ritmo da vida dessas famílias de como tem mudado, ou seja, as transformações experimentadas por conta da proximidade da cidade, pois já se tornou uma periferia da cidade de Teresina; considerar nessa análise a realidade das pessoas que, ainda que não tenham a sua origem naquela comunidade, mas que tenham uma tradição histórica no local e que têm muita dificuldade para se manter; mostrar como é que essas mudanças estão se dando para essas pessoas, ou seja, como estão assimilando; analisar se a escola tem contribuído para preparar essa gente para a nova realidade que se afigura.

Verificou-se que, de fato, há certa consciência desses fatos que estão acontecendo no seu contexto mesmo. As respostas são no sentido de que há uma consciência e que a escola também tem contribuído para preparar as pessoas, como mostram as falas, embora seja positivamente de apenas uma liderança que pense assim, pois fala como agente comunitária.

Tem contribuído, sim. Nesse lado aí a escola tem contribuído. Primeiro, porque antes não tinha essa escola noturna e hoje já tem. Outro dia eu, participando de uma reunião de pais e mestre, num encontro da comunidade que eu faço parte eu estava lá e onde a professora falou o que que a gente tava pedindo.

Então a comunidade que estava lá, os pais, disse que queria uma escola à noite e onde que os pais que não podiam ajudar os seus filho fazer as tarefa da escola, então com eles já aprendiam, já sabiam incentivar o filho pra fazer a

tarifa. Muitas das vezes o filho chegava e dizia: “mamãe, eu quero fazer aqui, me ensine a fazer isso aqui”. E a mãe, como não teve oportunidade de ter esse estudo antes, mas com essa escola, agora, ela já ajuda um pouco o filho fazer as tarefas da escola.

E também outra, como agente comunitária, eu repasso aquilo, pelo meno, eu vou e digo à mãe a importância da alimentação alternativa, a importância do aleitamento materno. Informação também sobre as drogas, como aconteceu no Fórum Família, que também estou contida nesse meio aí, e também a juventude no mundo da sexualidade.

Então todos esses tipo de palestra nós fazemo com a comunidade e sempre na escola junto com professores, alunos, e pais. E isso aí tudo contribui, porque a escola tá influenciada nisso aí. No momento que diz assim: “óia, procura o agente...” Envolvendo também a diretoria da comunidade da Associação de moradores também com isso aí (Liderança comunitária).

Não, eu acho que vai depender de cada um, né, que muntas vez a pessoa muda. pa melhó, né? Agora, tem muita que muda pa pió (Pai de aluno).

A liderança tenta mostrar que a escola tem uma significativa participação nesse processo, ao mesmo tempo que afirma ser sua e da comunidade essas iniciativas para discutir os problemas de saúde e alimentação, confirmando que a escola não promove tais atividades, como evidenciaram outras respostas dos pais e professoras. Espera-se mais iniciativa por parte da escola, que tem a marca muito forte da diretora.

7 Entre a “ordem e o progresso”: o velho e o novo

A ruptura com o que está estabelecido não se dá de maneira fácil, mesmo que a mudança seja para superação de limites e conquista de melhores condições. Isto ocorre pela insegurança que a perspectiva de mudança desperta naturalmente nas pessoas, como consequência também da falta de informação e formação suficientes para garantir as mudanças de forma mais tranqüila e menos traumática.

Quando das observações feitas nos diversos eventos e espaços da pesquisa, uma situação em especial, na casa de farinha, chamou a atenção do pesquisador: nesse ambiente

de trabalho⁵⁷ não existe, como mobiliário próprio, nenhuma cadeira ou outro tipo de assento. As pessoas trabalham em pé ou assentadas ao chão sobre algum tipo de forro como uma esteira ou pedaço de madeira etc. A única exceção é a pessoa que rala, ceva, a mandioca, pois esta senta-se no banco do caititu, onde se põe a mandioca para ser cevada.

Diante desse contexto de trabalho, indagou-se às pessoas envolvidas na farinha, direta ou indiretamente, como o dono da casa do forno, do aviamento (nomes dados à casa de farinha), do porquê da não-existência de assento destinado aos trabalhadores naquele local, ou ao menos um para alguma visita que eventualmente possa aparecer. As respostas foram todas negativas: não sabiam o motivo. Entretanto, depois de serem levantadas algumas hipóteses, como a de que as pessoas ficariam muito à vontade e não se esforçariam o suficiente, sugeriram ser em função do caráter do trabalho, do próprio costume das pessoas de trabalharem daquela forma, sem reclamar, incluindo afirmativas do tipo, “ocupa espaço e atrapalha”, “o serviço fica lento”, “as pessoas estão acostumadas”.

Nesse ponto, considera-se uma questão muito comum, no momento em que há o processo de mudança de comportamento e de práticas arraigadas das pessoas e que acaba por dar novas configurações aos espaços e às relações, criando mesmo novas realidades sociais. Objetiva-se constatar se essas mudanças são perceptíveis e como se expressam, principalmente através da observação do comportamento dos jovens e adolescentes, e tendo como referencial o comportamento de outros jovens da zona urbana e de um povoado próximo, que tem uma realidade semelhante, mas com elementos de uma periferia urbana, tido como mais desenvolvido que o da comunidade pesquisada.

A pergunta foi formulada às lideranças e aos pais, levando em conta que essas lideranças acompanham de perto os jovens e adolescentes em diversas atividades, seja religiosa (catequese, novenas), de diversão ou lazer, além da existência de bastante jovens entre seus familiares, para verificar como percebem o comportamento dos jovens, como se agrupam, se existe jovens com algum tipo de comportamento diferenciado, ou seja, diferentes do que é tido como padrão de comportamento, na forma de se portar em determinados locais ou mesmo em casa no dia-a-dia; se são todos boas *ovelhas*, ou se

⁵⁷ Todas as atividades para a produção da farinha naquela localidade ainda são feitas manualmente, com o mínimo de tecnologia e conforto para os trabalhadores, exigindo-se muito esforço e resignação. A mandioca é arrancada à força manual na capoeira, carregada em carga de jacás em animais, da capoeira até a casa de farinha; as mulheres raspam-nas com facas; são raladas e transformadas em massa, utilizando-se um motor; parte é lavada para a retirada da goma, de que se faz a tapioca; é prensada, peneirada e depois torrada ao forno de lenha. Há, pelo menos, uma dezena de subprodutos da mandioca.

existe alguma *ovelha* má, como é que isso se dá entre eles na comunidade. O conteúdo das respostas está a seguir transcrito.

Olha, eu vejo assim, às vezes eu fico comparando Santa Teresa com Coroatá, e eu dou graças a Deus. Eu num sei se existe esse distanciamento, esse agrupamento, porque jovem sempre ele vai com quem ele se identifica. Então, por exemplo, se a turma lá me excluiu, ele procura um outro grupo. Então se aquela turma se identifica mais com a cabeça, então eles se juntam. Então, essa questão de agrupamento vai muito da cabeça de cada jovem. Isso, isso, aonde ele se sente bem, se sente que a turma é legal, ele tá no mei.

Então, eu acho assim que esses agrupamento diferenciado, claro que existe. Às vezes a turma da Bulena gosta mais, de andar com a turma da Bulena a turma do Coroatá gosta mais do Coroatá, mas é uma turma sadia.

Eu ali, o único problema que tem, assim, na questão drogas, é a questão do alcoolismo, mas todo mundo vai de leve. Num sei assim da questão violência, da questão drogas. Ali, se tem, tá muito escondido. Até a questão da prostituição no Coroatá, o índice é menor, menor, menor. É engraçado mesmo (Liderança comunitária).

Quanto às razões desse bom comportamento dos jovens da comunidade do Coroatá, as respostas são direcionadas no sentido de apontar como importante o suporte das famílias, a família do tipo nuclear, pai, mãe ou responsável, como segue o depoimento.

Eu acho assim, a participação da família, né, que as famílias ainda são assim, num sei se tradicional, assim, mas elas ainda tão muito presente assim na vida dos jovem, ainda é a família que comanda, né, assim, então... Eu atribuo à família.

Mas geralmente é pai e mãe que é o responsável ali, assim. Tem pouca gente que toma conta assim de jovens, só no caso quando o pai morre, né, fica um ti, né, mas mesmo assim ainda considero que seja aquela... um avô. Então, é... a questão da educação familiar também, né, contribui muito (Liderança comunitária).

Tudo isso em virtude de se tratar de uma região que se pode afirmar ser de transição, tanto do ponto de vista do que se refere ao urbano quanto ao rural, bem como no

que se refere às mudanças, considerando o que é tido como tradicional, garantindo e sustentando os costumes e as tradições das famílias no confronto com as novas idéias.

Também deve se considerar a utilização de métodos até então não conhecidos, provocando novas práticas, inclusive na área de produção agrícola interferindo desta maneira na base de sustentação econômica das famílias. Neste sentido, perguntou-se como neste contexto a sustentação das família tem se mantido, ao que responderam:

A atividade agrícola, né, ainda planta assim, as rocinha mermo com os método assim pouco atrasado, né, que é aquela rocinha ainda que... Muito atrasado, eu acho que é isso o sucesso do Coroatá, esse atraso. Então, eu acho, eu acredito, né, que ainda a gente precisava dar um passo além na questão da agricultura, né, que a gente ainda tá destruindo muito o meio ambiente com as queimada, e se a gente aprendesse um pouquinho mais, tivesse (...) (Liderança comunitária).

É importante atentar para as palavras da liderança. Elas mostram uma contradição ao afirmar que o sucesso da comunidade se encontra exatamente no seu atraso, ao mesmo tempo em que afirma ser necessário um empurrãozinho.

Isto significa que é preciso, que há a necessidade de se avançar, ou seja, reconhece os dois lados da questão.

Por um lado, é bom para a comunidade que os valores permaneçam, mas, por outro, as condições concretas exigem o investimento nessas novas formas de relacionamento, de trabalhar e de produzir do produtor camponês. É preciso buscar se atualizar quanto às novas técnicas desenvolvidas e aplicadas na produção no meio rural.

Nesse contexto, o camponês não pode ficar alheio a esse processo de mudança, precisa se informar, mas também se formar para não continuar excluído. Entretanto, tem que ter clareza das implicações desse processo de mudança para poder saber como intervir de forma a tirar benefícios para a comunidade, as famílias e para as pessoas individualmente.

Devem ser resguardados os elementos que garantem a identidade dos sujeitos componentes desse universo na sua articulação com o mais geral, com o que é exterior à própria realidade. Entretanto, essa cautela não pode ser radical ao ponto de não permitir significativos avanços para a conquista de uma vida digna pelos camponeses, partilhando desta forma da cidadania, tão divulgada e defendida.

Evidencia-se nas respostas a seguir, ainda mais essa necessidade de avançar e ao mesmo tempo de conservar. O fato de os camponeses não usarem ainda agrotóxicos em suas plantações é emblemático e mostra um pouco toda essa contradição vivida por eles.

Isso, exatamente, por outro lado a gente ganha quando a gente num tem ainda essa questão do uso dos veneno, mas eu acho que a gente precisava dum passo mais além, até pra produzir mais e pa poupar um pouquim a natureza, né, porque às vezes a gente pa fazer uma roça tem que queimar uma grande área, destrói a fauna a flora daquele local e ai ali fica um bom tempo. (Liderança comunitária).

É muito claro o impasse entre aceitar ou não o uso de produtos químicos e o que isso representa para a natureza e a própria qualidade de vida dos camponeses.

7.1 As mulheres vão à luta e os homens ficam acomodados

O tipo tradicional e conservador de relacionamento social mantido na comunidade parece haver anestesiado os homens dali. Relativamente aos eventos de caráter inovador, tanto do ponto de vista da quantidade quanto do ponto de vista da participação qualificada, está patente que são as mulheres que se destacam, inclusive, mostrando um grau de consciência política bastante elevado. Isto ficou evidenciado nas reuniões comunitárias e escolares em que a participação da mulher foi de fato destacada, bem como no conteúdo das falas gravadas pelas lideranças comunitárias, todas mulheres.

Por outro lado, a mulher coroaense também não mais se contenta em cuidar de casa e esperar pelo marido, como mostra o relato de uma liderança comunitária:

La no Coroatá não é só o homem que trabalha, não, a mulher já ajuda e muito, né? Graças a Deus, que a mulher também tá conquistando seu espaço e também tá lado a lado com o marido na questão de ganhar o sustento dos filho.

E a outra atividade, há muitas senhoras ali, né, fazem, assim, trabalham em casa de família e assim, por exemplo, algumas vão a Teresina, faz lavado. Que a mulher já participa também desse processo de trazer o dinheiro pra dentro

de casa, da questão da economia doméstica, também, , trazer um pouquim pra dentro de casa (Liderança comunitária).

A situação ora descrita pela liderança mostra muito claramente as mudanças do ponto de vista das relações sociais estabelecidas como consequência dessas mudanças ocorridas e das condições de vida que passaram a existir e que são atualmente enfrentadas pela população naquele local.

Assim, já não é mais apenas o homem o responsável pelo sustento da família, há não apenas uma divisão social das tarefas entre mulher e homem, mas uma certa sobrecarga para a dona de casa que além de assumir os afazeres domésticos da própria casa, ainda tem que ajudar também nas despesas, o que a obriga a desenvolver outras atividades, geralmente fora de casa. Isto, como mostrou a diretora da escola, prejudica os estudos da criança, pois ela passa a não mais poder contar com sua mãe diariamente para dar o incentivo e o apoio necessários para que o filho possa ir à escola.

8 O que pensa o camponês sobre o estado

Uma pergunta foi feita, tentando captar do respondente sua opinião sobre o que tem sido feito pelos políticos que atuam na região e pelos administradores, municipais, estaduais ou autoridades outras responsáveis, como representantes do Estado, para a resolução dos problemas da comunidade.

Olha, muitos políticos num têm feito nada, muito pelo contrário, eles só vêm aqui em época de eleição pedir voto e fazer aquele curralzinho, como eles chamam lá. Mas agora está havendo o que as autoridades tão, dividido a gente tá batendo muito nessa tecla, a gente ainda não conseguiu nada, mas a gente se mexe como pode. Tem agora o Fórum, o orçamento popular aí da Prefeitura. O prefeito está fazendo isso, então a gente tá sempre reivindicando nesses encontro que a gente tá tendo com o orçamento popular (Pai de aluno).

Há certo consenso quanto à atuação dos políticos e do Estado naquela comunidade, pois não fazem distinção entre um e outro, ambos se confundem na percepção. Mesmo

quando fazem alguma proposição e esta é aprovada, não é cumprida, como mostra o item seguinte, que trata de um orçamento com a participação popular.

8.1 Política orçamentária e legitimação popular

A atual gestão municipal, para mostrar-se popular, instituiu o Orçamento Popular que, pelo desconhecimento e pela falta de prática participativa nesses processos, a população pouco domina e não sabe de fato o que realmente significa, principalmente a do campo. E os investimentos, principalmente para a comunidade pesquisada, são inexistentes.

Ainda até agora nada, porque no orçamento de 99, eu estive, eu fiquei na parte da saúde, defendendo mais essa parte aí, porque o nosso posto ainda não está bem nesse sentido aí, tá faltando no corpo clínico tá faltando muito, mas também na parte da agricultura, pra resolver esse nosso problema da terra, nós pedimos isso aí também, mas só que aquilo ali tem que... eles lançam lá um tanto lá de prioridades, aí a gente lança aquilo, agora só que lá vai ser em votação, depois debatida em assembleia, então o que nós não conseguimos pra cá, o que a gente conseguiu no orçamento de 99 foi uma creche pra melhorar aqui. É, ainda num dá pa construir, em 99, foi pedido em 99, já estamos no final de 99, já, quer dizer, já estamos mais do meio do ano, ainda num foi feita essa creche, ninguém sabe, nós não sabemos nem ainda onde vai ser, se vai ser no Coroatá ou na Bulena, porque ficou nessas duas regiões (Liderança comunitária).

E também nesse orçamento de 2.000, pra ser feita agora em 2.000, que é no fim da gestão do prefeito, eu também estive no orçamento popular, fiz o orçamento popular, lá foi pedido também, onde eu consegui, onde a população todinha foi convidada, a comunidade, e só tinha um comparecimento de seis pessoas, onde essas seis pessoas só quem reivindicou fui eu mesma que fiquei na sala da saúde, como sempre na saúde, e que revindiquei no orçamento o corpo clínico um melhoramento no corpo clínico do nosso posto de saúde, que está faltando dentista, que tem um dentista, mas..., tinha dois dentista aliás, e esse um se aposentou e agora nós estamos faltando outro dentista, porque só

tem um, mas ele só atende criança da comunidade e, principalmente, as das escola.

E esse orçamento, eu tô esperando aí, mas do outro lado aí da terra nós num temos o que nós devia, nós devíamos (Liderança comunitária).

É importante verificar a clareza que a liderança tem quanto à falta que faz a organização da comunidade, inclusive ela é bastante taxativa em sua afirmação de que, se houvesse um acompanhamento e a devida cobrança, talvez fosse cumprida a pouca destinação orçamentária para a comunidade.

Não conseguimos isso aí porque justamente a comunidade não se integrou nessa parte aí, não foi, porque sabem que a gente só consegue as coisa lutano, mas a comunidade faltou interesse, não foi, não participou de jeito nenhum e eu num pude ir. Faltou interesse grande porque tinha carro transportano as pessoa e isso, as pouco que foi, foi umas mocinha, mas essas nem sequer ficaram só lá mais badalando mesmo porque tinha carro de graça, mas reivindicar mesmo num foi.

E a população ficou toda em casa parada, só eu que fui, e só pude fazer um pedido, reivindiquei o corpo clínico do nosso posto de saúde pa melhoramento de atendimento da população (Liderança comunitária).

Até o primeiro quadrimestre do ano de 2000, não havia sido atendida nem a reivindicação do ano anterior, e já estava sendo feito o orçamento para o ano seguinte.

9 A participação comunitária na escola

Voltando à escola, foi indagado a uma liderança comunitária se ela teria conhecimento de outras atividades promovidas pela escola que não tenham sido voltadas para a sala de aula. Neste caso, as respostas invariavelmente apontaram no sentido de não haver, com exceção de algumas reuniões para comemorar algumas datas, a exemplo do dia das mães.

Não, a escola aí ela num tem assim, muito isso aí não. Só tem o conselho da escola, que é feito pela uma pessoa da comunidade os mestres, um vigia da escola, quer dizer, os funcionário da escola. Então esse fórum cuma é, esse conselho, ele trabalha mais em cima do que arrecada a escola, que a escola gasta.

Então a fiscalização, num sabe, então quando vem aí, pelo meno, se vem uma verba para o material escolar, então chama aquele conselho, o conselho vai assina aquela nota, eles lêem lá, tudo, aí eles vê o que as notas fiscais, o que foi gasto, o que sobrou, o que num sobrou, e aquilo emprega tudo na escola.

Só o que eu vejo na escola até agora é isso. Agora, quanto às atividades de outra maneira, fora a sala de aula, ainda num existe, não (Liderança comunitária).

Uma das questões feitas aos sujeitos dizia respeito ao grau de aproximação, da vinculação entre a escola e a comunidade. As respostas foram praticamente do mesmo teor de negatividade, e colocando também as razões da não-existência dessa relação, como segue.

Com a comunidade, não, porque até antes, quando tinha outra diretora, antes, ela fazia até atividade de comemoração, comemorativa, datas comemorativas, pelo menos, a parada de 7 de setembro, tinha, quando a diretora era a dona Íris, outra professora, e a professora Neusa. Ela falava, incentivava muito isso aí sobre o patriotismo, ela explicava, e inclusive ainda teve ainda até um desfile da parada de 7 de setembro aqui das escola do eixo, que foi aqui no Coroatá. O último que justamente juntou todas as escolas do eixo Estaca Zero, pra ser situado aqui na última escola, aqui a última do eixo, que é a do Coroatá.

O meu trabalho é justamente no tratamento preventivo, nós fazendo a prevenção, nós tamo evitamo um transtorno de curar uma doença grave tamo nessa campanha contra a hepatite B, a tuberculose, a paralisia infantil, o sarampo, o tetro, coqueluche, difteria, é febre amarela, e todas essas vacinas vai vim agora. E a população toda já está informada disso e eu trabalhei essa semana todinha na mobilização dessa vacina, pra que não falte ninguém. E o reforço também da tetro-toxoide, que é também pras pessoas adultas e as mães

nutrizes equae está no período fértil, todas as mulheres no período fértil
(Liderança comunitária e agente de saúde local).

Fica patente a desarticulação da escola com a comunidade a que pertence, limitando-se aos aspectos formais da escolarização propriamente dita. Quando se trata de outras questões, a escola é bastante ausente como instituição educativa.

CAPÍTULO VI

ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

1 A cidadania do camponês

Perseguindo um caráter mais analítico dos dados e da própria realidade pesquisada, o presente capítulo objetiva fazer uma leitura, buscando levantar pontos que evidenciem os principais elementos que se põem como obstáculo ou mesmo que favoreçam ao camponês concretizar a construção da sua cidadania. Busca, ainda, explicitar o papel desempenhado pela escola nesse processo e, no limite, levantar possíveis alternativas para a sua viabilização. Para a composição do quadro apontado, são considerados para a análise todo o material colhido a partir da pesquisa realizada junto aos sujeitos, como as falas dos camponeses (pais, mães, responsáveis, alunos, lideranças locais) e dos sujeitos responsáveis pelo processo de escolarização da comunidade (professores, supervisora pedagógica, diretora e outros sujeitos que atuam no sistema, os burocratas), bem como as observações feitas nos diferentes espaços e eventos ocorridos durante a realização da pesquisa, especialmente na fase de coleta dos dados.

O conjunto de situações e eventos constituíram-se na oportunidade privilegiada em que o camponês/cidadão e seu contexto, incluindo a escola, são colocados como objeto de estudo, com a intenção de buscar analisar a escolarização que é levado a efeito naquela realidade na tensão entre os elementos que caracterizam propriamente o rural e aqueles que tipificam o urbano, como uma marca significativa na construção da cidadania.

A cidadania aparece nas falas dos sujeitos como uma realidade muito distante ou mesmo totalmente desconectada da sua experiência de vida concreta, em especial os alunos, que na sua totalidade responderam não saber de que se tratava ou que tinham apenas ouvido falar de forma muito vaga. A maioria afirmou que a escola não discute essa questão.

Quando a pergunta era vinculada à palavra “cidadão” ou à expressão “direitos e deveres”, os alunos respondiam já terem algum conhecimento sobre o assunto e arriscavam até conceituar: *Já ouvi falar, mas eu não sei explicar mermo o que significa, não. Cidadão é a pessoa que tem responsabilidade, que faz a sua parte pela sua comunidade.*

Em determinado caso, mesmo dizendo não saber expressar o que de fato significa cidadania, a aluna afirmou: *eu vou querer ser uma cidadã*.

Ficaram expressas de forma bastante clara algumas idéias que já se tornaram de domínio comum em nossa sociedade, como a de que só é cidadã a pessoa adulta, enquanto que a criança e o adolescente, quando muito, são considerados meio-cidadãos. Isto se configura em um equívoco, se partimos para uma análise dessa categoria tendo como base o conceito mais aceito atualmente, quando é praticamente consensual a idéia de que a cidadania é construída processualmente e compõe-se de três elementos básicos: os direitos políticos, civis e sociais.

Com efeito, as crianças e adolescentes podem até ter um tratamento diferenciado pelas suas peculiaridades, mas são sujeitos que têm direitos e, portanto, não podem e não devem ser excluídos da conquista da cidadania, entendendo-se esta como um processo permanente de construção.

Está também bastante evidente nas falas dos sujeitos a idéia de que cidadã é a pessoa que cumpre os seus deveres. A cidadania é ligada a uma questão moral, vinculada à própria pessoa. Ficam secundarizados ou até mesmo desconsiderados os elementos de direitos que são básicos à existência da cidadania.

A construção da cidadania, principalmente hoje, quando se propala a famigerada “globalização”, não deve se restringir ao contexto de uma realidade específica, mesmo considerando e valorizando as peculiaridades de cada realidade. É indispensável partir de uma concepção crítica que mostre claramente as contradições, as diferenças e os antagonismos presentes nas relações sociais estabelecidas, tanto no plano de categorias e classes sociais quanto entre o modo camponês e o modo citadino de viver, marcado pelas relações tipicamente capitalistas.

Numa realidade como a do campo, a educação escolar precisa ser direcionada visando fazer a devida articulação entre o que é próprio do camponês, do seu mundo concreto e da sua realidade imediata, considerando os valores, o ritmo de vida, e os elementos culturais, com o mundo mais além, que de fato é diferente do seu.

Essa articulação não significa que seja para aceitar passivamente mas, partindo da valorização do seu mundo, conhecer e entender melhor e de forma mais abrangente o mundo exterior e as implicações das relações de dominação entre desiguais. Também não deve ter a finalidade de se inverter o pólo, mas dar resposta ao *outro* com vistas a estabelecer relações menos desiguais e mais dignas.

2 A realidade de uma cidadania (in)existente

O depoimento a seguir mostra de que tipo de cidadania gozam algumas das famílias entrevistadas.

Existe o mermo problema daquele tempo qui eu era pequena, qui eu num ia pro colejo pra estudar. Eu digo mermo tem dia tamém qui eu dô rontade de meus fie...; num tem condição de ir, as vez tá cum chinelo quebrado, aí trabalho acochado pra comprar esse chinelo qui é pra ele ir, mais tem dia qui ele num vai pur causa disso, aí só tem uma mundia de roupa, aí eu num rô lijero comprar uma roupa; só num vão de sigunda-fera, pur causa disso. (Mãe de aluno).

Os elementos da fala acima expressam a exclusão de direitos básicos assegurados constitucionalmente, tão publicados e defendidos pelo conjunto da sociedade brasileira. Concretamente, por tudo o que já foi exposto no parágrafo e nos capítulos anteriores, pode-se afirmar que os direitos à cidadania são efetivamente negados, considerando os elementos econômico, social e político, naquela comunidade.

Um dos princípios que fundamentam esse trabalho é o que defende a articulação entre as condições objetivas vividas pela comunidade local e o sistema econômico e social mais amplo. Portanto, dessa forma não há um isolamento. Essa posição do pesquisador objetiva garantir uma análise, contemplando não apenas os elementos específicos, mas poder compreender que estes fazem parte de um sistema maior, embora esteja presente a intenção de privilegiar o específico, para, desse modo, possibilitar a sua melhor compreensão e domínio.

Para fazer as considerações do presente capítulo, serviram como elemento de sustentação e fundamentação, além dos relatos referidos, a literatura pertinente que trata do assunto, a partir de um enfoque crítico, bem como foram considerados também alguns aspectos referentes às relações de direitos e deveres entre trabalhadores camponeses e alguns proprietários de terra.

Como já foi mostrado no capítulo anterior, há a negação de direitos dos camponeses trabalhadores pelos “patrões”. Entretanto, do pior que negar os direitos é coagir esses

trabalhadores por meio de pressão do proprietário-patrão para a abdicação dos seus direitos, por parte do trabalhador, como ocorreu com uma camponesa, segundo seu próprio relato, transcrito neste trabalho (p. 152).

Neste ponto, é significativo levantar um questionamento sobre a natureza do urbano e o que caracteriza o rural, na perspectiva da realidade pesquisada, e analisar o tipo de cidadania que se busca através da escola nesse contexto social.

Essas categorias, rural e urbano já foram trabalhadas e definidas do ponto de vista teórico desta pesquisa. A partir deste ponto, busca-se compreender como a questão é concretamente trabalhada e entendida pelos camponeses e pelos agentes escolares, objetivando melhor apreensão de como ocorre e quais implicações da escolarização vivida por esses sujeitos históricos na perspectiva da relação rural/urbano/rural.

A relação entre a realidade campesina e urbana tem se construído historicamente sob o controle e determinações das regras capitalistas. Para tanto, é utilizado um processo de subordinação e de dependência do campo em função do urbano e não só de dependência mas, além disso, construída sob bases altamente injustas e desabonadoras para o camponês, pois este é considerado como desqualificado, menosprezado sendo incapaz de responder satisfatoriamente às investidas com vistas ao desenvolvimento, o que de fato é uma resistência, não por incompetência.

A simplicidade característica da vida do camponês, quando tratada na relação rural/urbano, geralmente funciona como elemento e mesmo instrumento de estímulo ao preconceito e de leituras pejorativas, o que provoca maior debilidade deste segmento social no confronto com outras situações e, mais diretamente com os proprietários de terra, os mais típicos representantes da ordem capitalista exploradora, presente nessa realidade.

Nessa relação de desigualdade de poder e de valores culturais, o urbano é tido como superior, daí encarado como sendo o modelo que deve ser seguido. Assim, ocorre uma imposição dos valores urbanos em que prevalecem as regras tipicamente capitalistas de exploração e de subordinação da classe dos camponeses, geralmente composta de pessoas simples e não possuidoras de bens materiais capazes de garantir a sua autonomia e independência.

Nesse processo, um elemento muito forte que pode ser facilmente percebido é a descaracterização cultural do camponês, pela imposição de outros valores e práticas sociais como superiores. Assim, os camponeses ficam despojados de suas tradições e referenciais.

Este processo de dominação e descaracterização cultural, não é recente. Ele tem se efetivado desde a invasão européia que teve início por aqui em 1500 e ocorreu de várias

formas, mas principalmente pela dominação e aculturação dos brasileiros, os quais denominaram de índios. Esses gozavam de fato uma cidadania plena, pois todos eram iguais perante seus costumes e regras sociais.

Considerando uma leitura sob um enfoque mais histórico e contemporâneo, pode-se afirmar que a descaracterização do camponês, sob o ponto de vista cultural e econômico, se deu com maior ênfase nas últimas décadas e, especialmente, as de setenta, oitenta e noventa.

A descaracterização cultural aqui especificada se efetivou mais fortemente através dos media de massa. Vale ressaltar que o auge desse processo parece ter ocorrido no período de dominação do regime militar, em que o debate das grandes questões políticas era proibido e havia um processo muito forte de alienação do povo.

Como a população rural do Piauí, nas décadas de setenta e oitenta, ainda estava muito fora do circuito das informações, veiculadas pela televisão, por exemplo,⁵⁸ esse processo foi muito mais forte através da comunicação pelo rádio, que, de fato, era um dos únicos de comunicação a que o camponês tinha acesso. Dessa forma, o rádio de pilhas desempenhava um importante papel, fazendo a comunicação entre as populações do campo e, portanto, muito ouvido na zona rural.

Geralmente os programas musicais naquele período eram feitos com músicas estrangeiras, ou nacionais, com letras inocentes que não fizessem nenhum tipo de crítica ao regime político estabelecido.

À época era proibido o tipo de música que despertasse um olhar mais real sobre as condições políticas e sociais a que a população estava submetida. Os programas de notícias geralmente não levantavam questões polêmicas. Para controlar e eliminar esse tipo de informação existia a tão famigerada censura.

Tanto as notícias quanto as músicas tendiam a destacar os grandes feitos do governo central e local. Passava-se a idéia de um Brasil grande e com acelerado processo de desenvolvimento, o que não só informava de maneira distorcida os fatos como também influenciava grande parte da população, quase totalmente sem nenhuma formação, desprovida de uma visão crítica da sua realidade.

Qual seria o papel reservado à escola nesse contexto de contradições entre realidade urbana e realidade rural, onde há um claro conflito de interesses essencialmente opostos, ou seja, os interesses capitalistas e os interesses dos camponeses e que mais recentemente

⁵⁸ O primeiro canal de TV implantado no Piauí foi a TV Clube, em 1973, com pouca penetração para o interior do Estado. Só na década seguinte é que surgem outros canais.

tem se agravado esse quadro para a realidade campestre, com a tendência globalizante da economia?

Pensar em igualdade pode ser ingenuidade, e na verdade é, pois existe uma distância muito grande entre uma e outra. O que se busca e o que deve ser demarcado aqui são as diferenças inerentes a cada realidade, bem como o papel que deve ser assumido e cumprido por todas elas, e de per se, considerando as suas especificidades, sem contudo querer sobrepor o domínio de uma sobre a outra realidade, como tem ocorrido historicamente. Isto, conforme o predomínio do poder econômico e social de uma determinada classe, independente de sua origem, seja agrária ou urbana, a exemplo da sociedade brasileira até o início do século XX, que era dominada pelos senhores proprietários de terra e se caracterizava como uma sociedade agrária, sendo que a partir daí, foi substituída pela burguesia urbana.

Cada uma dessas realidades tem sua cultura, seu ritmo próprio, seus valores e, portanto, devem ser assim encaradas e respeitadas com as suas peculiaridades, pois as diferenças são históricas e culturais e demarcam formas diferentes de relacionamento entre os próprios sujeitos e entre esses mesmos sujeitos e a natureza.

Tanto a realidade rural quanto a urbana, nas suas especificidades, guardam elementos significativos que devem ser não apenas preservados como também valorizados e estimulados à prática, bem como a sua preservação enquanto elemento de identidade, própria desses contextos com os sujeitos que têm as suas origens históricas e que permanecem nestes distintos “mundos”.

No tocante à análise, mesmo considerando que se partiu do entendimento de que a escola é uma instituição que contribui para a construção da cidadania, o cotidiano da escola em que de fato se dão concretamente as relações e as tramas entre os sujeitos no exercício de suas funções e do próprio poder nas diferentes instâncias, seja pela professora no exercício da docência, seja pela direção da escola, seja pela responsável da orientação pedagógica, mostra muito mais uma certa disputa interna.

Assim, nesse contexto, é muito comum a dificuldade para essa percepção, não permitindo mesmo uma leitura objetiva dessa contribuição; muito pelo contrário, é possível se evidenciar que não existe um modelo de cidadania intencional sendo construído, nem mesmo regional, muito menos nacional, como entendem os teóricos, referenciados nos pressupostos que embasam este trabalho.

A escola também não tem uma autonomia em relação à sociedade, mas expressa e, em certa medida, reproduz essa mesma sociedade, que de certo modo se modifica

conforme a conjuntura que se estabelece nos diferentes períodos e momentos históricos, bem como tendo em vista os interesses políticos dos grupos que ascendem e permanecem no poder nesses mesmos períodos. Entretanto, isto não quer dizer que a escola não possa influenciar na dinâmica social, o que parece não ser o caso.

A sua influência será de maior ou menor intensidade, dependendo da capacidade e do compromisso assumido por aqueles sujeitos responsáveis pela sua ação pedagógica, garantindo uma inserção social qualificada das gerações que a freqüentarem. O que o estudo revela é uma instituição cheia de contradições internas e que se evidencia prevalecer uma prática, já histórica, que não favorece a construção de sujeitos críticos, livres e autônomos.

Com efeito, a visita feita pelo pesquisador, no primeiro dia de aula do ano 2000, àquela escola foi emblemática, considerando o conteúdo e o significado do discurso de inauguração do ano letivo proferido aos alunos pela diretora da escola. O conteúdo de sua fala colocava a culpa pelo fracasso escolar do ano anterior nos próprios alunos e também nas famílias, como conseqüência da falta de interesse de maior compromisso e responsabilidade. Trata-se de uma posição e leitura limitadas que desconhecem as principais questões de caráter mais amplo e mesmo outras de cunho mais específico, que interferem no aproveitamento do aluno.

Daí mais uma justificativa da necessidade de se conhecer e de se desvelar os limites impostos pelas condições concretas em que vive aquela gente, determinando um modelo secundário de cidadão, requerido pela sociedade para ocupar espaços sociais desprestigiados, o que na verdade é fruto do processo histórico vivido pela sociedade brasileira, determinando essa conjuntura em que se vive atualmente.

Para tanto, é significativo destacar os principais momentos históricos por que passou e que marcaram a sociedade brasileira nestes últimos cinquenta anos, objetivando com isso entender os projetos de cidadania que foram forjados dos quais, com certeza, a escola foi um dos mais importantes veículos para sua divulgação.

Assim, não se trata de apenas fazer um levantamento linear dos fatos, mas analisar a educação rural tendo como um dos elementos o contexto histórico brasileiro, tendo como ponto de partida a década de 50, captando as contribuições de autores que de alguma maneira trabalharam a temática. Com essas leituras, situa-se especialmente a comunidade em que foram criadas uma determinada escola e a sua realidade, considerando o espaço, o tempo e as relações travadas pelos seus sujeitos, bem como outros elementos que

compõem o quadro objeto do estudo, tendo sempre em mente uma das principais fontes para a análise que foram as falas dos sujeitos pesquisados.

No período referido, a população brasileira viveu significativos momentos de decisão e envolvimento no campo político, tais como: o fim da ditadura do Estado Novo; o período democrático da década de cinquenta e início de sessenta; o golpe militar ocorrido em 31 de março de 1964, seguido do regime ditatorial dos militares; a “distensão” do regime e a abertura política; a instalação da “Nova República, período de muitos debates e promulgação da Constituição de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”; e, finalmente, o período atual, considerado democrático, marcado pelo famigerado processo de globalização de praticamente todos os setores da vida humana, que tem como mola de sustentação o elemento econômico e com crescente processo de exclusão social de maioria absoluta da população no Brasil e demais países pobres.

O entendimento aqui é de que em todo esse tempo e nos diferentes momentos, foram feitos esforços visando a garantir a formação de cidadãos, e isto se deu conforme os ideais prevaletentes de um determinado modelo de sociedade, garantindo desta maneira a construção de um tipo de cidadania deliberada, expresso conforme os ideais dos grupos que ocuparam o poder e nele se revezaram, mas sem que fossem contrariados os interesses econômicos da ordem estabelecida.

Assim, nos períodos ditatoriais, o cidadão era aquele sujeito passivo situado no contexto, sem questionamento ou ações que viessem a colocar em dúvida o regime vigente. Então, a cidadania é vinculada à passividade, não é estimulada a discussão dos problemas políticos que envolvem a sociedade, as contradições não podem ser contestadas.

Já nos períodos considerados democráticos, a participação é estimulada, embora haja aí uma dificuldade concreta de se efetivar a participação popular em função dos limites enfrentados pela população à qual historicamente foi quase sempre negada uma formação cultural que favorecesse essa participação no seu destino e nos destinos da sociedade e do próprio País.

A formação aqui mencionada diz respeito à possibilidade tanto formal, ou seja, a escolar, quanto a informal, como a possibilidade de participar livremente de situações que favorecessem a construção de uma sociedade composta por sujeitos com nível cultural elevado e poder econômico satisfatório, bem como socialmente independentes e livres, capazes de poder opinar e contribuir para a construção de uma sociedade realmente com tradição democrática aberta à participação dos vários segmentos constituintes dessa mesma sociedade.

Sem essa tradição, o que de fato tem se construído é uma cidadania capenga, onde de um lado existe uma pequena minoria detentora do poder político e como consequência dos direitos e, do outro lado, a maioria da população que foi e se constituiu, quando muito, de cidadãos de segunda categoria.

Palmeira (1990) assinala que nos últimos 50 anos a educação destinada às populações do campo não decorreu de suas necessidades, mas a que interessava ao Estado que atuou como aliado do capital.

Seguindo esta linha de raciocínio, é significativo destacar que, para a análise, conquanto houvesse uma orientação geral de um modelo de cidadania, aquela vinculada à vida urbana e sob os padrões burgueses, o elemento rural permanece, ainda que secundarizado no contexto da sociedade capitalista. Daí a importância dada por esse pesquisador à contribuição da escola na construção da cidadania nesse contexto.⁵⁹

Essas leituras e experiências, com certeza, influenciaram no que se pensa e se discute hoje sobre a cidadania.

De forma mais concreta, para se afirmar que existe cidadania de fato, é necessário que os habitantes de uma comunidade, os cidadãos, gozem das seguintes condições de compartilhar dos bens materiais necessários à sua sobrevivência do ponto de vista orgânico e material, daí poderem ter alimentação, habitação, vestuário, segurança, meio ambiente apropriado, saneamento básico, saúde e higiene; partilhar dos bens simbólicos e culturais do seu grupo social, representados pelos usos e costumes, língua, arte, história e ciência; usar dos bens sociais representados pelas relações de poder, ou seja, participar da política. A participação política é o elemento específico da cidadania.

Quanto ao aspecto da sobrevivência, a comunidade pesquisada goza de precárias ou ruins condições de habitação, de alimentação, higiene, saneamento básico; a saúde, o vestuário e a segurança são relativamente bons; o meio ambiente ainda é muito bom.

Os valores culturais camponeses estão muito afetados e desprestigiados, sendo mesmo substituídos por outros alienígenas, o que leva a uma crise de identidade.

Quanto ao aspecto político, a participação é muito tímida, restringindo-se à escolha dos representantes e administradores locais, regionais e nacionais, através do voto; ou da precária organização, a partir de associação de moradores com pouco poder de mobilização e praticamente sem a legitimidade necessária para uma atuação consistente.

⁵⁹ Entenda-se escola do campo e cidadania, ou seja, condições dignas de vida para a classe camponesa.

No que se refere especificamente à relação rural/urbano, ou seja, o papel da escola na construção da cidadania nesse contexto, considerando basicamente o que a escola repassa para a população camponesa, como está evidenciado, são elementos socioculturais tipicamente da realidade urbana e, portanto, carece de um questionamento desse processo altamente destruidor dos valores culturais e sociais daquilo que é singular à realidade camponesa. Sabe-se que a população do campo tem um tipo de vida, tem um tipo de atividade que ela desenvolve, que garante a produção de sua existência e também das especificidades de suas práticas sociais mais comuns. Daí a simplicidade do seu trabalho tanto na agricultura como na criação de animais, dos seus encontros festivos, das atividades mais variadas do seu cotidiano que tem todo um significado, uma carga simbólica.

A escola, entretanto, como foi observado nas práticas dos professores e conteúdos repassados na sala de aula, e mesmo considerando o próprio currículo como um todo, trabalha conhecimentos desvinculados da realidade do campo, impondo assim um conhecimento que estimula comportamentos e valores alienígenas, sem a devida análise crítica por parte daqueles que são os mais interessados e que, dessa forma, passam a ser apenas consumidores diretos desses novos conhecimentos: os camponeses.

Uma liderança local, ao analisar esse aspecto, expressa o seu entendimento de forma bastante clara, dizendo o seguinte:

Hoje, eu acho que a escola num ensina assim lá, realmente da vida do campo, porque ela prepara mais o homem, quer dizer, o estudante, lá pra vida do mercado de trabalho que, hoje, o mercado de trabalho não está no campo, na roça. Só praqueles mesmo que diz que vão estudar num estudo superior de agronomia pra saber cuidar da terra, né? Mas para a vida do campo mermo pobre, do pobre humilde, o trabalhador rural, o camponês, a escola num influencia muito. Não contribui. Na forma como ela ensina, como ela trabalha, com o aluno, eu acho que ela num contribui. Pelo menos você vê nas matérias, né, a matéria que você tá vendo. Mais só se você vai fazer um vestibular, se você vai fazer um concurso, para qualquer trabalho, mercado de trabalho (Liderança comunitária).

Buscou-se, desse modo, captar dos sujeitos o que pensam sobre essa forma e o currículo trabalhado pela escola, o qual (está muito claro) privilegia os elementos alheios à

própria realidade camponesa, para verificar até que ponto isso é bom e em que é negativo para a edificação da cidadania da comunidade local.

Como resulta outra fala da mesma liderança, transcrita a seguir, existe o lado positivo, que é a instrumentalização para que o camponês possa seguir e se adaptar em contextos e estilos de vida diferentes do seu; e por outro lado, é negativo, pois há a perda da sua identidade enquanto tal e a desestruturação dos valores mais essenciais. Mostra a miséria que ele enfrenta ao se transferir para a periferia, havendo certa desqualificação do elemento rural.

Eu acho bom, porque hoje você vê que o trabalhador da roça, ele tá se deslocando do seu campo de trabalho, do que ele sabe, ele tá desviando pra rua, porque não tem mais terra pra trabalhar. Porque são tudo dos latifundiários que são os donos, então ele se desvia, ele vão para as vilas, constroem vilas e lá nem sempre os seus filhos vão pra a escola, lá, eles sempre caem na marginalização, na prostituição, na periferia, num sabe, porque, justamente, porque ele não tem estrutura, porque os pais não sabem repassar isso, porque também eles não tiveram antes pra... pra repassar isso pra os filhos. Há pobreza demais, ele chega lá e não sabe fazer nada, porque a arte que ele tem é trabalhar lá de..., trabalhar de roça. Ele deixou a roça pra ir pra periferia e lá eles... eles vão mendigar o pão lá na diárea aqui e acolá e os filhos ficam jogado aí, porque ele também não tem... vai ter condição de trabalhar, né, deles botá os filho no colégio direitinho e tudo, e aquilo vê tudo aquilo bonitinho e bom, eles vão...eles se desviam completamente. Ele não vai mais ter aquela roça, aquele campo, onde ele vê tudo ali do... da maneira como eles foram criado. Eles vão ver de outra maneira, por isso eu acho... (Liderança comunitária).

Nesta fala, com toda simplicidade e muita clareza, além do que foi posto no parágrafo anterior, encontram-se os principais elementos vividos pelo camponês que se desloca para a periferia das cidades, principalmente estão realçadas as dificuldades enfrentadas para se adaptar à nova situação que tem de enfrentar.

Na percepção da comunidade local, a escola, no que diz respeito à preparação do indivíduo, deve garantir elementos de cultura geral, de modo que a pessoa se adapte e

viver em qualquer realidade e não exclusivamente na zona rural. Está bastante claro na fala seguinte de uma pai o aspecto comentado.

Qualquer lugar. Não é proque ele nasceu e se criou que ele vai ficar só morando ali, naquilo dali. Não, ele tem que ser preparado pra o que der e vier, digamos assim, pra tentar a vida em qualquer lugar. Ele tem que tá preparado também pra viver aqui na zona rural, e acrescentar sua vida lá fora (Pai de aluno).

Fica patenteado o reconhecimento de que é necessária uma preocupação por parte da instituição escolar para proporcionar ao camponês elementos que garantam a sua identidade com o campo pois, mesmo que ele tenha que se deslocar e viver em outra realidade, a sua relação com o rural não deve ser esquecida, deve permanecer esse vínculo.

Isto significa que a escola deverá conservar os elementos culturais e outros que o camponês tem e que são próprios do mundo rural, e acrescentar outros, para que ele possa, desta maneira, tornar-se de fato um cidadão para, quando necessitar, nesse processo de realização pessoal e também coletivo, poder lançar mão do instrumental básico adquirido na escola e assim estar apto para viver bem em outra realidade, especialmente a urbana. Trata-se de uma questão de sobrevivência, num primeiro momento, e depois conquistar outros patamares de qualidade de vida e da cidadania.

Sabe-se que o camponês tem toda uma tradição de trabalho com a terra, através da agricultura; de trabalhar com animais; o cotidiano acontece com um ritmo muito próprio e os contatos sociais, embora sendo quantitativamente menores, são de uma intensidade afetiva e autenticidade muito grandes; tem uma vida ocupando espaços tanto físicos quanto sociais muito distintos daqueles que passa a ocupar quando forçosamente se muda e vai residir na zona urbana.

A bela imagem das luzes da cidade que, de certa forma, representam o sonho do habitante do campo, ao mesmo tempo, identifica-se com a situação concreta de vida com a qual na maioria dos casos ele passa a conviver quando tenta realizar esse sonho, trocando a realidade do campo pela realidade da cidade, como muito bem expresso há pouco pela liderança comunitária.

A situação mostrada até aqui, em que vive o camponês daquela comunidade, revela os principais problemas enfrentados por grande contingente de habitantes do campo no Brasil, como a falta de condições básicas de vida no seu local de origem, agravada pela

falta de terra para trabalhar e produzir a sua própria sobrevivência; falta de incentivo que estimule a produção de bens e meios que favoreçam a sua permanência ali; orientação e estrutura que garantam saúde e educação, enfim, que possibilitem ao camponês gozar minimamente de condições de vida de forma digna, viver a cidadania que ainda não tem.

Quando o camponês é expulso do campo, fica totalmente deslocado. E esta é a forma mais comum que o leva a se transferir para as cidades. Como foi apontado, considerando as peculiaridades da vida do homem do campo, aquela situação de migração para a periferia da cidade se constitui numa experiência completamente nova e com as condições de sobrevivência totalmente diferentes daquelas em que ele anteriormente vivia e assim não estaria preparado para enfrentar essa nova realidade. O quadro descrito foi reiterado pela liderança em sua fala, transcrita a seguir.

Porque justamente, porque a realidade é outra. A realidade da roça, do trabalhador rural é uma e lá na periferia, lá nas vila, na cidade é outra completamente diferente (Liderança comunitária).

Neste contexto da realidade brasileira, e mais especificamente considerando a realidade pesquisada, uma das questões que se tentou esclarecer pela pesquisa foi o papel desempenhado pela escola e qual a contribuição que deve dar para a construção da cidadania. Por conseguinte, é pertinente salientar que a escola, sem receio da afirmação, tem tido e, com certeza, continuará a desempenhar um papel efetivo e significativo na participação direta na divulgação e implantação, especialmente através do próprio currículo escolar, desses ideais e modelos de cidadãos, como se escreveu no texto, elaborados e desenvolvidos conforme o momento histórico e projetos políticos dos administradores nacionais e locais.

Embora exista todo um discurso que situa a cidadania como algo pertencente indistintamente aos habitantes de um determinado país, o que de fato ocorre é a predominância dos ideais e interesses que se estabelecem no poder, determinando um modelo de cidadania. Assim, podemos apontar os tipos mais comuns, conforme o momento político vivido: seja para a conformação alienada a exemplo do período militar, seja para a participação como forma de inclusão, ainda que não de forma plena, mas usada muito mais para a legitimação dos discursos e da prática política dos grupos que sucessivamente têm ocupado o poder político, principalmente nos chamados períodos

democráticos. E tudo isso considerando o conjunto de cidadãos. Agora, no que se refere ao contexto do camponês, a situação é particular.

O que há de comum nesses projetos é a marca da exclusão, o que concretamente muda é a forma de excluir, ou seja, os critérios utilizados. Os atingidos historicamente têm sido os despojados, sem posses, ou os descontentes com o esquema de domínio e de poder estabelecido.

O entendimento aqui não é de que a instituição escolar seja apenas um instrumento de inculcação ideológica de determinado grupo ou classe social, mas trata-se de um espaço de contradições onde se expressam os interesses dos diferentes segmentos que compõem a comunidade, mas com a desvantagem para aqueles que não estão na situação de mando e de hegemonia. Entretanto, dependendo da postura assumida por seus agentes, a escola pode de fato funcionar somente como instância legitimadora, mesmo que seja de uma realidade social indesejável para os padrões de dignidade humana e de valores éticos, como por exemplo, uma sociedade altamente desigual e conseqüentemente injusta e desabonadora dos mais elevados elementos, típicos do ser humano e que caracterizam a humanidade.

Não é fácil para o pesquisador revelar determinadas descobertas, especialmente quando elas mostram uma realidade não favorável aos princípios e fundamentos aceitos e que orientam o seu trabalho, como algumas já apresentadas e outras que passam a ser relacionadas.

Como já se pôs a ressaltar, há forte identificação entre a escola e uma das professoras, a que tem maior tempo de atuação ali e, em decorrência disso, o exercício muito forte de sua influência sobre a vida da escola e da própria comunidade. A honestidade é uma marca, a simplicidade, não obstante algumas limitações.

A formação restrita, a forte influência de uma sociedade atrasada que na melhor das hipóteses é paternalista, que pratica o apadrinhamento político e não favorece uma leitura mais ampla e crítica da realidade, ao contrário, dificulta. Numa sociedade tradicional, marcada pela dominação, é favorecida a formação de pessoas não afeitas ao debate e também não afinadas com as transformações e conquistas sociais, que são condições limitadoras para quem trabalha e é responsável pela educação de uma comunidade. É o caso.

As contradições se expressam no interior da escola, pela insatisfação das professoras com a forma, segundo elas, *autoritária* de administrar da direção da escola.

Criticam a falta do diálogo, dizem faltar mais empenho para conseguir realizar o que precisa na escola.

3 Escola e trabalho camponês: sujeitos sem cidadania

Com referência ao papel da escola e à importância da escolarização para o trabalho do camponês, trata-se de um ponto acerca do qual não há contradição de opiniões. Há unanimidade na afirmação de que quanto a escola e a educação serviram para o seu desenvolvimento pessoal de cada um, para conseguir e atuar em atividades variadas, seja como profissional e/ou como liderança da comunidade. Ao mesmo tempo, como se evidenciou, mostram a desconexão entre o currículo da escola e o trabalho no campo. Entretanto, a utilidade da escola é incontestável, mesmo que se continue a viver no campo.

Acerca desse aspecto, uma liderança local deixa muito clara sua opinião:

Está servindo muito, porque se num fosse o pouco que eu aprendi, hoje num estava exercendo bem a minha função. Já que a minha função num exige muito a escolaridade, mas hoje já serve. Pra quem tem menos do primeiro grau, não recebe o certificado de auxiliar de enfermagem. E esse eu estou garantido que vou receber, eu tenho o segundo grau completo! (Liderança comunitária).

Vale ressaltar a expressão de contentamento da entrevistada ao responder à pergunta e afirmar que possui o nível secundário completo. É evidente que só o ensino fundamental não garante uma preparação especializada para o trabalho, e isto está bastante claro nas falas dos sujeitos pesquisados, assim como mostram também a grande importância dada por eles à escola, independentemente do grau. Deve ficar explícito é que a escola para os camponeses tem muitos limites e estes precisam ser analisados na perspectiva da sua superação, buscando o atendimento das necessidades do próprio camponês.

Por tudo o que já foi aqui exposto, é pertinente suscitar a seguinte indagação: será possível a existência de cidadãos e cidadãs sem que possam exercer a sua cidadania? Este item aborda a cidadania no contexto em que vive a comunidade que serviu de base para a pesquisa, tendo como fundamento as falas dos sujeitos e outros elementos pertinentes.

Um povo que goze de todos os direitos – políticos, civis e sociais - terá assegurada sua cidadania de modo pleno; nas palavras de Demo, (1992:17), garantiria uma sociedade composta de sujeitos históricos conscientes e organizados.

A resposta à pergunta formulada deve ser taxativa, pois que não é possível a existência de cidadãos sem o exercício da cidadania. Entretanto, fala-se de cidadãos e cidadania como algo que faz parte do nosso cotidiano, como se todos os brasileiros, indistintamente e de forma factível, fossem cidadãos e dela gozassem em toda a sua plenitude.

Assim entendida, a cidadania é encarada como se fosse algo pronto e acabado que se conquista ou mesmo é doada e pronta, não precisando ser feito nada mais. Essa leitura é equivocada, pois determinados segmentos sociais excluídos dos mais essenciais e básicos dos direitos, não podem ser considerados cidadãos ou cidadãs, pois na verdade, não gozam da cidadania. O que ocorre é que recebem esse título apenas por possuírem um documento de identidade pessoal ou qualquer outro que lhe possibilite participar como eleitor na escolha de seus representantes ou governantes, seja locais ou nacionais.

Todavia, nem mesmo esse tipo de cidadania é do alcance de todos os brasileiros, como mostraram recentemente, janeiro de 2000, os meios de comunicação informando, que, em pleno Estado do Rio de Janeiro, há famílias cujos filhos não podem estudar porque não possuem sequer o registro de nascimento.

No local em que foi feita a pesquisa aqui apresentada, há pelo menos uma pessoa, um homem solteiro com mais de 50 anos, que não pode sequer ser chamado de “cidadão”, pelo mesmo motivo. Também nunca estudou, mas não foi só por isso. Sua família é, sem dúvida, uma das mais alijadas desse sistema social excludente. Sequer teve a oportunidade de ser arrolado como pertencente a uma nacionalidade.

Neste ponto, vale indagar se não competiria à escola, via seus agentes, assumir a tarefa de fazer o mínimo para ensinar às famílias nessa condição, e de forma objetiva, a oportunidade de darem o passo inicial para a construção de sua cidadania.

Retomando o mesmo raciocínio, o entendimento defendido aqui é o de que nem mesmo aqueles “cidadãos” pertencentes a determinado segmento social privilegiado têm a sua cidadania construída de forma acabada, muito menos para a população que não goza de praticamente nenhum direito, seja ele político, civil ou social. Para estes, o ideal é a conquista dos mais básicos dos direitos e esta situação exige um esforço muito grande, haja vista a precariedade das instituições, que são até mesmo viciadas, no respeito à busca de garantia dos direitos desses “cidadãos” sem cidadania, como pode ser mais bem

explicitado através da fala de uma mãe, que expressa com todas as letras a exclusão em que sempre viveu a sua família.

Aí meu pai era pobrezim, as vez agente num tinha ropa pra gente sair nem todo sábo, pra gente sair pru colejo, porque eu digo mermo, quando agente tinha assim uns doze ano, ela num obrigava, agente tinha qui ir, nem qui num quizesse ir mais agente ia, mais agente num tinha a condição não, agente num tinha calçado, num tinha rôpa pra sair, agente num ia chuginha (sujinha) com a rôpinha (roupinha) rascada pra ir pro colejo, aí ninguém num ia e eu num fui, nem eu e nem minha irmã, nem a ôtra irmã qui morreu, a qui morreu ainda cumeçou, cumeçou istuda. De lá a irmã, qui ela foi pra Teresina, aí pronto. Agora, hoje, eu obrigo com um filho meu pra ir pro colejo, minino num quer ir pro colejo eu obrigo, minino vai, eu bato, eu surro mais não, hoje eu obrigo mermo ir pro colejo, mais tem dia aí... “Mamãe, eu num vô, porque a minha rôpa tá suja”... “Mamãe eu acho qui a professora num tá aí”, aí eu entender, aí eu ainda digo assim... “Se eu suber qui vocês fica parado no mei (meio) de camin (caminho) eu rô falar cum a professora”, do mermo jeito a professora diz no dia qui ele falta lá, ela manda a cartim a (cartinha) pra min aqui, mais dia de sigunda eles num vão não.

Eles não vão dia de Segunda pur causa da roupa qui é pouca, aí dumingo passa o dia todim, aí suja a ropa dele, aí quando é sigunda vô lavar de manhã, as vez as calça grossas num inxuga, mais agora dá, aí sigunda fera é o primero dia de aula dele, eu acho qui vô botar eles pra ir.

Ixiste o probrema daquele do mermo né, naquele tempo qui eu era piquena, qui eu num ia pro colejo pra istudar, eu digo mermo, tem dia tamém qui eu dô rontade (vontade) de meus fie (filhos) num tem condição de ir (Mãe de aluno).

A camponesa faz uma síntese da precária situação de sua vida, desde quando estava em idade escolar até agora na condição de mãe. Percebe-se com muita clareza no conteúdo de sua fala que não houve mudança para melhor nas condições de sobrevivência da família. O que de fato existe é uma consciência da necessidade de mandar os filhos para a escola, expressa de maneira muito objetiva.

Mas a necessidade e a vontade mostradas pela mãe contrapõem-se à pobreza material da família, que faz suscitar nela um estado de dúvida, se nessas condições vale a pena insistir em mandar os filhos à escola.

A família não dispõe nem mesmo de condições mínimas para fazer uma roça e produzir o básico e assim garantir a sua sobrevivência, nem tem outra forma de sustentação, a não ser alguma diária⁶⁰ que aparece para o marido e mesmo assim não é uma coisa certa.

A fala transcrita a seguir, da mesma camponesa, mostra quais são as condições que a família possui para a sua sustentação.

Num tem não , qui é no tempo de imbreja, (tempo das chuvas) aí pronto só dá mermo o arroz.

Ninguém da familia é empregado. É de diária, só o Marco qui trabalha. Eu trabalhava ali no Machão, mais aí trabalhei muito, sufri e num ganhei, num ganhei, num deu direito, sufri demais (Mãe de aluno).

Considerando o teor da fala que levanta diretamente uma das questões centrais da pesquisa, que é a cidadania, no caso ausência da cidadania pelo trabalho e pela não-garantia dos direitos trabalhista, foi indagado à entrevistada sobre quanto tempo havia trabalhado, como é que era a dinâmica do trabalho, se em final de semana ou todo dia, o que recebia como salário, se teria sido mandada embora e quando saiu o que recebeu dos seus direitos. A resposta foi dada nos termos a seguir transcritos.

Ó, agora depois qui eu me casei, catoze ano. Direto, num tinha feriado, dia santo, num tinha dumingo, era direto. Ganhava cento e setenta reais. Nada, não, sabe purque, eles num me mandava imbora nunca, mandava não, ficava me reclamava coisa, chegava aí quiria qui eu tomasse da conta de uma casa, de duas casa, num sei cum tamam(tamanho grande), aí num quiria rá mandasse fazer tudo, tudo sozinha, eu rá tava fraquinha, num aguentano mais, cuma ainda hoje mermo eu sô trabalho uma meia hora em pé, eu fico cum as perna fraquinha só de eu trabalhar de manhã lá, trabalhei de mais no Machão,

⁶⁰ Modalidade de trabalho em que o trabalhador é “contratado”, com direito apenas ao recebimento do seu pagamento por cada dia trabalhado sem outros encargos para o contratante. Quando combinado, este oferece alimentação, o que reduz o valor da diária.

ai num ganhei, ai eles nunca me mandava imhora, ai um dia eu disse assim... “Dona Maria é o seguinte...”, ela se operô(operou) uma vez, eu disse... “Quando a senhora miorá dessa operação, rô tirar as fêria...”, desse jeito, mais pra ela dizia qui ia me imhora, mais pra Sueli dizia qui ia tirar as fêria, ai ela disse... “Pois tá bom, quando eu melhorar tu vai...”, ai ela se operô outra vez, ainda fiquei cum ela, ai a sigunda vez num aguntei mais não (Mãe de aluno).

Neste ponto, foi indagado se ela nunca teria recebido nada, ou seja, qualquer importância referente aos seus direitos trabalhistas ou alguma outra coisa como o pagamento de férias vencidas.

Não. Nada. Nada, somente os cento Porque seu pessoal são muito... Mais tamém eu num tem a meus papel, trabalhei esse tanto de ano cum eles, nunca tirei papel nin um(nenhum) cum eles, só papel qui eu tem o é o registo. Trabalhei. Todo mundo sabe por aqui e tô, ai quando eu falei de vim me imhora de vez, ela fez eu assinar umas folha no dia qui eu falei: “Dona Maria eu vô me imhora, porque eu fiquei cum raiva (...)”. “Dona Maria eu vivo cansada, num tô ganhano nada, meu dinheiro tá muito poco, mim a cumade ali ganha é Cinquenta real im duas de serviço, eu ganho é cento e setenta im um mês...”, ai ela diz... “Pois tu quer ganhar muito, tu acompanha tua cumade...”, ela dizia era isso, ai eu tamém, ai ela (Mãe de aluno).

Para analisar a contribuição da escola, da escolarização, na construção da cidadania, tendo em vista as diferentes visões e situações dos sujeitos entrevistados, foram considerados o grau de escolaridade dos sujeitos, as causas que os levaram a deixar de estudar e como expressam o seu pensamento sobre como percebem a escola e a educação para sua vida, a sua família e a comunidade.

Dentre os entrevistados, uma liderança comunitária deu significativa contribuição para se fazer uma análise do aspecto em discussão. A contribuição torna-se real e muito significativa, considerando a vasta experiência dessa liderança atuando por muito tempo como membro da diretoria de associação de moradores, como professora do Projeto Educar e do Projeto Casa Escola e atualmente trabalhando como agente de saúde, além disso, por trabalhar na Pastoral da Criança da Arquidiocese de Teresina.

A indagação foi formulada e perguntada aos sujeitos, que ofereceram as respostas com o teor a seguir transcrito, a partir da fala desses sujeitos.

Eu fiz até segundo grau. Terminei com o curso científico, já estava no segundo ano de contabilidade, aí parei porque tive um envolvimento com um rapaz que eu namorava e engravidei. Como eu morava nas casa alheia, tomei assim um outro rumo. Voltei aqui para o interior, onde eu vim mesmo, depois de uns experimento trabalhando de roça, na atividade mesmo de roça, do campo, no ano de 1990, eu trabalhei com alfabetização de crianças e também à noite na escola do Projeto "Educar", na alfabetização de adultos. Isso serviu muito pra mim também, o que eu aprendi eu repassei para os meus alunos. De 94 pra cá comecei a trabalhar como agente de saúde (Liderança comunitária).

Sinteticamente, esta é a história de uma camponesa que, certamente, teve um dos maiores êxitos com a sua escolarização e que também tem muito claros os limites das condições sociais e econômicas da sua comunidade e a necessidade de se construir uma cidadania digna.

No contexto da comunidade, especialmente os pais e as mães não têm clareza de até quando seus filhos devem continuar a estudar. Como ficou patente nas entrevistas e nas conversas, eles não conhecem muito bem os graus em que se divide o estudo. Por outro lado, as dificuldades que enfrentam e o grau de estudo que existe no local não permitem que tenham grandes sonhos, dificultando vislumbrar o que podem esperar e alcançar da escolarização e da própria escola. Também não sabem exatamente o que deverão continuarão a estudar.

Como expresseo, uma das razões dessa falta de clareza está diretamente relacionada às condições de vida das suas famílias que não permitem manter filhos na escola por muito tempo e isso coloca para eles uma preocupação e impasse, que é o de ter vontade que seus filhos estudem, mas as condições financeiras não permitem.

Além do estado das famílias serem difíceis, outros problemas afloram. Segundo eles, a inexistência de um grau mais elevado de escolarização no povoado é um dos empecilhos para a continuidade dos estudos de seus filhos. Em certa medida, este argumento é significativo, quando se observa o aspecto da necessidade de deslocamento para a cidade ou para um povoado próximo que tem até a 8ª série do ensino fundamental. Argumentam eles que não têm como sustentar ou ainda têm medo de deixar os filhos se

deslocarem, pois ficam expostos a determinados perigos. Se ficassem estudando em sua própria comunidade, não correriam tais riscos.

Neste ponto, é pertinente observar que a Prefeitura Municipal já tem assumido a responsabilidade de garantir o transporte de estudantes para fazerem até a 8ª série no povoado vizinho, Santa Teresa, mas isto não garante a tranquilidade dos pais, pois ocorrem com frequência incidentes entre estudantes e motoristas da empresa responsável pelo transporte e isto deixa os pais muito preocupados, como o problema a seguir analisado.

Quando a pesquisa estava na fase de coleta de dados, ocorreu um desses episódios, que teve um grau de repercussão bastante grande na comunidade, provocando a indignação por parte de pais e mães.

Um adolescente estudante, por não ter as últimas aulas na escola, quis voltar logo para casa e solicitou a permissão para retornar em um ônibus da empresa contratada pela Prefeitura para fazer o transporte dos estudantes. O motorista, que era filho do proprietário da empresa, não permitiu a entrada do estudante, entendendo que aquele não era o horário destinado para a utilização do ônibus pelo estudante para o seu retorno e acabou humilhando com palavras o estudante e, além disso, deu-lhe empurrões e socos.

Segundo testemunhas que se encontravam na parada do ônibus, o adolescente ficou muito revoltado pela situação de vexame e humilhação vivida naquele momento, mas não teve como reagir.

Diante da ocorrência, a comunidade em que reside a família do estudante solicitou uma reunião com os proprietários da empresa e o motorista agressor, filho do empresário. Na reunião, além do pai e da mãe do motorista, encontravam-se o pai, a mãe, o filho agredido, outros pais e mães e alguns estudantes, bem como este pesquisador.⁶¹

As partes envolvidas fizeram suas ponderações tentando-se esclarecer os detalhes do incidente e onde ocorreu excesso, como o desrespeito e agressão física, principalmente da parte do motorista que havia empurrado o aluno de dentro para fora do ônibus, e também teria dado socos, chegando até a derrubá-lo ao chão, diante de algumas pessoas. Os pais do aluno agredido e, logicamente, ele, estavam muito ressentidos pelo ocorrido.

O empresário desculpou-se diante dos presentes e ficou assegurado por parte dele que o transporte seria feito a partir daquele momento sem esses problemas, sendo acertado que os alunos deveriam se concentrar em determinados locais e horários para evitar maiores transtornos.

⁶¹ A reunião foi coordenada por uma liderança (feminina) da comunidade local.

Ficaram destacados naquela reunião alguns aspectos que devem ser postos à análise no aspecto da construção da cidadania. Esses aspectos mostram o grau de fragilidade em que ainda se encontra aquela comunidade, quanto à organização e ao nível de consciência de seus direitos.

Na reunião, não havia o documento contratual firmado entre Prefeitura e a Empresa prestadora do serviço, para que pudesse ser analisada a competência, ou seja, o que seria de responsabilidade da empresa nos termos do contrato, quanto aos horários e o procedimento de transporte dos estudantes daquela comunidade; foi um momento mais de expressão de ressentimento e indignação pelo que o incidente em si provocou, pois feriu especialmente um dos elementos que caracterizam a pessoa humana, o sentimento de injustiça, uma situação de humilhação ao adolescente representado pelo ato praticado pelo motorista, caracterizando-se também como uma discriminação pela condição social (o empresário e o pobre estudante camponês)⁶², do que propriamente uma indignação pelo desrespeito aos direitos e à cidadania, aos direitos garantidos no Contrato e mesmo na Constituição Federal. Por outro lado, a reunião serviu para mostrar que a comunidade é capaz de se indignar com as injustiças sofridas, o que, de certa forma mostra, ainda que timidamente, já possuir uma certa consciência de seus direitos e dessa forma poder começar a lutar por eles.

Um pai de aluno que participou da reunião, posteriormente ao ser entrevistado e perguntado sobre como ele via aquela situação de desrespeito a um adolescente pelo próprio prestador de um serviço público e que é pago pela sociedade através do Poder Público, disse ser uma *falta de lei*, querendo dizer que, na verdade, o que existe é uma prática comum e tolerada de desrespeito às leis.

Portanto, se as leis fossem respeitadas, seria uma forma de garantia da cidadania para muitos brasileiros excluídos, como os camponeses daquela comunidade aqui retratados. O exemplo serve para revelar um dos principais elementos constitutivos da cidadania e como os direitos civis, principalmente, são de pouco domínio da comunidade.

Como ficou demonstrado, os direitos civis são de acesso difícil para a população daquela comunidade que, na perspectiva de Marshal (1967), constituem-se dos direitos necessários à liberdade individual, como de ir e vir, liberdade de imprensa, de expressão do pensamento e fé, o direito à propriedade, de realizar e concluir contratos válidos e o direito à Justiça.

⁶² Ambos com características da mesma raça, entretanto, o motorista é mestiço de pele clara e o estudante de pele negra, podendo ter havido também discriminação étnica.

No que se refere aos diretos políticos, como entende Marchal (1967), os avanços são mínimos, pois ocorre é que praticamente todos os habitantes dali estão aptos a escolher os seus representantes, apenas por possuírem um documento com essa finalidade, mas com muito pouca preparação para serem investidos de autoridade política de um organismo ou entidade. Muitas vezes “escolhem” tais representantes por indicação e não por opção, às vezes até sob pressão.

O elemento social da cidadania é também muito precário, considerando-se que engloba desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar na herança social e cultural que garanta ao cidadão levar uma vida conforme os padrões prevaletentes na sociedade em que se vive.

Considerando-se esses padrões como critérios necessários de cidadania, fica muito clara a ausência deles na comunidade pesquisada. Assim, torna-se explícita a necessidade de maior contribuição da escola nesse processo, pois o que se tem de concretizado é muito pouco para o momento histórico que se vive.

CAPÍTULO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ser pensado, o presente estudo teve algumas preocupações básicas, especialmente com vistas a buscar entender a importância em termos de significados, assim como as expectativas que os camponeses têm sobre a escola na construção da cidadania, em uma determinada realidade, com especificidades muito peculiares.

Pelas características da realidade escolhida para a pesquisa, zona rural periférica de Teresina, com certa influência da cultura e da realidade urbana, o trabalho de pesquisa e de feitura da dissertação realizou-se na perspectiva de uma análise que desse conta de entender a dinâmica da vida naquele contexto social.

Assim, considerando o caráter do trabalho na sua totalidade, os objetivos e a sua fundamentação, foram eleitas como centrais algumas categorias teóricas (camponês, cidadania, participação, rural/urbano) e, para a estrutura e detalhamento do estudo, categorias temáticas, como mostram a apresentação e as considerações sobre tais categorias feitas na parte introdutória do ensaio.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, importantes constatações foram feitas, bem como confirmadas outras que, de certo modo, já eram do conhecimento e de domínio desse pesquisador, a seguir apresentadas.

Uma dessas constatações diz respeito à não-existência de uma política municipal voltada especificamente para a educação do campo. O que há é um programa de educação para toda a rede municipal de escolas, em consonância com a política educacional global do País, em que, do ponto de vista dos documentos e especialmente do discurso dos políticos e burocratas, há uma preocupação com a cidadania.⁶³ Como constatado durante a realização da pesquisa, o que concretamente é feito são apenas orientações às professoras que trabalham no contexto do campo, para que considerem os elementos próprios daquela realidade.

⁶³ Além da LDB, Lei n.º 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Proposta Curricular Municipal enfatizam a educação para a cidadania.

O atraso e a pobreza em que ainda vive a maioria dos camponeses do povoado Coroatá é lastimável, decepcionante, por diferentes razões, a exemplo da situação vivida por uma das famílias que não pode mandar os filhos para a escola todos os dias da semana, em razão de não possuírem roupa suficiente; de outro caso em que o filho vai à escola sem a primeira refeição e praticamente só tem aquela que é dada na escola e que, ainda assim, não tem sequer todo dia. Tudo isso, apesar de ser uma escola pertencente à administração municipal de uma capital administrada por um grupo político que se diz defensor da social democracia. Isso evidencia a quase total exclusão social dos “cidadãos”, e a necessidade de se iniciar urgentemente um processo para se reverter essa situação de miséria, que derruba qualquer discurso e propaganda enganosa de que tudo vai bem, utilizada pelas elites que ocupam o poder no Brasil. O projeto de cidadania da população brasileira, com certeza, não é esse e a construção da cidadania ali é de fato precária.

Isso contextualiza outra constatação, qual seja, a contradição em que vivem os camponeses, onde por um lado dizem não acreditar nos políticos que atuam na região (eles apenas pedem votos ou são indicados para serem votados); por outro lado, além de escolher tais políticos como seus representantes, ainda confiam suas reivindicações sempre a esses mesmos políticos, mesmo sabendo que são descomprometidos com a comunidade local e que jamais atenderão às suas reivindicações, principalmente contando com os interesses da coletividade que, ainda assim, é plural na hora de votar.

Considerando a forma de orientação que recebe e principalmente o que transmite através da atuação de seus agentes, a escola não se constitui numa aliada substancial da comunidade, especialmente nas questões de organização social e política para a superação de suas carências, como um elemento aglutinador e canalizador de idéias e ações. Nem mesmo quanto à sua principal função, a de transmissão do conhecimento sistemático, a escola tem respondido satisfatoriamente, a exemplo do grande número de alunos semi analfabetos, para não dizer analfabetos, retidos no 2.º ciclo do Ensino Fundamental, a 4.ª série, naquela escola.

Deve ser destacado o contraditório em que se situa essa instituição, tendo em vista a análise sobre o seu papel na construção da cidadania, pois não se pode negar que a escola, como instituição, tem a sua parcela de contribuição para os avanços, quando possibilita ao camponês o conhecimento sistematizado, garantindo dessa forma o alcance de outras oportunidades para que ele vença na vida. Entretanto, é necessário que se apontem os entraves inerentes à escola, como o de ser uma instituição fundamentalmente excludente, pois é da sua natureza o caráter de classe Além disso, historicamente tem assumido uma

postura extremamente conservadora e às vezes reacionária, considerando a atuação de seus agentes, para o conjunto dos que a buscam e a freqüentam.

Relativamente à comunidade e voltada mais para a atuação por gênero, homem e mulher, uma constatação muito negativa e, de certo modo, decepcionante, é a generalizada falta de participação masculina nos diferentes tipos de eventos, especialmente em reuniões políticas e de interesse coletivo da comunidade. Ao contrário, independentemente da falta de perspectiva nos diferentes setores de suas vidas, as mulheres são atuantes e mais afinadas do que os homens. Elas estão “antenas” mesmo, com as mudanças que se dão na dinâmica social mais geral e local. Esta “descoberta” revela-se como uma grata surpresa de que a mulher camponesa coroataense vai à luta.

A complexidade e contradições nas relações e tramas que se dão na escola e na comunidade marcaram significativamente o trabalho como um todo.

Uma conclusão chocante é a situação de exclusão plena sofrida por algumas pessoas daquela comunidade ao exercício da cidadania, que tem como exemplo máximo a origem e a permanência ali de pelo menos uma pessoa, com mais de 50 anos de idade, sem o seu registro de nascimento, instrumento considerado básico na vida civil para o exercício da cidadania. Este caso, como está posto, já ficou conhecido a um tempo razoável e é sabido de todos; mesmo assim não se toma nenhuma providência. Esta situação é inaceitável, considerando a localização geográfica daquela comunidade e o momento que se vive.

O retrato do exercício da cidadania é desolador, a considerar como parâmetro de análise apenas uma cena de uma reunião comunitária realizada em 13/02/2000, para discutir um projeto a ser implantado ali e a eleição da Diretoria da Associação de Moradores. A cena pareceu emblemática no contexto da pesquisa e consistia em que durante toda a reunião, a vice-presidente da Associação tentou fazer com que um bêbado se comportasse “direitinho”, calando-se, pois falava muito alto palavras soltas ou frases meio sem sentido, o que atrapalhava a reunião.⁶⁴

O surpreendente em tudo isso é que o Estado não chama para si, não assume a sua responsabilidade através dos órgãos, instâncias e seus agentes competentes, para garantir a cidadania a todos os que pertencem a essa grande nação, multicultural, multinacionalizada e globalizada. O que ocorre é a perda do vínculo com o específico, dando-se ênfase e

⁶⁴ O bêbado era exatamente a pessoa que não possui nenhum documento de identidade, nem mesmo o seu Registro de Nascimento. Formalmente está impedido do exercício da cidadania e a condição de vida que leva expressa muito bem essa ausência de cidadania. De fato e de direito, não é cidadão.

valorizando-se o global. A ação do Estado, na perspectiva aqui adotada, deve partir de sua instância mais próxima, ou seja, da organização local, que luta agonizante para sobreviver, para daí às instâncias maiores e dessa forma se tomar algumas medidas na esperança da superação das principais limitações existentes.

A cidadania como é aqui entendida e discutida, naquela realidade praticamente é inexistente. Na melhor das hipóteses, o que existe é uma cidadania capenga, com a presença de pouquíssimos elementos que a constituem.

O projeto de escolarização das famílias locais não é um projeto coletivo no sentido de haver uma intenção de construir juntos. De fato, os pais têm aspirações semelhantes para seus filhos, mas ficam na expectativa :

Rapaz, se eles colocassem, já digo pelo menos o ginásio aqui, melhorava pra nós os pais que não temos condições de botar os nossos filhos pra estudar na cidade (Pai de aluno).

Era bom se viesse o Ginásio para cá, gostaria que meu filho pudesse estudar até se formar em alguma profissão, para ter um bom emprego (Pai de aluno).

Essa forma de encarar a vida e as dificuldades que se interpõem no seu cotidiano, não é suficiente, pois o sujeito assume uma posição acomodada de esperar que aconteça e que os outros resolvam; não se parte para uma ação efetiva, não se provoca a organização coletiva na busca da resolução dessas dificuldades.

A construção da cidadania pode e deve ter a participação da escola, mas não significa que essa construção só ocorra para aqueles que freqüentam os bancos escolares. A escola, responsável pela educação formal, como entende Marshal (1967), é apenas um dos instrumentos dessa construção, pertencente à categoria das instituições de direitos sociais. Entretanto, tem um papel fundamental a desempenhar.

O entendimento, portanto, é o de que compete ao Estado, a partir de suas diferentes instâncias, e à sociedade civil, no seu conjunto e com o empenho individual, a busca para fazer real, com o mínimo de dignidade, o sonho de cidadania apregoado pela sociedade burguesa, especialmente para as camadas sociais desprotegidas e excluídas dos bens econômicos, dos direitos sociais e políticos, mas tem se omitido na atualidade.

Esse processo é extremamente complexo e a situação tende a piorar, quando a parte que é de competência da escola fazer não é cumprida. A própria escola, também, precisa ser cidadã. E, de modo que está estruturada e em funcionamento, está muito distante disso.

Diante de todas essas constatações e análise do objeto de estudo, e na tentativa de uma conclusão, é necessário o encaminhamento de algumas proposições para que a construção da cidadania seja instalada e siga o curso que é necessário, tendo como alvo a formação do cidadão com uma consciência crítica.

Então, serão destacados a seguir, sem uma ordem hierárquica de importância, pontos que se entende fundamentais para essa construção.

Assim, faz-se necessária, para um conhecimento mais profundo, a realização de estudos com maior especificidade de análise e abrangência de situações e realidades semelhantes à estudada. A investigação aponta para a necessidade de um maior entrosamento entre a escola e a comunidade, ou seja, somar forças; valorização dos elementos culturais da comunidade; participação efetiva dos professores no cotidiano da comunidade; maior participação dos pais na vida escolar dos filhos; dar um sentido mais político aos conteúdos curriculares da escola; estimular nos alunos o desenvolvimento de uma consciência crítica dos principais problemas enfrentados por eles, pela comunidade local e nacional, dentre eles a preservação do meio ambiente; a escola deve respeitar as especificidades próprias da comunidade local, quando tratar de questões e transmitir conteúdos originários de outros contextos, buscando assim uma complementação, um enriquecimento cultural e de saberes e não uma imposição do que é e vem de fora; a escola deve promover eventos que possibilitem o debate dos problemas enfrentados internamente e pela comunidade, chamando e estimulando para a participação de pais, mães e responsáveis; a escola deve fazer reflexões e encaminhamentos de forma coletiva dos problemas enfrentados.

É evidente que a escola não pode ser responsabilizada pelas condições limitadoras em que vive aquela população, que não goza de uma vida digna, como ficou patenteado na pesquisa feita, entretanto, não pode também ser isentada da parte que a ela compete.

A cidadania só estaria minimamente construída com a conquista, pelo camponês, de condições para viver com dignidade. Isto só é possível pela identidade assemelhada à do outro (o cidadão real) que é diferente, pois tem um emprego ou uma fonte de renda que garante a sua participação nos direitos básicos a uma vida digna, que também inclui deveres, elementos necessários e essenciais à existência da cidadania.

Algumas conclusões evidenciam claramente as contradições existentes naquele contexto, nos diferentes ambientes existentes ali, espaços sociais e físicos onde ocorrem os eventos do cotidiano, ou seja, como se acontecem a participação e a qualidade dessa participação, as relações de poder e de domínio estabelecidas ou em transformação.

A possibilidade de mudança nessa realidade em que foi realizada a pesquisa se dá em um contexto de contradições e tensão entre o velho e o novo, considerando as relações sociais dentro da própria família e na comunidade, e tendo como base para a educação valores próprios de uma sociedade agrária, com muitos vícios, onde costumes ainda muito rígidos e de pouca abertura para a discussão por parte dos adultos mais velhos.

As relações sociais ali sempre foram muito injustas e desiguais, baseadas no poder que era e continua a ser conferido a partir de critérios como o da propriedade, o sexo, a idade e também o próprio grau de parentesco ou ainda por algum cargo que eventualmente se exerça e, especialmente, sob as regras e o domínio de uma sociedade extremamente excludente.

Para marcar como a cidadania se constrói e se expressa nesse contexto, basta citar um caso que até recentemente era comum acontecer no Posto de Saúde local, em que uma das proprietárias dali, pela influência que exercia sobre os servidores e o próprio médico, não respeitava a fila de atendimento ao público, como se aquele serviço fosse de sua propriedade particular e as pessoas, com toda a sua simplicidade ou com resignação, aceitavam aquela situação de forma passiva, sem expressar de público o seu descontentamento. Isto por ser um caso “normal” ali. Aquela senhora “cidadã” não só poderia, mas deveria respeitar a fila dos “cidadãos” e “cidadãs” presentes ao local.

Outra situação relacionada à anterior e que serve para exemplificar a cidadania (in)existente, diz respeito ao preenchimento de alguma e rara vaga no serviço público que surge nas poucas instituições do gênero, presentes no local, quais sejam, a Escola, o Posto de Saúde e o Posto Telefônico. Mesmo após o advento do concurso público obrigatório, instituído pela Constituição “Cidadã” de 1988, a comunidade no seu conjunto só sabe que surgiu depois do seu preenchimento por pessoas indicadas. A indicação é feita à base do apadrinhamento político por quem, de alguma forma, exerce influência no local e se vincula ao poder. De fato, não existe a publicidade com o caráter que tipificam e exige a esfera da administração e o domínio público.

Tudo isso ocorre, especialmente, por se tratar de uma comunidade onde as relações sociais se encontram em um estágio ainda muito atrasado, cheio de vício na sua elaboração e expressão e também pelo fato do nível de conscientização e organização política de forma coletiva da comunidade ser praticamente inexistente, e o pouco que existe ser de uma fragilidade muito grande, dando margem assim para as mais diversas formas reacionárias de se lidar com as relações de poder e interesses da comunidade, a exemplo do apadrinhamento, da submissão etc.

Atualmente essas contradições e injustiças se acentuam mais fortemente também em decorrência da expansão, domínio e poder do capital que chega e impõe as suas regras, mesmo em detrimento das relações de produção típicas do campesinato⁶⁵.

No que se refere mais especificamente às relações familiares, é comum um conteúdo de machismo e ainda ser também bastante acentuado. Em consequência disso, é mais freqüente naquela realidade a família tipificada como tradicional.

Para exemplificar e melhor entender como acontecem as relações na família, quando da realização das entrevistas em que participavam o pai e a mãe, geralmente quem respondia às perguntas era o homem, a mulher ficava ali e parecia esperar que ele tomasse a iniciativa, mesmo quando ela tinha mais elementos para apresentar. Como a pergunta era feita aos dois, na grande maioria das vezes ela apenas confirmava o que o homem havia dito ou passava para ele responder.⁶⁶

Isto não significa a inexistência de famílias onde prevalece outro modelo, como, por exemplo, com a mulher assumindo praticamente todo o sustento familiar, e desta forma, conquistando maior liberdade em todos os sentidos. Muito embora esta situação não garanta à mulher uma posição social igual à do homem, ela aparece muito mais e ele torna-se praticamente um simples “figurante” na relação, o que não assegura uma aceitação desse estado por parte do marido, de forma pacífica e como normal.

Assim, é mais comum ao homem ser o responsável pelas atividades externas ao lar, que é exatamente o de provedor da casa. Esta posição confere a ele maior liberdade e uma posição social privilegiada diante da mulher e demais componentes da família.

É comum a mulher se ocupar dos afazeres domésticos, ou, dependendo do tipo de atividade da roça, participa ativamente, como nas plantações e colheitas. Entretanto, há algumas funções em atividades de produção tipicamente femininas, a exemplo da produção da goma,⁶⁷ da raspa da mandioca, na farinhaada.

Para os filhos, principalmente as crianças e adolescentes, é comum a existência de uma relação autoritária dos pais, com pouco ou mesmo praticamente sem diálogo, baseada muito mais na imposição do respeito a partir dos valores morais e também culturais, típicos

⁶⁵ Os proprietários sempre foram poucos, o que significa grande concentração de terra, mas havia mais espaço, áreas destinadas às atividades agrícolas desenvolvidas pelos camponeses dali, e isto garantia uma certa tranquilidade aos camponeses.

⁶⁶ Houve pelo menos um caso em que o pai entrevistado deixou bastante clara a posição de maior domínio das questões e informações pela mulher, solicitando que esta respondesse às perguntas.

⁶⁷ Trata-se de um sub-produto retirado da massa da mandioca e mais conhecido como tapioca ou polvilho.

de sociedades conservadoras, e também em função da posição de dependência do filho em relação ao pai e à mãe ou responsável.⁶⁸

Com referência à vinculação entre as atividades produtivas com os conteúdos trabalhados na escola e a sua dinâmica, efetivamente não existe naquela realidade nenhuma compatibilização, especialmente com a produção. Nem mesmo o calendário escolar é adaptado na perspectiva de considerar as peculiaridades da população local, bem como os aspectos climáticos e agrícolas, como prevêm as normas que regulamentam o funcionamento do ensino fundamental no Brasil. Como já foi evidenciado, quando de sua caracterização, as atividades produtivas desenvolvidas na comunidade são vinculadas à agricultura, criação de pequenos animais e, de forma quase insignificante, a extração de produtos vegetais como o coco babaçu e outros.

Embora a autoridade responsável pelo Departamento de Ensino da SEMEC tenha afirmado que cada escola pertencente à rede municipal de ensino goza de inteira liberdade para fazer todas as adaptações necessárias às suas peculiaridades, tal orientação de fato não é posta em prática, em virtude da não-existência concreta de autonomia dessas escolas, principalmente as da zona rural.

Isto acontece em decorrência de algumas razões. Em primeiro lugar, considerando o aspecto histórico, a população camponesa brasileira e mais especificamente a que serviu de base para o estudo aqui retratado, sempre foi dependente e vivendo num estado de carência quase absoluto e praticamente sem poder de mobilização, o que levou as autoridades a agir até recentemente com total descaso ou, quando muito, ao atender uma dessas carências, sempre impuseram as determinações emanadas de fora, sem que houvesse resistência substancial por parte da comunidade local a este estado de coisas. Assim, pelas condições da população, entende-se que qualquer coisa é bem vinda.

Outro ponto que dificulta a autonomia da escola da zona rural diz respeito ao fato de não existir professores das próprias comunidades e, para suprir essa deficiência, a Prefeitura mantém professoras residentes na Capital. Isto exige certa unidade de ação do sistema de escolas do Município, objetivando o planejamento e a execução da ação pedagógica, incluindo aí o transporte dos professores.

Percebe-se que vem ocorrendo grande esvaziamento quantitativo e qualitativo, considerando-se que significativa parcela da população do campo, principalmente a escolarizada, não permanece naquela realidade, sendo mais comum a sua migração para a

⁶⁸ Esse modelo tende a ser extinto, especialmente pela influência da televisão.

cidade em busca de melhores condições de vida. Entretanto, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, esse fenômeno era mais acentuado, pois, embora já tivesse transporte suficiente, as condições de vida no geral eram piores e não havia a possibilidade de se deslocar diariamente indo e voltando para trabalhar na Capital, como ocorre hoje com parte significativa da população, e naquele período tinham que ficar residindo na cidade de forma permanente, indo à zona rural somente nos finais de semana.

Pelo exposto, como resultado do que foi constatado na pesquisa, há um anseio muito forte e a necessidade de a população camponesa lutar para a aquisição de meios que viabilizem a melhoria das suas condições de vida, pois grande parcela apenas sobrevive em situações muito difíceis, e as pessoas querem não apenas sobreviver mas viver de forma digna, de maneira cidadã.

O trabalho de Rebêlo (1998) é de certa forma confirmado também nessa pesquisa, pois de fato a escolarização é posta como uma das principais metas e que o camponês dela depende diretamente para conseguir melhores condições de vida, acabando por se transferir definitivamente para os centros urbanos, à busca de um emprego, uma casa para morar. E isto significa a possibilidade para, no futuro também, os filhos estudarem e assim poderem manter uma vinculação mais direta e permanente com a cidade, pelo que representa de importância no contexto atual.

Está evidenciado o entendimento aqui de que não existe incompatibilidade entre os elementos tipicamente do campo e os elementos tipicamente citadinos, entre o rural e o urbano, pois as duas realidades, mais do que excludentes, são de fato complementares⁶⁹. O que há de ser e deve ser superado é uma relação de desigualdade e de dominação do segundo sobre o primeiro, em função do que representam um e outro para o contexto socioeconômico mais amplo vigente atualmente de forma hegemônica.

Assim, é pertinente considerar quais as atuais condições sociais, econômicas e culturais que caracterizam o campo para, entendendo as manifestações, buscar compreender de forma adequada as demandas requeridas pela população do campo no que se refere à sua escolarização, tendo em vista a nova realidade que se estabelece em função de fatores atuantes em seu contexto social.

⁶⁹ Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, Texto Base, 1998, p.15.

No momento atual, o que pode se perceber é uma apatia dos camponeses residentes naquela comunidade no que se refere à sua participação nas instituições de organização local. Embora reconheçam a importância, esperam sempre que a organização seja feita pelos outros. Não tomam a iniciativa. Como grande parte dos pais afirmaram ao serem entrevistados, é necessária a existência de alguém que assuma essa responsabilidade.

Quanto aos aspectos relacionados ao esporte e ao lazer, é indiscutível a predominância da prática do futebol de campo naquele local em relação a outras atividades. Ali há pelo menos três campos de futebol grandes (tendo sido inaugurado um deles no início do ano de 2000) e vários outros menores, onde acontece a “pelada”, “todo santo dia”, como dizem por lá.

As famosas “quitandas”, onde se vendem gêneros alimentícios e outros elementos básicos para a sobrevivência da população, também são pontos de encontro para se conversar, para se jogar baralho, para se distrair e também se tomar a bebida mais tradicional da região, a cachaça, mais comumente apelidada pelos usuários de “fubua”, “pé inchado”, “serrana”⁷⁰ pois a maioria é originária da Serra Grande. Nos últimos anos, têm surgido alguns botequins onde a venda de bebida é praticamente exclusiva e a presença masculina também.

As mudanças nestes setores da vida do campo são significativas. Do ponto de vista dos mais idosos, havia mais “pureza” naquilo que se fazia. Até a década de 70, os eventos culturais estavam mais ligados às questões religiosas (novenas, terços, festa do Divino, festa de São Gonçalo) e/ou expressões culturais de raiz, (bumba-meu-boi, violeiros) ou seja, com maior tradição local.

É bastante evidente o processo de massificação cultural. Para isto fica marcada a forte influência dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão. A título de exemplificação, cita-se o que se observou com uma criança de aproximadamente 3 (três) anos. Ela brincava imitando personagens dos filmes de desenho animado a que assiste na televisão. No período referido, isso era praticamente impossível.

Além das atividades de produção para a sua sobrevivência, uma das principais ocupações da população local é com a religião embora seja uma atividade tipicamente assumida pelas mulheres, envolvendo as crianças e os adolescentes.

A realização desse trabalho de pesquisa e elaboração final do texto se deu sob algumas condições limitadoras. Uma das principais dificuldades de caráter mais amplo foi

⁷⁰ A denominação “serrana”, é por se tratar de uma cachaça originária da Serra Grande, Estado do Ceará.

adequar o conjunto de atividades necessárias e obrigatórias ao escasso e diminuído tempo destinado para a sua realização, tempo este de apenas 24 meses. As atividades referidas vão desde a realização e conclusão das disciplinas teóricas, à construção do objeto propriamente dito, na forma de um Projeto, à realização da pesquisa no seu conjunto, até a redação final da dissertação.

Como conseqüência dessa dificuldade, outras, evidentemente, fizeram parte do processo, a exemplo de se perceber a necessidade de melhor sistematização e elaboração do texto; de maior aprofundamento das questões e dúvidas levantadas antes e durante a realização do trabalho como um todo.

A articulação entre o campo empírico e o teórico também foi, em certa medida, prejudicado.

Concernente especificamente às entrevistas, alguns pais e responsáveis não foram entrevistados em decorrência da dificuldade de serem encontrados, praticamente não participavam de nenhum dos eventos promovidos na comunidade.

Uma das dificuldades que mais chamou a atenção desse pesquisador foi de precisar o significado do conteúdo expresso nas falas, atitudes e ações de alguns dos sujeitos pesquisados.

Evidentemente, muitas coisas devem ser apontadas como facilitadoras de todo o decurso de realização desse trabalho, como exemplo, a excelente acolhida por todos os sujeitos participantes da pesquisa, o conhecimento da realidade pelo pesquisador, o farto material adquirido junto aos sujeitos pesquisados, a variedade de eventos na comunidade, dentre outras.

O modo camponês de viver, de produzir e reproduzir o tipo de vida que só a ele é peculiar, como já é reconhecido, está grandemente ameaçado pelas novas configurações sociais, econômicas e culturais próprias dos tempos em que se vive na atualidade. Na perspectiva de se entender a contribuição da instituição escolar para a construção da cidadania nesse contexto de transformações que ocorrem de forma generalizada, de certo modo e de maneira muito clara, elas se fizeram presentes neste trabalho. Entretanto, essas transformações tendem a se acentuar e, de fato, são muito mais fortes em realidades periféricas como a realidade aqui estudada e, com certeza, outros elementos pertinentes à questão carecem de melhor domínio.

Para um entendimento mais aprofundado, é necessário que se façam outros estudos enfocando com maior detalhamento essas mudanças que estão se processando, de forma também específica e com tempo suficiente de estudo para permitir um aprofundamento

capaz de dar resposta consistente, para daí se ter uma visão mais apropriada da dinâmica da realidade camponesa periférica e, dessa forma, possibilitar a proposição de ações e estratégias educacionais para serem desenvolvidas naquele contexto social e cultural, contemplando as suas especificidades.

A construção da cidadania só terá uma contribuição significativa da instituição escolar na medida em que a própria escola se constitua numa escola cidadã (Gadotti, 1999). Muita coisa tem que ser mudada na dinâmica interna e externa da escola, bem como na contraditória e dialética relação que mantém com a comunidade. Assim, as mudanças devem se dar a partir mesmo da concepção de escola que se tem, indo do planejamento de políticas educacionais, passando pelos seus diversos estágios inerentes ao processo, até sua implementação em sala de aula, atingindo também sua avaliação pela comunidade.

Assim, são necessários alguns pressupostos para que esse contexto favorável à construção da cidadania se estabeleça.

Dentre esses pressupostos, a participação ativa dos segmentos e sujeitos envolvidos; a gestão democrática com atuação de fato (e não apenas como parte legitimadora das ações da direção da escola) do Conselho Escolar, garantindo a efetiva participação da comunidade nas deliberações sobre a vida escolar; acesso e permanência do aluno, com garantia de uma formação básica, são indispensáveis.

As falas dos sujeitos pesquisados e a literatura pertinente evidenciam de maneira muito clara a expressão da idéia de que o conhecimento escolar se vincula muito mais à realidade urbana. Dessa forma, à escola competiria dar oportunidade ao estudante camponês de uma formação diversificada, capacitando-o a viver em espaços socioculturais diferentes.

A contribuição da escola para a construção da cidadania só seria efetivada significativamente a partir da garantia, aos camponeses, do domínio do conhecimento sistemático e da preservação e estímulo dos diversos saberes, garantindo uma formação que os capacite a uma vida digna, independente do espaço e das atividades que vierem a ocupar e/ou fazer.

Fica entendido que, para os camponeses, as luzes da cidade simbolizam a esperança e a possibilidade da conquista, pelo conhecimento sistemático e o saber, da realização plena da cidadania, seja no campo ou na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. n.77, mai./91, p. 53-61.
- ARAÚJO, Maria M. Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fund. Cultural Mons. Chaves, 1995.
- ARROYO, Miguel G. (org.) *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN. *A construção da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BEZERRA, José E. B. *A intenção e o gesto: mudancismo e educação no Ceará (1987-1990)*. Fortaleza, 1996, 167p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa*. Trad. De Maria J. Alvarez, Sara B. dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto: Editora Porto, 1994.
- BONETI, Lindomar Wessler. *Educação exclusão e cidadania*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.
- BRANDÃO, C. R. e RAMALHO, J. R. *Campesinato goiano*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- BRASIL. *Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- BRASIL. SUDENE. *Proposta para as educação no meio rural*. Recife, 1984.
- _____. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUFA, Ester, ARROYO, Miguel e NOSELLA. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 1993.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALAZANS, Maria Julieta. Para compreender a educação do Estado no meio rural (Traços de uma trajetória). In: THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, Maria Nobre. *Educação e escola no campo*. Campinas : Papyrus, 1993.
- CNBB, MST, UNICEF, UNESCO e UnB. (Orgs.) *Conferência Nacional: Por uma educação básica do campo*. Texto para debate: Brasília, 1998.
- _____. A prática educativa popular da igreja e as dificuldades desta em lidar com a diferenciação econômica do campesinato. *Educação e Sociedade*. São Paulo: (19) : 112-133, 1984.
- COROATÁ, Associação Comunitária de Desenvolvimento do. *Livro de atas N.º 1* Coroaá, Teresina: ACDC, 1987.
- DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato*. Fortaleza: Edições UFC, 1990.

- _____. "Luta social e escola no campo". *Cadernos da Pós-Graduação*. Fortaleza: FAGED/UFC, n.º 1, pp. 13-22, jul. 1995.
- _____. Questões teóricas e práticas da pesquisa social e educacional. *Em Aberto*, Brasília, ano 5, n. 31, jul./set. 1986.
- _____. Escola rural em assentamentos. *Ver. Educação Pública*. Cuiabá, v. 7, n.º 11, pp. 119-146, jan./jun. 1998.
- DAMASCENO, M. N., THERRIEN, J. e outros. *Relatório da Pesquisa: ESCOLA e CULTURA: Produção cultural, resistência e identidade* (Rel. CNPq). Fortaleza: 1999.
- DAYRELL, Juarez. (Org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- DEMO, Pedro. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fund. Mons. Chaves, 1995.
- FAZENDA, Ivani. (Org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FRANCO, Daniel de Oliveira, SANTOS, Elzani dos, SOUSA, Francisco das C. de. O significado de escola na memória de idosos não-escolarizados do Município de Forquilha-CE. In: XIV ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE - EPEN, Salvador. *Anais*. Salvador: UFBA, 1999.
- FREIRE, Ana M. Araújo. *Analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, 1999.
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: vozes, 1986.
- GOHN, M. da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- GOMES, Carlos Minayo [et. al.]. *Trabalho e conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HAGUETTE, Teresa M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

- IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Classe e Nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LARROYO, Francisco. *História Geral da Pedagogia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LIMA, Iracilde Maria de Moura F. et al. *Teresina: tempo e espaço*. Teresina: Halley, 1998.
- LOPES, Juarez R. Brandão. *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. Petrópolis: 1976.
- LUCAS, Randolph. *Democracia e participação*. Brasília: UnB, 1985.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, E. D. A. Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U. 1986.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Nacional, 1980.
- MANACORDA, Mário A. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Carlos Estevam. *O circuito do poder*. São Paulo: Entrelinhas, 1994.
- MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *O poder do atraso: ensinos de sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederich. *A ideologia alemã (I - Feuerbach)*. Trad. De José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.
- McLAREN, Peter. *A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Trad. De Juracy C. Marques e Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MINAYO, M^a Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MONLEVADE, João. *Educação pública no Brasil: contos e descontos*. Brasília: Idéa Editora, 1997.
- MONTEZUMA, Kleber. *O movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina 1978-1982*. Teresina: Fund. Cult. Mons. Chaves, 1995.
- MOSCOVICI, S. *A Representação social na psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- NORONHA, Maria Olinda. *De Camponesa a Madame*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- PALMEIRA, Maria José de Oliveira. (org.). *Educação e a construção da cidadania do homem do campo*. Salvador: UFBA, 1990.
- PENIN, Sonia. *Cotidiano e escola*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PORTO, Maria do Rosário S. Imaginário, cultura e escola rural. *Em aberto*. Brasília, ano 14, n.61, jan/mar. 1994.
- QUEIROZ, Zuleide Fernandes. *A escola rural e a questão do saber: do saber universal ao saber construído pelo homem do campo*. Fortaleza, 1992, 184p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.
- REBÊLO, E. M. C. Gonçalves. Relações entre urbanização e educação escolar no Município de Esperantina, no período de 1960/1980. *Linguagens educação e sociedade*. Teresina: UFPI, n.º 3 pp. 9-16, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. Educação, cidadania e transição democrática, in: COVRE, Maria de L.M. (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SEMINÁRIO: *educação no meio rural*. *Anais*, Brasília: INEP, 1983.
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1986.
- SOROKIN, Pitirim A., ZIMMERMAN, C. Carlo & GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano, in: MARTINS, J. de Souza, (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: 1986.
- SOUSA-GOMES, Ana Beatriz. *A prática pedagógica curricular e os alunos negros: um estudo de caso numa escola pública em Teresina, Piauí*. Teresina, 2000. Dissertação (Mestrado) – UFPI.
- SOUSA SOBRINHO, Antônio F. de. *A escola rural de Campo Maior: um estudo de caso*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) – PUC/RJ.
- _____. (Coord.). *A educação rural no semi-árido piauiense*. (Rel. CNPq) Teresina: 1990.
- TERESINA, SEMEC. *Proposta curricular do ensino fundamental*. Teresina: Ponto & Traço, 1995.

- TERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords.) *Educação e escola no campo*. Campinas: Papyrus, 1993.
- _____. “ Interação e racionalidade no saber de experiência do educador ”. *Cadernos de Pós-Graduação*. Fortaleza: FAGED/UFC, n. 5, pp. 18-27:1996.
- _____. A professora leiga e o saber social. *Cadernos SENEb*, n. 3, 13-25, 1991.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1998.
- VALLE, Lilian do. *A escola imaginária*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.
- VASQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- VINHAIS, M. *Problemas agrário-camponeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- WERTHEIN, J. E BORDENAVE, J. D. *Educação rural no Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- WOORTMANN, F. Ellene e WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ANEXOS



ANEXO N.º 1

FOTOGRAFIAS DA ESCOLA E DA COMUNIDADE



Fotografias produzidas pelo autor da dissertação.

Grupo de pais e mães de alunos a espera de transporte para participarem de evento envolvendo a escola e as famílias.





Uma das primeiras turmas da Escola Municipal Deoclécio Carvalho , em 1959.



Primeira professora da escola,
D. Mundiquinha.

VISTA EXTERNA DE PARTE DA ESCOLA.**Entrada de alunos para a sala de aula.**

VISTA PARCIAL DA TURMA DA 4ª SÉRIE.



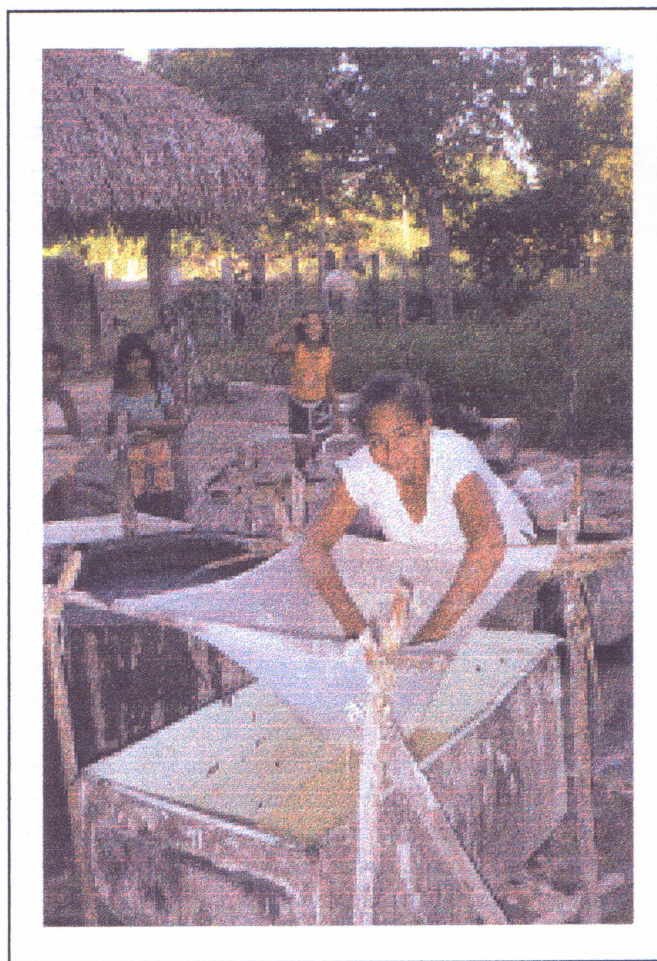
TURMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.



HORA DO RECREIO E MERENDA NA ESCOLA.**REUNIÃO ENVOLVENDO VÁRIAS COMUNIDADES E ESCOLAS DO EIXO ESTACA ZERO.**

ATIVIDADE COMUNITÁRIA: DESCASCANDO MANDIOCA.**ATIVIDADE COMUNITÁRIA: CEVA DA MANDIOCA.**

ATIVIDADE COMUNITÁRIA: RETIRADA DA GOMA DA MASSA DE MANDIOCA.



ATIVIDADE COMUNITÁRIA: PRODUÇÃO DE JACÁS.



Atividade comunitária: aluno da 4ª série e o pai fazendo jacás.



Evento religioso da comunidade: procissão.



ANEXO N.º 02

RELAÇÃO DE EVENTOS E ATIVIDADES REALIZADAS NA PESQUISA

CATEGORIA	LOCAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS	DATA E HORA	OBJETIVO ASSUNTO
1-Visita à Diretora da Escola.	Residência	Diretora	16/05/99 tarde e noite.	Informações gerais e atuais sobre a Escola
2-Observação em sala de aula	Escola, 4ª série e alfabetização de adultos	Professoras e alunos	17/05/99 tarde e noite.	Aproximação e inserção no espaço escolar
3-Observação em sala de aula	4ª série	Professora e alunos	18/05/99	Inserção
4-Observação em sala de aula	4ª série	Professora e alunos	19/05/99	Inserção
5-Palestra da Profª. Helena Freitas ANFOPE	UFPI	Professores e alunos da UFPI.	21/05/99 manhã	Política de formação do educador
6-Observação em sala de aula	4ª série	Professora e alunos	21/05/99 tarde	Inserção
7-Reunião	Escola	Pais, mães e lideranças	21/05/99 às 19:30h.	Apresentação do meu projeto
8-Observação em sala de aula	4ª série	Professora e alunos	24/05/99	Isenção
9-Horário pedagógico	Escola	Professores	24/05/99 às 16:00h.	Observar
10-Observação em sala de aula	Alfabetização de adultos	Professora e alunos	24/05/99 noite	Inserção
11-Encontro de pesquisa	FACED-UFC	Pesquisadores e alunos	26 a 28/05/99	Participação
12-Mesa redonda	Auditório da FACED-UFC	Pesquisadores, Professores e alunos	27/05/99 manhã	Participação
13-Reunião para organização	ADUFCE	Pesquisadores (eu e outros)	28/05/99 manhã	Apresentação de Trabalho-EPEN
14-Reunião	Escola	Secretário e Diretora	31/05/99 07:40h	Obter dados sobre a escola
15-Reunião	Escola de Lagoa de Dentro	Comissão Organizadora	31/05/99 10:00h	Semana do Estudante
16-Visita	Coroatá	Comunitário	31/05/99 11:30h	Conversar/Obs.
17-Observação em sala de aula	Escola	Professora e alunos	31/05/99 tarde	Inserção
18-Caminhada e Celebração	Residência à Capela	Comunitários	31/05/99 noite	Observação

CATEGORIA	LOCAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS	DATA E HORA	OBJETIVO ASSUNTO
19-Visitas	Coroatá	Comunitários	02/05/99 tarde	Conversa/Obs.
20-Observação em sala de aula	Alfabetização de adultos	Professora e alunos	02/06/99 noite	Inserção
21-Visita	Residência em Santa Rita	1ª Professora da Escola	03/06/99 manhã	Criação da Escola (relato)
22-Encontro	Bar do Louro	Comunitários	03/06/99 11:00h	Obter informações
23-Jogo “treno”	Campo principal	Jovens/adultos	03/06/99 tarde	Inserção/Obs.
24-Reunião de uma Associação de moradores	Casa do Sr. Raimundão	Comunitários	03/06/99 noite	Obter informações comunitárias
25-Visita	SEMEC	Chefe do Depto. de Ensino	07/06/99 manhã	Obter doc. e informações
26-Reunião	UFPI-Mestrado	Professores e alunos	07/06/99 manhã	Viagem/EPEN
27-Observação em sala de aula	Escola	Professora e alunos	09/06/99 noite	Inserção
28-Observações na Comunidade	Bar do Silvério e campo de futeb.	Comunitários	10/06/99 tarde	Participação e obter inform.
29-Visita	SEMEC	Depto. de ensino	11/06/99	Documentos
30- I Fórum de Debate Escola X Família	Escola Municipal de Santa Teresa	Pais, mães, Professores, Diretores e Lideranças locais	12/06/99 manhã e tarde	Inserção. Discussão sobre os problemas das famílias.
31-EPEN – Salvador	FACED - UFBA	Pesquisadores	16 a 18/06/99	Apresentação de trabalho
32-Visita à Escola	Escola	Secretário	21/06/99 manhã	Recebimento de documentos
33-“Farinhada”	Casa de Farinha e “capoeira”	Pais, aluno e comunitários	21/06/99 manhã e tarde	Observação participante
34-Reunião comunitária	Casa de uma liderança	Usuários do ônibus/escolar	21/06/99 noite	Observação participante
35-“Farinhada”	“Casa do Forno”	Pais de aluno	22/06/99	Observação participante
36-Recreio/Escola	Escola	Todos da Escola	23/06/99 manhã	Observação
37-“Farinhada”	“Casa do Forno”	comunitários	23/06/99 tarde	Observação
38-“Farinhada”	“Casa do Forno”	comunitários	24/06/99 manhã	Observação
39-Recreio/Escola	Escola	Todos da Escola	24/06/99 manhã	Conversa
40-Visita informal	Posto de Saúde	Funcionários	24/06/99 manhã	Conversa/Obs.

CATEGORIA	LOCAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS	DATA E HORA	OBJETIVO ASSUNTO
41-Culto Evangélico	Congregação da Assemb./Deus	Freqüentadores e Membros	25/06/99 noite	Observação
42-Ensaio/Quadrilh.	Bar São Jorge	Comunitários	25/06/99 noite	Observação
43-Visita	Residência	Agente de Saúde	26/06/99 08:30h	Obter informação
44-Visita	Residência	Aluna fundadora	26/06/99 10:00h	Conversa
45-Visita	“Fonte”	Aluna fundadora	26/06/99 10:30h	Conversa
46-Visita/almoço	Residência	Comerciante	26/06/99 11:00h	Conversa
47-Jogo de Futebol	Campo	Presentes	26/06/99 tarde	Observação
48-Festejos de São Pedro, “novena”	Capela em construção	Presentes	26/06/99 20:00h	Observação
49-Quadrilha	Bar São Jorge	Presentes	26/06/99 21:30h	Obs/Participação
50-Visita	Bar do Preto	Presentes	27/06/99 manhã	Conversa
51-Festejos de São Pedro, “novena”	Capela em construção	Presentes	28/06/99 20:00h	Obs/Participação
52-Festejos de São Pedro, leilão	Capela	Presentes	28/06/99 21:30h	Participação
53-Visita	Escola	Direção/Secret.	02/07/99 manhã	Receber/Docum.
54-Visita	SEMEC	Depto./Ensino	02/07/99 manhã	Receber/Docum.
55-Torneio de futebol	Caminho Novo	Jogadores/Líder.	03/07/99 16:00h	Não houve
56-Final torneio de futebol	Cruzinha-J.Freit.	Presente/Coroatá	04/07/99 16:00h	Observação
57-Arraial Quadrilha	Lagoinha	Presente/Coroatá	04/07/99 20:00h	Obs/Participação
58-II Fórum de Debate Escola Família	Escola de Santa Teresa	Pais, Diretores Professores e lideranças	10/07/99 das 09:00h às 13:30h	Obs/Participação
59-Futebol veteranos	Caminho Novo	Jogadores/Líder.	10/07/99 16:00h	Obs/Participação
60-Torneio/Futebol	Caminho Novo	Jogadores/Líder.	17/07/99 16:00h	Obs/Participação
61-Encontro	Residência	Liderança	18/07/99 10:00h	Marcar evento- Apres./Capoeira
62-Visita	Residência	Artesão	19/07/99 14:30h	Obs/Conversa
63-Visita	Residência	Pai de aluno	19/07/99 15:30h	Entrevista

CATEGORIA	LOCAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS	DATA E HORA	OBJETIVO ASSUNTO
64-Visita	Residência	Resp/Catequese	19/07/99 16:30h	Conversa
65-Visita	Posto de Saúde	Mãe de aluno	20/07/99 07:50h	Entrevista
66-Visita	Residência	Aluno/Fundador	20/07/99 09:30h	Entrevista
67-Visita	Casa de Farinha	Pai/Mãe Amigos de aluno	20/07/99 11:00h	Entrevista
68-Visita	Residência	Aluno/Fundador	21/07/99 08:30h	Entrevista
69-Visita	Residência	Resp. p/ aluno	21/07/99 10:00h	Entrevista
70-Visita	Residência	Pai de aluno	21/07/99 11:00h	Entrevista
71-Visita	Residência ⁷¹	Pai de aluno	21/07/99 18:30h	Entrevista
72-Orçamento Popular de Teres	Escola de Cacimba Velha	Comunidades Rurais Leste	25/07/99 das 0830h às 14:00h	Obs/Participação
73-Visita	Residência	Família	28/07/99 das 08:30h às 10:00h	Entrevista
74-Visita	Residência	Família	28/07/99 das 14:00h às 15:30h	Entrevista
75-Visita	Residência	Família	28/07/99 das 19:00h às 20:15h	Entrevista
76-Visita	Residência	Família	30/07/99 19:00h	Entrevista
77-Visita	Residência	Família	31/07/99 das 08:30h às 09:30h	Entrevista
78-Visita	Residência	Família	31/08/99 10:00h	Entrevista
79-Festa (Forró)	“Coroatá Clube”	Os presentes	31/07/99 22:00h	Obs/Participação
80-Visita	Residência	Profª. mais antiga e atual Diretora.	01/08/99 das 10:30h às 15:00h	Conversa e Entrevista
81-Visita	Residência	Família	02/08/99 16:00h	Entrevista
82-Visita	Residência	Família	02/08/99 19:00h	Entrevista
83-Planejamento do 2º Semestre	Escola de Santa Teresa	Supervisora, Diretoras e Professoras	03/08/99 das 08:00h às 11:00h	Observação e Participação
84-Planejamento do 2º Semestre	Escola N. Sª. do Amparo	Idem	04/08/99 das 08:00h às 10:30h	Observação e Participação

⁷¹ A Associação Comunitária de Desenvolvimento do Coroatá, não tem ainda uma sede própria. O referencial dessa entidade é a residência de uma liderança comunitária.

CATEGORIA	LOCAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS	DATA E HORA	OBJETIVO ASSUNTO
85-Visita	Residência	Família de aluno da 4ª série	04/08/99 das 11:00h às 12:30h	Entrevista
86-Visita	Residência	Pai e mãe de alu.	04/08/99 16:00h	Entrevista
87-Visita	Residência	Família	04/08/99 19:00h	Entrevista
88-Visita	Escola	Alunos e Prof ^ª .	05/08/99 13:30h	Observação
89-Visita	Residência	Família	06/08/99 19:30h	Entrevista
90-Intercâmbio esportivo	Campo de futebol	Grupo de Capoeira e moradores locais	08/08/99 16:00h	Participação
91-Atividade cultural	“Sede” da ACDC ⁷²	Grupo ABADÁ de Capoeira, famílias e convidados	08/08/99 20:00h	Organização e Observação
92-Viagem à Fortaleza, Ceará	UFC/FACED, Mestrado	Orientadora e Coordenação	10 e 11/08/99	Orientação e fazer matrícula
93-Visita	Escola	Professora	13/08/99 15:30h	Entrevista
94-Visita	Residência	Liderança	13/08/99 19:00h	Entrevista
95-Visita	Residência	Liderança	14/08/99 08:30h	Entrevista
96-Visita	Escola	Alunos da Catequese	14/08/99 17:00h	Observação e Participação
97-Visita	Residência	Pai, Aluno e Responsável	16/08/99 tarde	Entrevista
98-Visita	Residência	Responsável	17/08/99 manhã	Entrevista
99-Visita	Escola	Professoras	18/08/99 manhã	Marcar entrevistas
100-Visita	Escola	Aluno	18/08/99 tarde	Entrevista
101-Visita	Escola	Professora, alunos da alfabetização de adultos	18/08/99 noite	Observação
102-Visita	Residência	Mãe	19/08/99 08:00h	Entrevista
103-Visita	Residência	Alunas	19/08/99 09:30h	Entrevista
104-Visita	Residência	Aluna	19/08/99 11:00h	Entrevista
105-Visita	Escola	Alunos	20/08/99 tarde	Entrevista

CATEGORIA	LOCAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS	DATA E HORA	OBJETIVO ASSUNTO
106-Visita	Residência	Família	21/08/99 manhã	Entrevista
107-Abertura do Campeonato Rural de Futebol	Campo local	Jogadores, dirigente e demais presentes	21/08/99 tarde	Observação e Participação
108-Intercâmbio esportivo e recreativo (jogo e feijoada)	Clube dos Servidores da UFPI	Professores, Servidores da UFPI e Sujeitos da Comunidade.	22/08/99 manhã e tarde	Organização e Participação
109-Visita	Escola	Professoras e Alunos	23/08/99 manhã e tarde	Entrevista
110-Reunião	Escola	Supervisão, Direção e Professoras	23/08/99 tarde	Discutir sobre os alunos com problema de aprendizagem
111-Visita	Escola	Professoras e alunos	25/08/99 tarde	Entrevista
112- I FORUM Escola Família	Escola de Santa Teresa	Comunidades e Escolas do Eixo	28/08/99 manhã e tarde	Participação e observação
113-Visita	Residência	1ª Professora	28/08/99 tarde	Receber fotos
114-Festa comunitária	Área familiar de liderança	Jovens e adultos da comunidade	28/08/99 noite	Comemoração, vitória, gincana
115-FORUM Escola Família, zona urbana e rural	Ginásio de esportes Verdão em TERESINA	Organizadores, Representantes das escolas e comunidades	03/09/99 manhã	Atividades de encerramento
116-Visita à comunidade	Residências	Lideranças, Pais e Mães	12/10/99 manhã	Marcar reunião
117-Visita à comunidade	Bares	Lideranças, Pais	17/10/99 manhã	Convidar para uma reunião
118-Velório	Capelinha	Moradores	17/10/99 tarde	Participação
120-Visita	Escola	Comunidade escolar	19/10/99 tarde	Observação/distribuição/convite para reunião
121-Reunião	Escola	Comunidade	22/10/99 noite	Palestra e discussão sobre cidadania
122-Torneio/ futebol	Faz. S. Francisco	Times/convidad.	14/11/99	Obs/Participação
123-Missa, evento mais tradicional do local, desde 1926	Capela da Fazenda Amparo	Comunidade local e adjacentes	08/01/2000 manhã	Observação e participação
124-Visita à comunidade	Residência de liderança	Lideranças e pessoas do local	23/01/2000 manhã	Marcar reunião comunitária

CATEGORIA	LOCAL	SUJEITOS ENVOLVIDOS	DATA E HORA	OBJETIVO ASSUNTO
125-Reunião, com 22 pessoas presentes	Residência de uma liderança	Comunidade local	30/01/2000 noite	Discutir eleição, Nova Diretoria da ACDC
126-Reunião comunitária	Residência de uma liderança	Comunidade local	06/02/2000 noite	Discutir Eleição encaminhamento
127-Visita – 1º dia de aula de 2000	A Escola	Todos presentes sujeitos da Pesq.	07/02/2000 horário da turma	Levantar dados sobre resultados
128-Reunião com 50 pes. Presentes	Residência de liderança	Comunidade Local	13/02/2000 às 19:00h	Apresentação de Projeto de Arte
129-Reunião	Residência de liderança	Comissão Eleitoral	13/02/2000 às 20:30h	Encaminhamento da eleição
130-Reunião	Residência de liderança	Comunitários	19/02/2000. às 20:00h	Prestação de contas da Diretoria
131-Eleição	Residência de liderança	Comunitários	20/02/2000	Eleição da Diretoria da ACDC
132-Confraternização	Campo de futebol e em um salão de festas	Camponeses, Professores e servidores da UFPI	20/02/2000	ogo de futebol e churrasco

ANEXO Nº 3
PLANO DE OBSERVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Significados e expectativas da população camponesa sobre a escola no processo de construção da cidadania.

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

PLANO DE OBSERVAÇÃO

Em reunião de trabalho com a orientadora, em 12/05/99, ficou definido o encaminhamento para a primeira etapa da pesquisa de campo que deve ser subdividida basicamente em duas etapas.

- 1) *Fase de retomada dos contatos* ou de *inserção*, com a realização de reuniões conjuntas e setoriais; visitar e conversar com pessoas chaves e responsáveis pelos diversos espaços dinâmicos da comunidade para saber das atividades que estão programadas. Nesta fase é imprescindível deixar claro os objetivos do trabalho a ser desenvolvido.
- 2) *Observação etnográfica*. Ir aos diferentes espaços dinâmicos da comunidade para verificar o que ocorre e como ocorre. Tais espaços são constituídos pela Escola, Associações, Clubes (esporte e lazer), Sindicato Rural, atividades religiosas e atividades culturais, as famílias mais tradicionais e as “modernas”.

Devem ser observados os diferentes elementos e situações das instituições a partir de sua constituição e organização; a dinâmica de seu funcionamento; o tempo destinado a cada atividade desenvolvida; como se desenvolve as atividades; o conteúdo; como se dá a ação gestora da instituição e das diferentes ações.

Nesta fase, o observador deve ter um olhar bastante atento, um olhar aguçado – antropológico, buscando desta forma ir além do físico (aparente).

Deve ser percebido e apropriado do que ocorre nos diversos espaços e ações da comunidade, o que é produzido e distribuído (relações de produção e distribuição). Aqui é

significativo constatar como se dá as relações de trabalho; se existe alguma frente produtiva e o que é produzido e como é produzido.

Quanto às famílias, observar como se relacionam e qual o papel da TV no contexto familiar, bem como de outros veículos de comunicação e entretenimento.

Verificar como os jovens se agrupam, considerando as formas e o estilo desses agrupamentos.

Ter cuidado para não interferir na essência das coisas e eventos da comunidade, buscando captá-los como são. As observações sobre os eventos e ações devem ser feitas em separado. Ficar atento com o que ocorre para que possa captar o máximo de elementos para a fase seguinte da pesquisa, que é a entrevista.

ANEXO Nº 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Significados e expectativas da população camponesa sobre a escola no processo de construção de sua cidadania

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

ROTEIRO DE ENTREVISTA- ALUNO EGRESSO/FUNDADOR

1 - DADOS PESSOAIS

2 - A ESCOLA NA VIDA DO EGRESSO E DA COMUNIDADE

- Razões da criação de uma escola naquela época.
- Tempo e série que estudou na escola.
- Como era as condições de vida da população local quando da criação da escola.
- Como era o relacionamento entre pais e filhos? A escola interferiu de alguma forma nisso?
- Quem participou no processo de criação e implantação da escola.
- Participação e colaboração dos moradores do Coroatá para com a escola..
- Como era a organização e funcionamento da escola nos primeiros meses e anos de sua criação.
- Tipo de relação do Poder Público e de particulares na criação e manutenção da escola.
- Critérios para a escolha da 1.^a professora.
- Ano e a causa para deixar de estudar na escola.
- Principais objetivos para se ir à escola na época. O que era ensinado na escola.
- Na escola se falava em direito, cidadania, repressão, democracia e outros temas desta natureza.

- Relação da professora com o aluno e a maneira como ela trabalhava os conteúdos..
- Principais conhecimentos apreendidos na escola. Ocupação atual de trabalho.
- Utilidade do conhecimento ensinado na escola no dia-a-dia das pessoas que estudavam. Mudanças proporcionadas na comunidade pela escola expressa no dia-a-dia das pessoas.
- Atividades sociais e culturais promovidas pela escola, envolvendo a comunidade.
- No que a escola de hoje se assemelha e no que ela difere à daquela época.
- Fatos curiosos ocorridos na escola que tenha marcado a vida do aluno, professor e comunidade.
- Papel da escola na época de sua criação. A função da escola hoje, é diferente?
- Diferenças entre o tipo de vida que se levava naquela época da que se leva hoje.
- Nível de satisfação com relação à escola do passado e do presente.
- Para quem fica, a Escola teve e tem alguma serventia? Por quê?
- Hoje, para que serve a escola?
- que é cidadania? O que a escola tem feito para a construção dessa cidadania?
- Para o futuro, o que a escola precisa mudar para atender às necessidades da comunidade?
- Afinal, para que serviu a escola na sua vida?
- Deixar claro o papel da escola ontem e hoje e a perspectiva de futuro para entrevistado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Escola Rural: Significados e Expectativas da população camponesa sobre a escola no processo de construção da sua cidadania.

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

ROTEIRO DE ENTREVISTA - ALUNO da 4.^a Série

1 – DADOS PESSOAIS

2 – PERCEPÇÃO SOBRE A ESCOLA: SIGNIFICADO E EXPECTATIVAS

- Transporte para ir à escola. Série que estuda. Turno.
- Ano em que começou a estudar.
- Se já repetiu alguma série, qual o motivo e o número vezes.
- Se falta às aulas. Razões das faltas.
- Se trabalha, qual o tipo de trabalho.
- Por quê e para quê estuda na escola.
- Se tem ou não facilidade de aprender e por quê.
- Se gosta de estudar. Por quê gosta de estudar. Número de professoras que tem. Gosta da professora. Por quê? O que atrapalha os estudos? Para que serve o que é ensinado na escola.
- Na escola são discutidos temas como: cidadania, direitos, democracia e outros pertinentes.
- que a escola ensina atende ou não às expectativas e as necessidades da vida do aluno, por quê.
- que precisa ser mudado na escola para atender as necessidades do aluno.

- Como é o relacionamento entre as professoras e os alunos em sala de aula e fora dela?
- que é cidadania? O que a escola tem feito para a construção da cidadania?
- que espera conseguir quando ficar adulto. Em que gostaria de trabalhar.
- Se estuda em casa, tem alguém que ajuda nos estudos.
- Fazer um breve histórico sobre a vida dentro e fora da escola. O que acha dessas atividades.
- Qual o envolvimento da professora com atividades fora da escola, ou seja, da comunidade?
- Atividades sociais promovidas pela escola e pela comunidade que gosta e por quê.
- Do que mesmo você gosta de fazer, (Brincadeira, Trabalho, Outros). A Escola ajuda? Por quê
- Se os ensinamentos dados na escola são diferentes dos recebidos na família. Quais acha certo?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Significados e expectativas da população camponesa no processo de construção de sua cidadania.

AUTOR Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORA

1 – DADOS PESSOAIS

2 – CONTEXTO HISTÓRICO, SUA ATUAÇÃO E EXPECTATIVAS SOBRE A ESCOLA.

- Ano de fundação da escola. Razões para a sua criação.
- Nome da escola homenageia a quem.
- Ano que ingressou na escola como professora.
- Forma de ingresso: concurso ou indicação. Como se deu o processo.
- Estudo que tinha quando começou a lecionar.
- Cursos de atualização ou de formação feitos durante a carreira de professora.
- Trabalhou em outras escolas. Onde e quanto tempo. Havia diferença. Quais.
- Conteúdos trabalhados em sala de aula. Forma de trabalhar os conteúdos.
- Como era feito o planejamento das atividades da escola e das aulas, o que mudou?
- Vinculação dos conteúdos trabalhados com a realidade local.
- Maiores dificuldades enfrentadas para o desempenho do magistério.
- Tipo de relacionamento com o aluno e com os pais dos alunos.

- Como a escola trabalha os saberes que os alunos trazem e que são diferentes dos ensinados lá.
- De que maneira a escola tem trabalhado as questões sobre a preservação da natureza?
- Diferenças e semelhanças entre a escola dos primeiros anos de existência e a atual.
- Na opinião da professora, o que melhorou, o que piorou e o que deveria continuar como era.
- A escola, como funciona, atende às necessidades da população. Justificativa.
- Principais problemas enfrentados pela escola. Causas dos problemas. Possíveis soluções.
- Principais problemas educacionais e outros enfrentados pela comunidade local.
- Percepção sobre a possibilidade de se efetivarem as mudanças necessárias.
- Se aposentada, tempo em que se aposentou e o motivo.
- Importância e o papel que a professora atribui à escola para ela e para a população local.
- Como avalia cada um desses elementos no desempenho de seu papel e o que concretamente tem conseguido para atingir os seus objetivos, especialmente a escola enquanto instituição.
- Envolvimento da professora nas atividades coletivas: religiosas, culturais e outras realizadas na comunidade local e vizinhança. Opinião sobre os governantes e os políticos que atuam no local.
- que é cidadania? O que a escola tem feito para a construção dessa cidadania?
- A escola, durante a sua história, contribuiu para a continuidade dos valores ou para a mudança?
- que a escola transmite, é mais próprio da zona urbana? Isto é correto? Por quê?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Escola Rural: Significados e Expectativas da população camponesa no processo de construção de sua cidadania.

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PAIS DE ALUNO da 4ª Série

1 - DADOS PESSOAIS

2 – PERCEPÇÃO SOBRE A ESCOLA: SIGNIFICADO E EXPECTATIVAS

- Se o pai ou a mãe estudou, até que série. Se não estudou, por quê não.
- Motivo para colocar o filho na escola. Importância que a família atribui à escola. Que série estuda o filho, ou até que série estudou. Deverá continuar a estudar. Justificar.
- Com o que a escola deveria e deve se preocupar com maior ênfase para ensinar, ou seja, que conhecimentos a família entende ser fundamental e necessários para os filhos.
- Utilidade que teve e tem os conhecimentos adquiridos na escola/família para a vida do filho.
- Como a escola lida com os saberes que os filhos possuem antes de irem à escola.
- Na opinião da família esta é a melhor forma de trabalhar tais saberes? Por quê?
- A escola trata das questões sobre a preservação da natureza? E a família como encara isto?
- Importância e o papel da escola para a família e para a comunidade.
- que acha da remuneração dos professores e demais servidores da escola.
- Atividades que a escola tem promovido para a comunidade. Outras que ela deveria promover.

- Participação e a forma de envolvimento dos pais nas atividades da escola, reuniões e festas, etc.
- A capacidade da escola e o grau de escolaridade existente no local são suficientes para o atendimento das necessidades da comunidade. Ou precisam ser ampliados. Razões.
- Problemas existentes na educação local e as possíveis saídas para a solução.
- Expectativas sobre a escola. O que espera da escola. No que a escola tem contribuído para a mudança dos hábitos, costumes e valores dos seus filhos em relação aos seus, para melhor.

3 - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E VISÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA.

- A família possui terra. O tamanho da terra. Outros bens da família.
- Tipo de renda que sustenta a família. Quem participa e o total mensal da renda. Se é suficiente.
- Envolvimento da família com atividades típicas do campo. E atividade de organização coletiva?
- Ocupação principal e outras de trabalho da família, onde e as condições do trabalho.
- Condições de habitação e outras que garantam a qualidade de vida da família.
- Principais problemas enfrentados e a forma para as famílias e a população local resolver.
- que acha dos administradores públicos e políticos que atuam na região.
- Envolvimento em organização comunitária, sindical, partidária, religiosa ou outra. Justificar
- que é cidadania? O que a escola tem feito para a construção dessa cidadania?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Escola Rural: Significados e Expectativas da População do Campo no Processo de Construção de sua Cidadania

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

ROTEIRO DE ENTREVISTA – LIDERANÇA COMUNITÁRIA

1 – DADOS PESSOAIS

2 – PERCEPÇÃO SOBRE A ESCOLA: SIGNIFICADOS E EXPECTATIVAS

- Até que série ou curso estudou. Se ainda estuda, o que estuda. Se não, razões para não continuar a estudar. Contribuição da escola para o desenvolvimento das atividades específicas de sua atuação. Seja como liderança ou como profissional.
- Importância e o papel da escola para a comunidade do campo. Pontos positivos e negativos.
- Opinião sobre o cotidiano da escola: atuação dos professores e outras autoridades responsáveis; relacionamento desses com a comunidade, dos professores com os alunos; metodologia e conteúdos trabalhados; relação desses conteúdos com as condições de vida do aluno, etc.
- Se a escola contribui ou não para o desenvolvimento de pessoas críticas e competentes para atuar em diferentes áreas. O que é ser cidadão? O que a Escola tem feito para isto se efetivar?
- Quanto aos conhecimentos transmitidos e a forma, se atende aos anseios da população. Justificar. A questão do meio-ambiente (recursos naturais, preservação) é discutida na comunidade? O que a escola tem feito nesse sentido?

- Principais problemas educacionais da população como consequência das deficiências de sua escolarização. Necessidades da comunidade referentes à escola e a escolarização que possuem, por exemplo: espaço físico, nível de ensino, número de professores e servidores, etc. O que e como poderia melhorar neste sentido.

3 – VISÃO SÓCIO-ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DA REALIDADE

- Base de sustentação da população local, ou seja as atividades desenvolvidas para o seu sustento.
- Principais problemas enfrentados pela comunidade local.
- Forma mais eficiente para buscar resolver os problemas apontados e o que já foi feito.
- Como vê e analisa a organização das pessoas da comunidade. Como ela é feita?
- Se existe e como se dá a articulação local com os movimentos sociais, partidos políticos, etc.
- Atuação das instâncias governamentais e outras no local.
- Presença partidária e a atuação dos políticos na área.
- Principais atividades culturais desenvolvidas pela população local. Para essas atividades a população recebe ajuda de alguma instituição ou órgão do governo. Como a comunidade e a escola se situam neste contexto. O que precisa ser feito para a valorização cultural.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Escola Rural: Significados e Expectativas da População do Campo no Processo de Construção da Cidadania.

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

Orientadora: Maria Nobre Damasceno

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – ADULTOS EM ALFABETIZAÇÃO

1 – DADOS PESSOAIS

2 – PERCEPÇÃO SOBRE A ESCOLA: SIGNIFICADO E AS EXPECTATIVAS

- Se já estudou alguma vez e os motivos de não saber ler.
- Razões para buscar a escola agora para estudar.
- Até onde vai continuar a estudar.
- que a escola ensina, tem importância na sua vida prática, por quê?
- A escola tem contribuído para mudar a maneira de viver das pessoas do lugar? Isto é bom ou ruim? Por quê? Como era antigamente antes da escola?
- A forma de ensinar da professora facilita a sua aprendizagem? Poderia ser diferente? Como você acha que seria mais fácil o aprendizado daquilo que é ensinado na escola?
- Para os alunos, a escola atende às necessidades? Se não, o que precisa ser feito, criado?
- Como se percebe a atuação dos governantes e dos políticos no local?

- Há um atendimento satisfatório das necessidades da população? E a escola tem contribuído para a criação nas pessoas de uma consciência de seus direitos? De que forma isso se expressa? O que é cidadania? O que a escola faz para a construção dessa?
- As pessoas do local já vão atrás dos seus direitos, lutam pela melhoria das condições de vida? Ou simplesmente aceitam a maneira como vivem? Por quê isto se dá? O que precisa ser feito para mudar para melhor? A escola pode fazer alguma coisa? De que forma?

ANEXO Nº 5

DIVERSOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO DE PESQUISA: Significados e expectativas camponesas sobre a escola

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: MARIA NOBRE DAMACENO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

- 1 - Elementos Gerais Sobre a Turma: série; composição por sexo; idade; origem, etc.
- 2 - Informações sobre a Professora: sexo ; idade; estado civil; experiência de magistério; origem; formação; como age no cotidiano em sala de aula.
- 3 - Quanto aos conteúdos: matérias trabalhadas; livros adotados; forma de trabalhar os conteúdos; atividades desenvolvidas em sala e extra sala;
- 4 - Referente ao relacionamento da professora com os alunos: autoritária; permite a expressão; como conduz o processo ensino-aprendizagem.
- 5 - Relativo ao comportamento dos alunos em sala de aula: em relação à professora ; em relação ao conteúdo; em relação aos colegas. Evidências do aproveitamento, ou seja, a aprendizagem.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PROJETO: Escola Rural: Significados e Expectativas da população camponesa sobre a
escola no processo de construção da cidadania

AUTOR: Daniel de Oliveira Franco

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DE SUJEITO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: _____

Categoria de sujeito: _____ N.º _____

Data de nascimento: __/__/__. Estado civil: _____. Filhos: _____

Local de origem: _____. Núcleo onde mora. _____

Tempo em que reside no local: _____. Instrução: _____

Profissão: _____. Atividades produtivas que faz: _____

OBSERVAÇÃO:

Coroatá-The, __/__/1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
PROJETO DE PESQUISA: A Função Social da Escola e a Assimilação do Urbano pelo
Rural
AUTOR: Daniel de Oliveira Franco
ORIENTADORA: MARIA NOBRE DAMACENO

REUNIÃO COM PAIS, MÃES, DE ALUNO OU RESPONSÁVEL E
LIDERANÇA COMUNITÁRIA

PAUTA DA REUNIÃO

Agradecer pela aceitação do convite.

Dizer da grande alegria em poder estar de volta e especialmente pela razão da reunião.

Fazer alguns questionamentos gerais sobre educação, escola e a nossa realidade.

Partindo dos questionamentos, expor sussintamente a proposta de trabalho. Deixar claro os objetivos e a metodologia, especialmente no que se refere à escolha dos sujeitos; o porquê de optar pelo Coroatá para fazer a pesquisa; a importância desse trabalho para a comunidade local e para mim.

Evidenciar que o trabalho será feito, embora não se tenha a pretensão de resolver todos os problemas, mas no limite conhecer melhor os problemas para facilitar uma intervenção.

Perguntar se está claro e o que precisa ser esclarecido.

Solicitar sugestões.

Agradecer mais uma vez pela presença de todos.

Coroatá, em 21 de maio de 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MEMO S/N

Fortaleza, 27 de Maio de 1999.

À Coordenação do Programa

Senhora Coordenadora,

Tendo em vista a realização do trabalho de investigação do Mestrando Daniel de Oliveira Franco, que leva o título provisório: “O papel social da escola e a assimilação do urbano pelo rural no contexto camponês”, a ser desenvolvido com a comunidade do povoado Coroatá, zona rural do município de Teresina - PI, a 30 Km da sede, serão utilizados para esta etapa da pesquisa de campo a entrevista e reuniões com Professores, alunos, pais, mães e outros membros da comunidade. Para tanto, alguns gastos deverão ser feitos, conforme Orçamento em anexo. Em virtude do exposto, solicitamos providências para a liberação de recursos, objetivando a viabilização do trabalho.

Agradecendo a atenção dispensada, colocamo-nos à disposição para outras informações.

Atenciosamente,

Orientadora - Maria Nobre Damasceno

Orientando - Daniel de Oliveira Franco

OBSERVAÇÃO:

CONVITE

NOME:

O Prof. **Daniel de Oliveira Franco**, estudante do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, convida V. Sa. para uma reunião, dia 21/05/99, às 19:30h. no Grupo Escolar Deoclécio Carvalho, oportunidade em que conversará com os **pais e mães**, ou **responsáveis** dos alunos da escola e **liderança comunitária** sobre o seu trabalho de pesquisa que ora começa a realizar, na escola e com as famílias do local.

Agradece antecipadamente,
Daniel de Oliveira Franco

CONVITE

NOME:

O Prof. **Daniel de Oliveira Franco**, estudante do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, convida V. Sa. para uma reunião, dia 21/05/99, às 19:30h. no Grupo Escolar Deoclécio Carvalho, oportunidade em que conversará com os **pais e mães**, ou **responsáveis** dos alunos da escola e **liderança comunitária**, sobre o seu trabalho de pesquisa que ora começa a realizar, na escola e com as famílias do local.

AGRADECE ANTECIPADAMENTE,
DANIEL DE OLIVEIRA FRANCO

CONVITE

NOME:

O Prof. **Daniel de Oliveira Franco**, estudante do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, convida V. Sa. para uma reunião, dia 21/05/99, às 19:30h. no Grupo Escolar Deoclécio Carvalho, oportunidade em que conversará com os **pais e mães**, ou **responsáveis** dos alunos da escola e com **liderança comunitária**, sobre o seu trabalho de pesquisa que ora começa a realizar, na escola e com as famílias do local.

Agradece antecipadamente,
Daniel de Oliveira Franco

CONVITE

NOME:

O Prof. **Daniel de Oliveira Franco**, estudante do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, convida V. Sa. para uma reunião dia 21/05/99, às 19:30h. no Grupo Escolar Deoclécio Carvalho, oportunidade em que conversará com os **pais e mães**, ou **responsáveis** dos alunos da escola e com **liderança comunitária**, sobre o seu trabalho de pesquisa que ora começa a realizar, na escola e com as famílias do local.

Agradece antecipadamente,
Daniel de Oliveira Franco

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

PESQUISA: Significados e expectativas da população camponesa sobre a escola no processo de construção da cidadania

AUTOR: DANIEL DE OLIVEIRA FRANCO

ORIENTADORA: Maria Nobre Damasceno

Questões para debate com os sujeitos da pesquisa:

- que significa a escola para a sua família?
- Para que serve a escola?
- que você espera da escola?
- que você entende por cidadania?
- que e como a escola tem feito para a construção da cidadania?
- Que direitos e deveres o cidadão tem e como ele deve encarar essas questões?
- Escolha qualquer ponto referente à escola e a cidadania e escreva sobre ele.

Muito obrigado!

<p>CONVITE</p> <p>O Professor Daniel de Oliveira Franco, aluno do Mestrado da Universidade Federal do Ceará, para dar continuidade à sua pesquisa que desenvolve nesta comunidade, convida V. Sa. para uma reunião e palestra com a Prof^a. JOSANIA, da UFPI, dia 22/10/99, às 20:00h (hora de verão) na Escola “Deoclécio Carvalho”.</p> <p>Agradece a todos.</p>	<p>CONVITE</p> <p>O Professor Daniel de Oliveira Franco, aluno do Mestrado da Universidade Federal do Ceará, para dar continuidade à sua pesquisa que desenvolve nesta comunidade, convida V. Sa. para uma reunião e palestra com a Prof^a. JOSANIA, da UFPI, dia 22/10/99, às 20:00h (hora de verão) na Escola “Deoclécio Carvalho”.</p> <p>Agradece a todos.</p>
<p>CONVITE</p> <p>O Professor Daniel de Oliveira Franco, aluno do Mestrado da Universidade Federal do Ceará, para dar continuidade à sua pesquisa que desenvolve nesta comunidade, convida V. Sa. para uma reunião e palestra com a Prof^a. JOSANIA, da UFPI, dia 22/10/99, às 19:30h (hora de verão) na Escola “Deoclécio Carvalho”.</p> <p>Agradece a todos.</p>	<p>CONVITE</p> <p>O Professor Daniel de Oliveira Franco, aluno do Mestrado da Universidade Federal do Ceará, para dar continuidade à sua pesquisa que desenvolve nesta comunidade, convida V. Sa. para uma reunião e palestra com a Prof^a. JOSANIA, da UFPI, dia 22/10/99, às 19:30h (hora de verão) na Escola “Deoclécio Carvalho”.</p> <p>Agradece a todos.</p>
<p>CONVITE</p> <p>O Professor Daniel de Oliveira Franco, aluno do Mestrado da Universidade Federal do Ceará, para dar continuidade à sua pesquisa que desenvolve nesta comunidade, convida V. Sa. para uma reunião e palestra com a Prof^a. JOSANIA, da UFPI, dia 22/10/99, às 20:00h (hora de verão) na Escola “Deoclécio Carvalho”.</p> <p>Agradece a todos.</p>	<p>CONVITE</p> <p>O Professor Daniel de Oliveira Franco, aluno do Mestrado da Universidade Federal do Ceará, para dar continuidade à sua pesquisa que desenvolve nesta comunidade, convida V. Sa. para uma reunião e palestra com a Prof^a. JOSANIA, da UFPI, dia 22/10/99, às 20:00h (hora de verão) na Escola “Deoclécio Carvalho”.</p> <p>Agradece a todos.</p>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
PESQUISA: SIGNIFICADOS E EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO CAMPONESA
SOBRE A ESCOLA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
AUTOR: DANIEL DE OLIVEIRA FRANCO
ORIENTADORA: MARIA NOBRE DAMASCENO

REUNIÃO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

OBJETIVO: Discutir e aprofundar elementos essenciais para a pesquisa.

PAUTA:

Explicar o objetivo da reunião;

Agradecer a presença de todos e solicitar que fiquem à vontade, descontraídos para participar;

Apresentar a Professora convidada;

Apresentar os principais pontos que precisam ser aprofundados ou esclarecidos:

Qual a importância e o que significa a escola para as famílias do local,

O que esperam e quais as expectativas que têm sobre a escola,

Como se dá a participação da comunidade nas atividades da escola,

O que entendem por cidadania,

Como é que cada um exercita a sua cidadania,

Qual tem sido a contribuição da escola no processo de construção da cidadania;

Colocar para ser ouvida a música *Construção*, de Zé Ramalho/Zé Geraldo;

Passar a palavra à palestrante, Professora Josania, que falará sobre **cidadania**;

Abrir para a discussão;

Agradecer a presença e fazer o encerramento da reunião.

Coroatá-Teresina, 22 de outubro de 1999.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO COROATÁ
POVOADO COROATÁ, ZONA RURAL DE TERESINA

OF. S/N

Teresina, 21 de outubro de 1999.

À Professora Josania Lima Portela

Considerando a necessidade de se fazer uma discussão sobre **cidadania**, esta Associação convida V. Sa. para uma palestra sobre o referido tema, dia 22/10/99, às 20:00h, na Escola Municipal “Deoclécio Carvalho” do mesmo povoado e que terá como um dos coordenadores do evento o Professor Daniel de Oliveira Franco.

Agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

A comissão Organizadora

Relação de Documentos Recebidos na Escola e na SEMEC

1. Plano Político e Pedagógico da Escola
2. Formulário para Histórico Escolar
3. Plano de Curso de Ciências (matéria ou disciplina?)
4. Plano de Curso de Matemática
5. Plano de Curso de Estudos Sociais
6. Plano de Curso de Comunicação
7. Roteiros de “Exercício” das várias matérias
8. Documento sobre Conselho Escolar
9. Decreto Municipal que instituiu o Conselho Escolar
10. Portaria da SEMEC que regulamenta a composição do Conselho Escolar
11. Proposta para execução do Projeto Escola Família
12. Relação dos alunos da 4ª série e de seus pais
13. *Folder* do FORUN DE DEBATES do Projeto Escola Família 1999
14. Proposta Curricular do Ensino Fundamental do Município de Teresina

Relação de livros adotados na Escola

1) *Alfabetização de crianças*

MELO, M.^a da Conceição Stehling e BARAVSKAS, Cora M^a Tocchetou. *Eu chego lá: no mundo da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1999.

2) *1ª Série*

Português

MORAIS, Lídia M.^a de. *Quero aprender língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.

3) *1ª e 2ª Séries*

Matemática

BONJORNO, Regina de Fátima Souza Azenha e BONJORNO, José Roberto. *Pode contar comigo matemática*. São Paulo: FTD, 1994.

Estudos Sociais

PASSOS, Célia e SILVA, Zeneide. *Eu gosto de estudos sociais*.

4) *3ª e 4ª Séries*

Estudos Sociais

LIMA, Iracilda M. Moura Fé. *Piauí: tempo e espaço*. São Paulo: FTD, 1995.

5) *4ª Série*

Matemática

ANDRADE, Mafalda Martins. *Viajando com os números*. São Paulo: IBEP, 1994.

Português

PAIVA, M.^a da Piedade M. *Novas idéias*. Guarulhos: Ed. do Brasil, 1991.

6) *Livros usados na turma de alfabetização de adultos*

CNBB, Pastoral da Criança. *Guia do líder comunitário*. Brasília. 7ª ed. 202p. 1997.

_____. *Nós somos a Pastoral da Criança: nossa história e organização*. Brasília. 1998.

MAMEDE, Márcia e THIÉSEN, M.^a Lúcia. *Manual de educação*. CNBB, Pastoral da Criança. Curitiba. 85p. 1997.

BRASILEIRA, Cordeiro Lopes e SAID, Fátima Aparecida. *Bem-vindo à vida: prevenindo a mortalidade perinatal: do ventre materno aos primeiros dias de vida*. CNBB, Pastoral da Criança. Curitiba. 1ª ed. 56p. 1998.

OMS/UNICEF. *Proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno: o papel especial dos serviços materno-infantis*. Genebra. 1989.